



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *Stricto Sensu* DEMANDAS POPULARES
E DINÂMICAS REGIONAIS**

JONAS LEANDRO FLORES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS: DESENVOLVIMENTO VERSUS
VULNERABILIDADE.**

ARAGUAÍNA (TO)

2020

JONAS LEANDRO FLORES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS: DESENVOLVIMENTO VERSUS
VULNERABILIDADE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Édi Augusto Benini

ARAGUAÍNA (TO)

2020

JONAS LEANDRO FLORES

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS: DESENVOLVIMENTO VERSUS
VULNERABILIDADE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional, aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

Data da Aprovação 01/09/2020

Banca examinadora:



Profº Drº. Edi Augusto Benini, Orientador, UFT



Profª Drª Thelma Pontes Borges, Examinadora, UFT



Profº Drº Elcio Gustavo Benini, Examinador, UFMS

Dedico este trabalho a todas as pessoas que encontram na atitude do estudo e aprendizado sua forma de viver, fonte de crescimento e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade pública, gratuita e de qualidade, base da minha caminhada, do meu horizonte, da minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, desta Universidade Federal do Tocantins, pela oportunidade de concretizar meu sonho, antes interrompido, de continuar minha trajetória universitária.

Ao meu orientador Prof Dr Édi Augusto Benini, pela parceria, orientação e atitude libertária pelos caminhos da economia solidária.

A banca examinadora pela sua compreensão e sensibilidade mediante minhas dificuldades.

Em especial, a minha esposa, Julliana Monteiro, pela paciência e compreensão e, pelo entendimento da importância dessa etapa em minha vida.

“Lutemos por um mundo novo... um mundo bom que a todos assegura o ensejo de trabalho, que dê futuro a juventude e segurança à velhice.”

Charlie Chaplin

RESUMO

O desemprego é uma das principais mazelas sociais da contemporaneidade, desafiando o mundo do trabalho, especialmente no Brasil, a incluir efetivamente a classe que vive do trabalho. A concepção hegemônica neoliberal trouxe consigo vários fatores de precarização das relações de trabalho assalariado, além de colocar em xeque a própria existência de emprego para as pessoas. Apesar disso, as dimensões e possibilidades do mundo do trabalho no Brasil, vão muito além do trabalho assalariado. Há uma outra gama de possibilidades e atividades econômicas que envolve uma outra lógica de produção e consumo. Nesse horizonte, na década de 1990, há o surgimento da economia solidária, protagonizada pelos Empreendimentos econômicos solidários (EES), mais tarde reconhecido como política pública, a partir de 2003. Em nossa metodologia, analisamos um estudo de caso de uma comunidade tradicional quilombola do Estado do Tocantins, onde se buscou implantar um conjunto amplo de variáveis estruturantes para a viabilidade efetiva do trabalho associado e autogestionário (economia solidária). Também utilizamos as duas bases de microdados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Nos questionamos se a economia solidária gozaria de conteúdo e apoio político suficientes para os seus empreendimentos transitarem da inerente vulnerabilidade do seu estágio inicial para uma perspectiva de consolidar um estágio de autêntico desenvolvimento estruturante de novas relações sociais de trabalho: o trabalho associado autogestionário? Como objetivo analisamos o processo de constituição da economia solidária, a partir do percurso e do desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários no Tocantins, apurando as suas vulnerabilidades e potencialidades. Os resultados mostraram que há potencialidade na economia solidária, em se constituir como uma alternativa organizacional e econômica, que permita aos empreendimentos de trabalho coletivo e horizontalmente associado sua sustentabilidade, a perspectiva emancipatória de combinar as dimensões de emancipação social, inclusão, com ideais de justiça social. Contudo, a economia solidária ainda não obtém apoio político suficiente, por parte do Estado e de sua política pública, para transitarem da situação de vulnerabilidade para um padrão de desenvolvimento ou uma estratégia de desenvolvimento endógeno, aonde os protagonistas sejam realmente aquelas pessoas que mais necessitam.

Palavras-chave: Economia Solidária. Desemprego. Empreendimentos econômicos solidários. Desenvolvimento regional. Tocantins.

ABSTRACT

Unemployment is one of the main social issues currently, challenging the world of work, especially in Brazil, to include effectively people who live from work. The neoliberal hegemonic conception has brought many aspects of precariousness in wage labor relations, besides nearly ending the very existence of jobs for people. Despite that, the measurements and possibilities of the world of work go beyond wage labor. There is another range of possibilities and economic activities, which involve other logic of production and consumption. Thereby, in the 90's, emerges solidarity economy, conducted by Solidarity economic enterprises (SEE), later recognized as public politics, from 2003 on. We analyzed a case study in a traditional quilombola community of the state of Tocantins, where we tried implementing a broad set of structuring variables for the effective viability of associated and self-managing work (solidary economy). Their two data bases made available by National Secretariat for Solidarity Economy – NSSE, part of Labor and Employment Ministry. We wondered if the solidarity economy would have enough content and political support for its enterprises to move from the inherent vulnerability of its initial stage to a perspective of consolidating a stage of authentic structuring development of new social work relationships: Is the associated work self-managing? As aim, the constitution process of solidarity economy will be analyzed, starting from the route and development of solidarity economic enterprises in Tocantins, searching for its vulnerabilities and potentials. How the constitution process of solidarity economy was built, from the insertion of associated work in a capitalist market context, as well as its potentials and vulnerabilities; How public politics developed and behaved facing the constitution of this solidary economy. The results showed there is potential in solidary economy to be an economic alternative that allows collective and horizontally associated work ventures to be sustainable, the emancipatory perspective of combining the dimensions of social emancipation, inclusion, with ideas of social justice. Yet, solidary economy does not obtain enough political support from the Country and its public politics, to move from a state of vulnerability to a standard of development or an endogenous development strategy, which the protagonists are really those people who need it most.

Keywords: Solidary Economy. Unemployment. Solidary economic enterprises. Regional development. Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1- Brasil: evolução índice de desemprego – 1980-2003.....	19
Figura 2- empregados com e sem carteira assinada – Brasil – 1991 – 2002...	20
Figura 3- Percentual de execução orçamentária – SENAES – 2004 - 2010.....	63
Figura 4- Localização do estado do Tocantins.....	66
Figura 5- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - Série histórica PNADC	71
Figura 6 – Número de EES no estado do Tocantins – 2005 – 2007.....	82
Figura 7 – Número de EES no estado do Tocantins – 2010 – 2013.....	83
Figura 8 - Número de vínculos empregatícios, conforme a remuneração média em salários mínimos por microrregiões do Tocantins – 2009 – dados RAIS-CAGED.....	95
Figura 9 - Estado do Tocantins e município de Santa Tereza do Tocantins....	103

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Evolução do orçamento do MTE e as SENAES – 2004 a 2010.....	63
Tabela 2 – Pobreza – Tocantins – 1991 – 2000 – 2010.....	72
Tabela 3 – Porcentagem de renda apropriada por estratos da população – 1991 – 2000 – 2010 – Tocantins.....	72
Tabela 4 – Porcentagem Pobreza – Urbano e Rural - 2010 – Tocantins.....	73
Tabela 5 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único – Tocantins – 2018.....	73
Tabela 6 – EES que foram revisitados – 2010 – Tocantins.....	79
Tabela 7 – Divisão dos municípios nas microrregiões conforme classificação do IBGE.....	80
Tabela 8 – Total de EES no Estado do Tocantins – por Microrregião IBGE....	81
Tabela 9 – Crescimento dos EES, por região IBGE – 2005-2013.....	84
Tabela 10 – Forma de organização do EES.....	84
Tabela 11 – Área de atuação EES.....	85
Tabela 12 – Tipos de Comunidade: assentamento ou não.....	86
Tabela 13–Tipos de Comunidade: assentamento ou não – por área de atuação.....	86
Tabela 14 – Tipos de povos autodeclarados nos EES.....	87
Tabela 15 – Perfil dos associados dos EES.....	87
Tabela 16 – Produção coletiva - EES Tocantins.....	88
Tabela 17 – Situação dos equipamentos – EES Tocantins.....	88
Tabela 18 – Situação da sede ou local de funcionamento do EES – 2005-2007	89
Tabela 19 – Comercialização e organização da venda – EES Tocantins.....	90
Tabela 20 – Aquisição de insumos de forma coletiva – EES Tocantins.....	90
Tabela 21 – Origem da matéria-prima – EES Tocantins.....	90
Tabela 22 – Qual o destino dos produtos e/ou serviços – EES Tocantins.....	91
Tabela 23 – Qual o motivo da criação dos EES Tocantins.....	92
Tabela 24 – Salário mínimo nacional em 2005, 2006 e 2007.....	93
Tabela 25 – Rendimento dos associados nos EES, por região IBGE – 2005-2007.....	93
Tabela 26 – Comparativo rendimento EES com vínculos formais por região do Tocantins.....	95
Tabela 27 – Comparativo rendimento EES com vínculos formais – todas as regiões do Tocantins.....	97
Tabela 28 – Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento.....	98
Tabela 29 – Comunidades Quilombolas no Tocantins – requerimento de titulação cadastrado junto ao INCRA.....	101
Quadro 1 – Questões em comuns – instrumentos de coleta da SENAES.....	28
Quadro 2 – Resumo dos níveis e ações das políticas públicas – 2003-2010...62	
Quadro 3 – Grupos de Trabalho e seus objetivos no Projeto Raios de Sol.....	108

LISTA DE SIGLAS

EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
FEES/TO	Fórum Estadual de Economia Solidária do Tocantins
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GT Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
CGE	Comissões Gestoras Estaduais
SOT	Sistema Orgânico de Trabalho
PESD	Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
LOA	Lei Orçamentária Anual
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	32
2 A CONSTRUÇÃO OU PERCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DENTRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	45
2.1 A Economia Solidária e o mercado capitalista.....	45
2.2 As condições de viabilidade de um intercâmbio para a economia solidária	52
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	58
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS ...	67
5 OS MAPEAMENTOS DA SENAES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	77
6 BARRA DA AROEIRA: PESQUISA AÇÃO E OS QUILOMBOS NO ESTADO DO TOCANTINS.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	119
ANEXO	126

INTRODUÇÃO

Historicamente o trabalho têm sido o elo entre as relações de sociabilidade. Esse elo cria laços, condiciona e estrutura esses vínculos. Desde os tempos primitivos até hoje as relações de trabalho, nas suas mais diversificadas formas é o meio pelo qual o homem provém suas necessidades básicas. De certo modo, a partir destas relações o homem tem conseguido ao longo dos tempos a manutenção de sua sobrevivência. Toda satisfação das suas necessidades advinha desse trabalho, como bem afirma Adam Smith: “o trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência” [...] (SMITH, 1983, p.10). Assim como John Locke, nos seus primeiros estudos sobre propriedade, demonstrava que o homem dependia apenas do seu trabalho manual, que era sua propriedade:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriedades dele. Seja o que for que ele retire do estado em que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe a algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros (LOCKE, 1973, p. 27).

É por meio do trabalho que o indivíduo busca atender seus objetivos e sua realização, assim considera Karl Marx, afirmando que o trabalho é a condição natural do metabolismo do homem com a natureza, da produtividade, vida. Para ele o trabalho era a própria expressão de humanidade:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985, p. 153).

Entretanto, o trabalho sofreu influências significativas de elementos culturais e históricos, e passou por mudanças nas próprias conceituações. Uma dessas mudanças, a partir de determinado momento histórico, no pós-revolução

industrial, se dá com a criação do trabalho assalariado¹. A partir do momento que o trabalhado assume essa nova configuração (salarial), há uma separação entre “o conceito de condição natural de simbiose entre o homem/natureza” e a produção do seu trabalho ou mesmo fator de humanidade.

Um protagonista fundamental nessa nova formatação do trabalho assalariado é o papel do Estado. Apesar de ser um elo fundamental da própria organização da sociedade, historicamente os Estados-Nacionais assumiram ao longo do seu percurso, vários formatos na mediação entre o sistema econômico e o trabalho assalariado. Sua ambiguidade em servir e manter o próprio sistema capitalista², por si só é uma contradição, uma vez que ele tem como propósito valorizar o capital pela exploração do trabalho.

Um desses formatos de mediação, se dá pelo papel do Estado no pós-guerra, na criação do *Welfare Estate* ou Estado de Bem-Estar Social, tendo como uma das suas prioridades, a promoção do emprego, como bem afirmou Silveira:

Assim, se o período de 1945 a 1975 representou o apogeu do Estado de Bem-Estar Social e, com ele, a consolidação democrática nos países centrais e o “pleno” emprego, o período que lhe deu sequência representa o seu contrário. (SILVEIRA, 2013, p.155)

O Estado de Bem-Estar Social surgiu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de atuar como uma rede de segurança social e econômica, garantindo direitos sociais de educação, saúde, transporte, moradia, garantias de emprego e seguro desemprego, além de organizar e regulamentar a atividade econômica.

¹ Trabalho assalariado, na concepção Marxista é aquele aonde o trabalhador vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, recebendo em troca uma remuneração: o salário.

² Utilizamos a definição Karl Polanyi para definir esse “sistema capitalista”, como ele bem assinala “Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo ‘sistema de mercado’ pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados que queremos dizer com economia de mercado.” (Polanyi, 2000, p.60)

Entretanto, a partir dos anos de 1960 e 1970, entra em cena novas transformações no modelo produtivo em conjunto com as sucessivas crises econômicas³, trazendo mudanças mundiais significativas:

Foi em meados da década de 1970 que se desencadeou um conjunto muito grande de mudanças, de modo mais ou menos simultâneo, afetando fortemente o capitalismo e o sistema de produção de mercadorias. Essas transformações objetivavam tanto recuperar os níveis de acumulação e reprodução do capital, quanto repor a hegemonia que o capitalismo vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960, quando as lutas sociais do trabalho passaram a reivindicar diretamente o controle social da produção. (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p.196)

Essas mudanças vieram acompanhadas da readequação da função estatal: o “Estado mínimo”, uma ideia que significa que “o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (FRIGOTTO, 1999, p.83), com fundamentos em um ideário neoliberal, conforme bem explica Frigotto:

A ideia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta ideia-chave advém a tese do ‘Estado mínimo’ e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser regido pela *férrea* lógica das leis de mercado. (Op. Cit. p.83).

Essas mudanças trouxeram consigo várias consequências, dentre elas a readequação do papel do Estado, como descrito por Silveira:

A apreensão do impacto das transformações ocorridas a partir dos anos 70 implica em compreender as particularidades das relações envolvidas, em suas múltiplas e combinadas expressões. Primeiramente porque uma sociedade fundada sobre o trabalho converteu-se em uma sociedade marcada pela escassez e/ou precariedade de trabalho; em segundo lugar, porque os valores societais baseados na solidariedade foram esgarçados, a ponto de produzir relações de aparente anomia (para utilizarmos um conceito durkheimiano); em terceiro lugar, porque o individualismo ultrapassou qualquer referência de singularidade e direito civil para avançar para manifestações abertamente egoístas e socialmente excludentes; em quarto lugar, porque a redução do papel do Estado restringiu-se às suas responsabilidades sociais, mas não alcançou suas estreitas relações de patrocínio ao capital; em quinto lugar, porque o discurso que envolve a globalização econômica, apresentando-a como inexorável, adéqua-se perfeitamente à orfandade política decorrente da derrocada do Leste Europeu e a consequente sentença de morte que

³ Crises que duram até hoje, na argumentação de Antunes e Pochmann: “Aquilo que a imprensa, à época, denominou ‘crise do petróleo’, em verdade foi expressão de uma turbulência muito mais intensa que, de certo modo, se prolonga até os dias de hoje, uma vez que o vasto e global processo de reestruturação produtiva ainda não encerrou seu ciclo.” (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p.197)

acompanhou qualquer projeto político e social alternativo ao capitalismo;
(SILVEIRA, 2013, p.154)

Esses impactos, sem dúvida colocaram um novo panorama baseado em especial pela escassez de trabalho assalariado, que começa a sofrer um processo de contração que vai gerando o desemprego estrutural e a sua precariedade na sociedade. Soma-se a isso, novos valores, a desoneração do papel do Estado como protagonista, outrora incentivador e criador de possibilidades no mundo do trabalho.

Essa característica do capitalismo que traz em seu âmago o desemprego. Nesse sentido Mézaros nos esclarece:

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de indeterminações por meio da qual agora é impossível criar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre. (MÉSZAROS, 2006, p.31)

Nas palavras de Castel, o mundo do trabalho sofre transformações, relacionadas ao poder de integração e valores cultivados, começam a se desintegrar, criando uma “vulnerabilidade de massa”, chamando os desempregados de novos ‘desfilados’:

no fato que as regulações tecidas ao redor do trabalho, vêm perdendo seu poder de integração. Reencontra-se e reproduz-se a vulnerabilidade de massa [...], pelo crescimento do desemprego e da precarização, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho, sua personificação se faz [...] pelo desemprego e pelos desempregados, os novos ‘desfilados’ sem lugar (CASTEL, 2015, p. 14)

Em seus estudos, Castel (2015), demonstra a exclusão das possibilidades de obtenção de trabalho assalariado relativamente estável, numa magnitude só comparável com as piores crises conjunturais de excesso de produção, porém agora de maneira prolongada e, para alguns, permanente, leva a um verdadeiro impasse social: “desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória” (CASTEL, 2015, p. 23). Desemprego, precarização das relações de trabalho e exclusão social, essas são questões fundamentais e relevantes quando se pensa em questões relacionadas ao mundo do trabalho nos dias de hoje. Juntamente com essa proposta econômica

neoliberal hegemônica, somamos o enfraquecimento da ação dos sindicatos, nas palavras de Antunes e Druck:

Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo. (ANTUNES e DRUCK, 2015, p. 22)

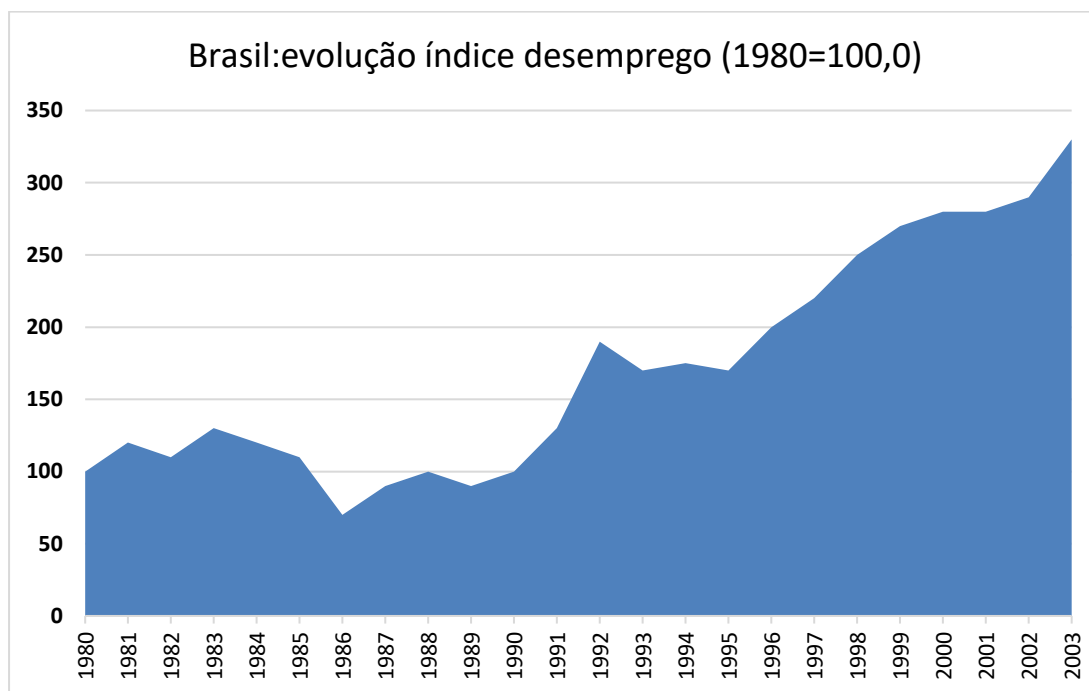
Já no Brasil esse processo de implantação de políticas neoliberais e desestruturação do mercado de trabalho também ocorreu, tendo reflexos diretos na economia, segundo a análise de Sabadini e Nakatani:

O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro está profundamente associado a implantação das políticas neoliberais no Brasil que se iniciou a partir do governo Fernando Collor (1989-1992) e se intensificou no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Além de provocar uma estagnação no crescimento econômico no país e submeter a economia nacional à dependência ao capital financeiro em detrimento dos investimentos produtivos, também provocou um extraordinário crescimento nas taxas de desemprego. Também nessa perspectiva, a flexibilização das relações de trabalho tem como perspectiva central a livre-iniciativa nas negociações coletivas entre empregado e empregador num jogo onde a correlação de forças entre o capital e trabalho é cada vez mais desigual. Privatizaram as empresas estatais, reduziram os gastos públicos e, como consequência da política econômica baseada em altas taxas de juros e sobrevalorização cambial, houve um intenso endividamento interno e externo. (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 276)

Talvez um dos maiores problemas que o país enfrenta hoje é, sem dúvida, a explosão e persistências de elevados índices de desemprego, sobretudo a partir da década de 1990, como bem enfatiza Pochamn:

O fenômeno do desemprego no Brasil é uma realidade incontestável dos anos 1990. (...) Em 1986, o Brasil ocupou a 13ª posição no *ranking* do desemprego mundial. Mas desde o início da década de 1990, o desemprego ganhou maior dimensão, sendo, a partir de 1994, responsável pela inclusão do Brasil no bloco dos quatro países com maior volume de desempregados. (POCHMANN, 2006, p.60)

Segundo esse autor, até o final da década de 1980, o desemprego era relativamente baixo no Brasil, mas a partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando por um posto de trabalho tomou conta do cenário nacional. O gráfico abaixo (Figura 1) demonstra os dados oficiais (IBGE, PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, ajustadas pelo autor), a evolução do fenômeno do desemprego no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990:

Figura 1: Evolução índice de desemprego – 1980-2003

Fonte: POCHMANN, 2006, p.60

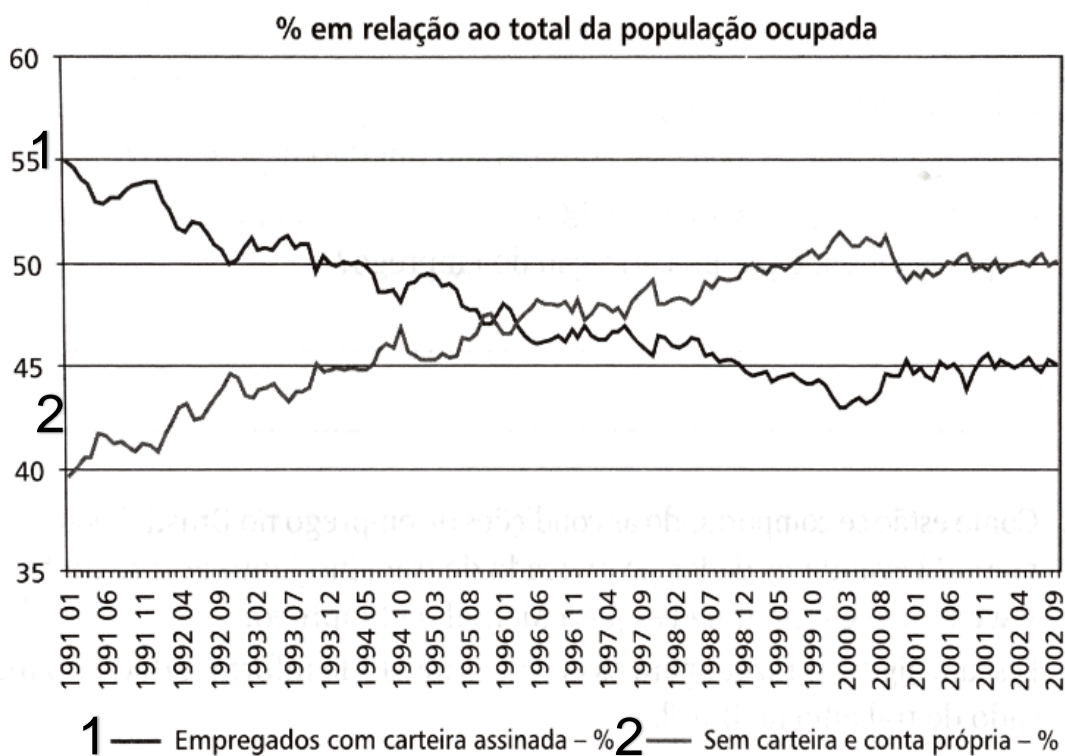
Não bastasse, se fizermos um olhar qualitativo sobre o desemprego, a situação ainda é pior para as famílias de baixa renda, com participação relativa a 62% dos desempregados, como bem analisam Antunes e Pochmann:

Pode-se também considerar a dimensão qualitativa do desemprego, capaz de caracterizar melhor a desvalorização dos trabalhadores sob a globalização neoliberal. Neste caso, constata-se que, para o conjunto das famílias de baixa renda, por exemplo, a taxa de desemprego no Brasil subiu de 9,4% para 13,8% entre 1992 e 2002, enquanto que, para os segmentos com maior remuneração, o desemprego subiu mais rapidamente, passando de 2,6% para 3,9%. Nesse sentido, o total de desempregados pertencentes às famílias de baixa renda subiu de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões em 2003, enquanto na classe média alta (que, em geral, apresenta maior escolaridade), o desemprego, que afetava 232 mil pessoas em 1992, abrangeu o contingente de 435 mil em 2002. Em função disso, a parcela da força de trabalho pertencente às famílias de baixa renda aumentou sua participação relativa no total dos desempregados. Em 2002, por exemplo, 62% dos desempregados pertenciam justamente às famílias de baixa renda, com o restante dividido entre famílias de classe média (32,4% do total dos desempregados) e de classe média alta (5,6% desse total). (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p.205)

Consequências desses índices, encontra-se um outro grande problema: a “precarização do emprego”. Isso se dá pela constituição de um “mercado informal” ou economia informal, *a priori* pode-se definir como economia informal as atividades que não respeitam as regras institucionais impostas pela sociedade, especialmente

as legislações fiscais e trabalhistas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONEDO JR, 2010, p.92). Inclui-se nesse mercado a pequena produção familiar, autônomos e informais de uma maneira geral que prestam seus serviços sem vínculo formal. Com ganhos menores, se gera um crescente empobrecimento de parte da população no desemprego, lançados no mercado informal, torna essa concentração massiva da pobreza nas cidades, tornando-se um problema crescente. Isso se demonstra na década de 1990, conforme figura abaixo (figura 2), o significativo aumento de trabalhadores sem carteira assinada, ou relegados ao mercado informal, tendo seu pico nos anos 2000. Enquanto os empregos formais com carteira assinada, caem consideravelmente, a partir de 1995. Isso demonstra uma precarização das condições de emprego e, conseqüentemente da proteção social que o Estado ofertaria a esses trabalhadores, deixando-os a própria sorte:

Figura 2: Empregados com e sem carteira assinada – Brasil -1991 - 2002



Fonte: GREMAUD; VASCONCELLOS; TONEDO JR, 2010, p.93. Adaptado pelo autor.

Informalidade, precarização resulta em inúmeros efeitos colaterais como diminuição da renda, degradação das condições de vida, aumento da desigualdade, aumento da pobreza, dentre outras mazelas, além da exclusão social, criando uma

“massa de trabalhadores” na condição “de fora” dos empregos formais, colocando-os na completa marginalidade.

Diante de uma crise estrutural do Estado de Bem-Estar Social, o trabalho, que experimentou uma fase de desenvolvimento na forma de trabalho assalariado amparado por um amplo suporte do Estado, dentro de um movimento denominado rede de proteção social, passa para uma espécie de involução ou entra num novo ciclo, o da ampliação da sua vulnerabilidade.

No entanto, essa mesma crise que joga ou recoloca o trabalho assalariado em condição subalterna, também demanda uma nova forma de se organizar o trabalho, recuperando o projeto economia solidária, de autogestão social ou de trabalho associado.

Por conseguinte, há uma outra gama de possibilidades e atividades econômicas que envolve uma outra lógica de produção e consumo. Uma parcela dessa população, que foi atingida por esses problemas e, frente às contradições do próprio sistema capitalista em ofertar alternativa, buscou formas de sobrevivência de maneira coletiva. Essa alternativa, que na década de 1990 foi denominada de “economia solidária” e, se dá, como processo alternativo ao emprego formal, a precarização e à exclusão social, na consideração que Cunha nos traz:

Economia Solidária é o termo de crescente reconhecimento para designar um conjunto diversificado de atividades econômicas (produção de bens ou serviços, comercialização, consumo, finanças) de base associativa e autogestionária. Solidariedade, cooperação e autogestão no plano econômico não são práticas novas, mas no Brasil emergem sob formas recriadas principalmente a partir dos anos 1980 e 1990, como uma das respostas dos trabalhadores às transformações do mundo do trabalho, em particular aqueles que estão há muito tempo fora do setor assalariado formal ou que nunca estiveram nele. Sua expansão contou historicamente com o apoio de organizações sociais diversas, como entidades religiosas, sindicatos e centrais sindicais, universidades, organizações não governamentais, movimentos rurais e urbanos. (CUNHA, 2012a, p.45 e 46)

A economia solidária surgiu como possível e experimental resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, em suma, frente a um horizonte de ampliação da vulnerabilidade do trabalho assalariado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente, assim definida por Singer:

O programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Sendo assim, são múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as cooperativas, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões e organizadas em diferentes setores da economia, além de outras formas de associativismo ou grupos informais de organização socioprodutiva, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” organizacional. Soma-se ainda os movimentos cooperativos e associativos, traduzidos também sob a forma de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) – formais e informais –, que fazem parte dos movimentos sociais inseridos na economia solidária, constituindo o principal processo de construção de formas econômicas alternativas, sociais e humanistas.

No entanto, assim como o trabalho assalariado demandou fomento e regulação da produção capitalista, inclusive com considerável investimento e subsídio público, é razoável inferir que a estruturação de uma outra forma de trabalho também demande a construção de novas relações sociais de produção, com o necessário investimento e apoio público.

Desse modo, em sintonia com a necessidade de viabilidade e de desenvolver essa forma alternativa do trabalho poder se organizar coletivamente, no contexto brasileiro, não só se criou um conjunto de políticas públicas sobre economia solidária, mas também reconheceu esse processo de transformação social e forma de organização em curso, surgindo em 2003, uma Secretaria de Estado (Nacional) para tratar dessa área, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse reconhecimento se materializou a partir da aprovação do Decreto 4.764/2003, que cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com a missão de difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil. A partir de então, há o reconhecimento dos empreendimentos econômicos

solidários, bem como uma definição e delimitação de sua organização, definindo-os a partir de uma portaria:

2.2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES):

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações:

- a) coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real;
- e) que realizem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (BRASIL, 2006)

Importante ressaltar que a SENAES, deixou de existir e foi transformada em departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019 (convertida em Lei nº13.844/2019), publicada em 1º de janeiro de 2020:

Art. 83. As competências, a direção e a chefia das unidades administrativas do Ministério do Trabalho existentes na data de publicação ficam transferidas, até a entrada em vigor das novas estruturas regimentais:

I - para o Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- a) a Coordenação-Geral de Imigração;
- b) o Conselho Nacional de Imigração;

II - para o Ministério da Cidadania:

- a) a Subsecretaria de Economia Solidária; e
- b) o Conselho Nacional de Economia Solidária;(BRASIL, 2019a)

Essa iniciativa do poder público em criar uma secretaria para tratar da economia solidária, trouxe muitos avanços. Dentre eles, foram realizados dois importantes estudos e levantamentos de dados, a fim de saber o perfil e a “dimensão” da economia solidária brasileira para se compreender a real dinâmica do seu desenvolvimento e apoiar a criação e implementação de políticas públicas. A SENAES coordenou esses estudos, denominados como mapeamentos dos empreendimentos de economia solidária, em todo país. O primeiro foi realizado entre 2005 a 2007 e, o segundo nos anos de 2010 a 2013, constituindo-se no I e II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, que nos dão algumas respostas

sobre os empreendimentos dessa economia, que serão objeto de nosso estudo e, também, análises.

Tais estudos advêm de uma lacuna, a saber, a economia solidária surge primeiro como projeto alternativo ao desemprego, e depois se materializa em diversas experiências e tentativas voluntárias ou espontâneas de se viabilizar o trabalho associado dentro da economia capitalista hegemônica. Em virtude do caráter ainda primitivo ou inicial da aplicação concreta deste projeto, surgem pelo menos duas questões elementares: O empreendimento de economia solidária é o mesmo que a empresa capitalista? Como garantir a viabilidade e a ampla sustentabilidade desta nova forma de organização socioeconômica?

Nesse sentido, nos demonstra Albuquerque:

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e economia solidária seja o modo de como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a gestão hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade. [...] A autogestão é representada pelo “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado. Sua adoção implica equilíbrio de forças entre os atores dentro da organização (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

A partir dessas diferenças, podemos nos debruçar a questionar uma série de dúvidas relacionadas aos empreendimentos da economia solidária, como por exemplo, quais são as condições para esses empreendimentos se constituam e permaneçam ativos? Ou, qual as condições ou as causas que explicam os seus problemas de sua expansão e até nos inúmeros casos de inviabilidade econômica e conseqüente encerramento de suas atividades. Logo, compreender melhor tais problemas de sustentação permitiria indagar: quais são as condições necessárias para se viabilizar/efetivar o potencial dos EES? Quais são as origens e os meios utilizados para a viabilidade (sustentação e desenvolvimento) desses EES? Quantos são os empreendimentos econômicos solidários no Tocantins? Aonde se localizam? Quem os compõe? São empreendimentos formais ou informais? Quantas vagas de trabalho são geradas? Os trabalhadores desses empreendimentos fazem parte dessa faixa da população de pobreza e extrema pobreza? São desempregados? Ou ainda, se são beneficiários de políticas públicas de transferência de renda? Em suma, o projeto de economia solidária goza de conteúdo e apoio político suficientes para os seus empreendimentos transitarem da

inerente vulnerabilidade do seu estágio inicial para uma perspectiva de consolidar um estágio de autêntico desenvolvimento estruturante de novas relações sociais de trabalho: o trabalho associado autogestionário?

A partir desses questionamentos este estudo tem como objetivo investigar e compreender o processo de constituição da economia solidária, a partir do percurso e do desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários no Tocantins. Apurar suas vulnerabilidades e potencialidades. A partir desse objetivo, iremos analisar:

- a. Como se constitui o processo de construção da economia solidária, a partir da inserção do trabalho associado em um contexto de mercado capitalista, bem como suas potencialidades e vulnerabilidades;
- b. Como se dá o desenvolvimento e o comportamento das políticas públicas, frente a constituição dessa economia solidária;
- c. Analisar um estudo de caso de uma comunidade tradicional quilombola do Estado do Tocantins, onde se busca implantar um conjunto amplo de variáveis estruturantes para a viabilidade efetiva do trabalho associado e autogestionário (economia solidária).

A abordagem metodológica consoante com as nossas fontes de dados (duas bases de microdados, disponibilizadas pelas SENAES⁴), se baseia na análise estatística quantitativa descritiva, dessas fontes de dados primárias, porém selecionando questões pontuais e comparativas entre as duas, para demonstrar o percurso do desenvolvimento versus vulnerabilidades da economia solidária, além de ponderar também as fragilidades desta política pública (mapeamento oficial da economia solidária).

Já para o estudo de caso, além da visita técnica *in loco*, utilizamos as fontes primárias, formada por todos os documentos já produzidos pelo projeto na Barra da Aroeira (projeto aprovado, atas de reuniões e demais documentos, além

⁴ Foram realizados dois mapeamentos nacionais, conforme já destacados. O primeiro entre 2005 e 2007 e, o segundo, entre 2010 e 2013. Foram aplicados dois instrumentos de coleta, contendo 72 no primeiro e 171 questões no segundo, além de um questionário sobre a questão de gênero contendo 09 questões, o que nos trouxe inúmeras variáveis em dois períodos históricos, além de duas bases de microdados nacionais contendo 21.759 e 19.708 EES (no primeiro e no segundo mapeamento, respectivamente). Neles estão contidos algumas das principais características dos EES e de seus associados, como: a atividade econômica do EES, o número de sócios e sócias, seu perfil social, a participação no movimento da Economia Solidária, dentre outras características.

de referenciais oficiais das políticas públicas do Estado do Tocantins para esse projeto), bem como fontes secundárias como trabalhos elaborados acerca da comunidade a fim de demonstrar seu percurso, suas potencialidades e vulnerabilidades. Em nossa abordagem será utilizado o método dialético, a fim de pensar e compreender a realidade social, suas potencialidades e vulnerabilidades, do ponto de vista histórico e considerando a totalidade dos fenômenos observados (partindo das categorias analíticas de compreensão do real já descobertas e analisadas -referência teórica-, análise do singular -os EES no Tocantins-, e a sua implicação para o mesmo todo, ou seja, os impactos dos casos específicos na sociabilidade que os contém).

O método dialético, contrapõe e conecta sujeito e objeto, fenômeno e essência, cabe salientar que sobre os trabalhadores se perceber que as relações estabelecidas por eles como meio concreto de sobrevivência, podem transformar o real, logo, neste movimento a dialética torna exequível a mudança (revolução) do *status quo* por possibilitar a compreensão de que o mundo é sempre resultado da práxis humana. Nesse sentido o método dialético, tal como proposto por Marx, é justamente uma tentativa de pensar o mundo integrando as diferentes esferas contraditórias do real no seu movimento histórico. O consideramos adequado, na medida em que nos possibilita compreender melhor, como bem explicita Kosik:

A realidade é interpretada, não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento.[...] A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 1989, p.29 e 50)

Sobre as fontes de microdados a nossa análise de dados e resultados foi feita da seguinte forma: as duas bases da SENAES, foram disponibilizadas em excel e as transportamos para o SPSS (Statistical Package Social Science). Devido a algumas limitações técnicas⁵ das bases, trabalhamos com as duas em separado.

⁵ Essas bases disponibilizadas pela SENAES, possuem características técnicas bastante distintas. O formato da suas tabulações nas respostas não seguem um padrão: por exemplo, enquanto a mesma questão nas duas bases, em uma delas contém todas as alternativas – resposta: de 1 a 4 dentro da questão, na outra fonte de dados ela possui quatro vezes a mesma informação (sim ou não).Essa disposição técnica das variáveis impossibilita uma análise comparativa unificando as duas

A partir da seleção das questões, nos detemos, exclusivamente, sobre os dados do Estado do Tocantins.

Analizamos os instrumentos de coleta das duas bases dados, a fim de verificar as igualdades e diferenças entre eles, já adaptando vários elementos, com intuito de já utilizar e analisar com o nosso estudo:

- a) No primeiro questionário, aplicado na primeira base, há 72 questões, divididas em 7 seções: (1) identificação, (2) abrangência e características gerais, (3) tipificação e dimensionamento da atividade econômica, (4) investimento acesso ao crédito e apoios, (5) gestão do empreendimento, (6) situação de trabalho no empreendimento, (7) dimensão sociopolítica e ambiental;
- b) No segundo questionário, aplicado na segunda, contém 171 questões, divididas em 9 seções: (1) Identificação e abrangência, (2) características predominantes dos sócios, (3) características gerais do empreendimento, (4) tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação de trabalho dos sócios, (5) situação de trabalho dos não-sócios, (6) investimento, acesso a crédito e apoios, (7) gestão do empreendimento, (8) dimensão sociopolítica e ambiental, (9) apreciações subjetivas a respeito do EES;
- c) Entre os dois instrumentos de coleta, ao fazermos o cruzamento e a identificação das questões, identificamos 57 (cinquenta e sete) questões que são as mesmas questões e suas respectivas variáveis, o que nos possibilita a comparabilidade em um espaço temporal entre os dois questionários. Conforme Quadro 1, a seguir demonstrado, ordenamos e classificamos as **questões comuns** (a informação “dimensão” e “área”, foi elaborada e adicionada pelo autor, já classificando as questões que interessam ao nosso estudo), aos dois instrumentos de coleta de dados:

bases de informações. A alternativa a essa limitação é a comparabilidade entre as duas bases de dados de forma separada.

Quadro 1 – Questões em comuns – instrumentos de coleta da SENAES

Dimensões	Área	Questões comuns (ordem sequencial)
Perfil empreendimento	Perfil	1.Município 2.Ano do início do empreendimento 3.Forma de organização (formal e informal) 4.CNPJ 5.Área de atuação (rural ou urbana) 6.Situação atual (funcionamento)
Autogestão	Associados	7.Nº de associados (total) 8. Associados que trabalham no empreendimento? 9. Nº de associados que trabalham? 10.Existe não associados trabalhando no empreendimento? 11. Quantos? 12. Qual a forma de contratação? 13. Tipo de trabalho? 14. Tipo de vínculo? 15.Quais as instâncias de direção e coordenação? 16. Formas outras formas de participação associados? 17.Periodicidade participação?
Resistência capital e meios de produção	Motivação, origem e destino produção, dificuldades, participação em rede	18.Principais atividades econômicas 19.Origem da matéria prima 20.Situação dos equipamentos 21.Destino dos produtos (venda, troca, autoconsumo) 22.Nº de associados (total) 23.Pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados em rede 24.Como é feita a comercialização (públicos de destino) 25.Destino principal da comercialização 26.Espaços onde são feitos a comercialização 27.Encontra dificuldades da comercialização? 28.Qual a origem dos insumos? 29.Participa de rede/fórum de articulação? 30.Se sim, quais? 31.Participa de movimentos populares? 32.Tipo de movimentos? 33.Faz alguma ação social/comunitária? 34.Se sim, área? 35.Iniciativas que faz para qualificar os produtos e serviços?
Geração de trabalho e renda	Atividades, Produção, comercialização e remuneração	36.Motivo da criação do empreendimento 37.Atividades econômicas (produção, comércio, consumo...) 38.Tipo de remuneração? 39.Remuneração média mensal? 40.Benefícios, garantias e direitos?
Políticas Públicas	Investimentos, acesso a créditos e apoios	41.Motivo da criação do empreendimento 42.Origem dos recursos? 43.Investimento nos últimos 12 meses? 44.Tipo de investimento? 45.Valor do investimento? 46.Busca de crédito? 47. Finalidade crédito? 48. Fonte de crédito? 49.Valor do crédito? 50.Situação do pagamento crédito? 51.Existe hoje necessidade de crédito? 52. Qual a finalidade?

		53. Dificuldade de acesso ao crédito? 54. Quais dificuldades? 55. Acesso a apoio, assessoria, assistência e capacitação? 56. Tipo de apoio? 57. Quem forneceu apoio?
--	--	--

Fonte: Elaboração do autor com base nos instrumentos de coleta de dados SENAES, 2005/2010.

- d) Fizemos um refinamento entre a primeira e a segunda base de dados, identificando quantos EES foram revisitados e quantos são novos;
- e) Foi feito um comparativo entre as duas bases de dados em um espaço temporal, entre o primeiro e o segundo estudo, tentando demonstrar os objetivos de nosso trabalho;
- f) Foi agrupado a análise a partir das dimensões propostas: as questões de natureza organizativa dos associados, seus meios de produção e desenvolvimento e suas possíveis relações com as políticas públicas;
- g) As análises foram categorizadas, segundo classificações das microrregiões e municípios conforme classifica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, é importante ressaltar **alguns limites** dessa investigação que encontram algumas barreiras de ordem técnica e de desenho estrutural entre as duas pesquisas, realizadas pela SENAES, no Brasil, dentre elas:

- (1) Comparando os dois questionários, fica notável o número significativo de questões adicionais (108 questões adicionadas na segunda versão). Na primeira coleta em 2005-2007, foram coletadas 72 questões, ao passo que na segunda coleta, entre 2010-2013, foram aplicadas 171 questões, com adicional de instrumento de coleta específico para questão de gênero (mulheres), contendo 9 questões, totalizando 180 questões; O que traz uma dificuldade na comparabilidade, uma vez que muitas das questões que aparecem no segundo estudo, não existem no primeiro;
- (2) Na primeira base de dados, foram mapeados 21.859 empreendimentos, ao passo que na segunda base, foram 19.708 empreendimentos; Embora pareça normal esses números, comparando a primeira base com a segunda, temos uma lacuna de

14.020 empreendimentos que, segundo os pesquisadores não foram “localizados” ou mesmo “não encontrados”, o que deixa em aberto o que terá acontecido com esses empreendimentos, deixando uma lacuna metodológica – de execução da segunda pesquisa -, mas que não chega a inviabilizar sua comparabilidade;

- (3) Um ponto fundamental que foi coletado no segundo instrumento e que não estava contemplado no primeiro: o grau de instrução dos associados;

Apesar de termos uma fonte de dados vasta, que poderia ser explorada de diversas maneiras, ao invés de seguirmos rigorosamente as questões identificadas como sendo as mesmas entre as duas bases (descritas no quadro 1), faremos uma seleção das que mais se destacam para o cumprimento dos objetivos, bem como, poderemos pontuar questões do último mapeamento (2010), que poderão trazer mais elementos acerca das políticas públicas e sua relação com a economia solidária. Porém, e não menos importante, utilizaremos questões da primeira base (2005) em comparação ou não com a segunda, para demonstrar o percurso do desenvolvimento versus vulnerabilidades da própria economia solidária.

Outro ponto importante a ressaltar é a própria construção de referenciais teóricos sobre a economia solidária. Por se tratar de uma teoria que ainda está em construção a grande maioria das produções acerca do tema, se iniciaram na década de 90.

Organizamos nosso estudo, em seis seções, além da introdução, a fim de analisar o desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Estado do Tocantins, considerando a temporalidade das duas bases de microdados da SENAES e, em especial, as políticas públicas no Estado a partir de 2010 até os dias de hoje, nos seus aspectos de potencialidades e vulnerabilidades. Como esse processo de constituição de uma economia solidária baseada na solidariedade se dá no Tocantins, tendo em vista a questão mais ampla da própria inserção do trabalho associado dentro de um mercado capitalista (e a partir disso, como se comportam e reverberam os potenciais e as vulnerabilidades);

A partir disso, fizemos uma triangulação entre a questão teórica macro (condicionantes como neoliberalismo e capitalismo), o projeto de construção da economia solidária, e a possível viabilidade dela no mercado capitalista, considerando o papel do Estado, como dificultador e facilitador, neste processo (uma vez que o Estado é o aparato institucional, historicamente, tem conseguido contrapor e regular o capitalismo), apresentando a discussão nas seguintes seções:

- 1) Padrões de desenvolvimento (capitalista e solidário) e suas consequências.
- 2) A construção ou percurso da economia solidária dentro de um mercado capitalista. Como se dá a viabilidade por parte dos agentes envolvidos (EES) e sua busca por políticas públicas que possa contrapor a sua desvantagem estrutural em termos de acúmulo de meios de produção;
- 3) Políticas públicas de economia solidária: a viabilidade da economia solidária pelo Estado, pelo seu papel diante das contradições do capitalismo, de geração de trabalho e renda, de inclusão social e também em termos de sustentabilidade;
- 4) Resumo das políticas públicas: destacando os Mapeamentos da SENAES como um elemento na própria constituição destas políticas públicas;
- 5) A partir desses dados, como essas políticas públicas se formam e se comportam no Tocantins;
- 6) Por sua vez, trazemos um caso de pesquisa-ação (em uma comunidade quilombola, situada no Tocantins: Barra da Aroeira), aonde se busca considerar todos os potenciais e vulnerabilidades da economia solidária e tem como objetivo viabilizar uma política pública de maior envergadura e consistência.

Por fim, em nossas considerações finais tecemos nossas expectativas de aprimoramento da própria teoria da economia solidária, que está explicitamente em construção.

1 PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Quando falamos em desenvolvimento, de forma genérica, a primeira impressão que temos é a ideia de que ele se associa a melhoria de algo, estando geralmente associado, enquanto sinônimo de “desenvolvimento capitalista”, como a certeza de ser algo benéfico, bom. Entretanto é importante advertir que “desenvolvimento” pode ter significados bem distintos – inclusive em se tratando de “desenvolvimento capitalista”, pode ser até algo prejudicial (por exemplo para os trabalhadores); Portanto, desenvolvimento não pode ser assumido como um conceito único, que está sempre associado com sentido positivo, uma vez que ele não deixa de ser uma construção social, e como tal pode ter distintos conceitos, como bem assinala Amaro (2003, p.36) “o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polêmicos da Ciências Sociais [...] Nestes últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30 anos, o conceito conheceu várias versões, tornando mais complexo e menos linear...”.Essas reformulações e polêmicas, apesar de obedecerem a interesses, segundo Amaro (2003), convergem para avaliar e classificar o nível de progresso e bem-estar. Que podem ter entendimentos distintos, o progresso e bem-estar para o desenvolvimento capitalista pode não ser o mesmo para o desenvolvimento da economia solidária. Uma forma de ilustrar esse viés do contraditório, é o próprio conceito de desenvolvimento que os participantes da I Conferência Nacional de Economia Solidária, defendem:

O desenvolvimento é visto comumente como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em áreas empobrecidas. Este é o desenvolvimento capitalista, que beneficia parte da população, mas marginaliza os demais, aprofundando a desigualdade entre incluídos e excluídos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.08)

Sendo o conceito uma construção social, não se deve esquecer que esse é um conceito eurocêntrico, com bem identificado por Amaro:

Seja como for, o conceito de desenvolvimento desde o início que tomou como referência, para sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais, entendendo-se como <<boas práticas>> as suas evoluções, a caminho de uma sociedade da abundância, durante os cerca de 200 anos que tinham decorrido entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial. (AMARO, 2003, p.42)

Ainda, o autor nos traz duas considerações distintas sobre o que seja o desenvolvimento. A primeira, advinda das matrizes histórico-cultural europeia, enquanto fruto das Revoluções Industrial e Francesa o apresenta enquanto “expectativas de desenvolvimento, traduzindo-se nomeadamente em ‘modelos’ e ‘kits’ propostos (ou impostos) aos que vão mais atrás, como receitas seguras para os seus processos de desenvolvimento” (Op. cit., p.47). Essas “receitas seguras” se complementam com a estruturação desse conceito em onze mitos⁶: economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologicismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo. Já a segunda, a partir dos anos 60/70 e posteriores, traz uma visão de desenvolvimento - não com uma única direção - como a primeira, mas como um conceito múltiplo, plural:

“os seis novos conceitos são (com alguma ordem cronológica): Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado. Tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, é possível organizar os cinco primeiros em três grandes <<fileiras ou famílias conceptuais>>, ficando o último a parte, como conceito transversal: a) a <<fileira>> ambiental; b) a <<fileira>> das pessoas e das comunidades (people-centered); c) A <<fileira>> dos Direitos Humanos e da dignidade humana. (AMARO, 2003, p.55)

⁶ Segundo o autor: “**economicismo**, sendo considerado o crescimento econômico a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento e muitas vezes com ele confundido (ou tornado sinônimo); **produtivismo**, considerando-se a produtividade, o tempo e os critérios produtivos os fatores decisivos do desenvolvimento, levando à marginalização do (e dos) que não é (são) produtivo(s); **consumismo**, uma vez que é necessário vender o que se produz (para o crescimento econômico) e, portanto, desenvolver-se é também consumir cada vez mais; **quantitativismo**, valorizando a quantidade (e as economias de escala), muitas vezes em detrimento da qualidade; **industrialismo**, uma vez que foi através da industrialização que os países desenvolvidos iniciaram e construíram o seu processo de desenvolvimento e o mesmo deviam fazer os outros, imitando aqueles; **tecnologicismo**, acreditando-se no progresso tecnológico como a verdadeira alavanca e o motor mais potente da produtividade e do crescimento econômico e, portanto, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento; **racionalismo**, como base do conhecimento certo (a «ciência») e da ação produtiva (a «eficiência»); **urbanicismo**, traduzido no mito da superioridade do «urbano» sobre o «rural», e na conseqüente fuga para as cidades, e na adopção dos modos de vida urbanos, como símbolos de desenvolvimento; **antropocentrismo**, colocando o Homem acima dos outros seres vivos e no centro do processo de bem-estar, ainda que de forma parcial, valorizando sobretudo, ora o Indivíduo (no capitalismo), ora o Coletivo (no socialismo), mas esquecendo-se do «Homem na Natureza»; **etnocentrismo**, que não é propriamente uma característica específica deste contexto cultural e civilizacional (as «sociedades industriais»), mas que nele assume uma perspectiva eurocêntrica globalizante, ou seja interferindo e violentando todos os outros continentes (incluindo a destruição de civilizações); **uniformismo**, porque, em nome da eficiência, se definiram «one best ways», ou modelos únicos de boas práticas a imitar, no que se refere aos modelos de produção e de consumo, aos modos de vida, aos modelos culturais, aos sistemas políticos e aos ecossistemas, destruindo a diversidade de que é feita a Vida”. (Op. cit., p.46 e 47)

Tendo como ponto de partida essas duas “visões” podemos falar em dois padrões de desenvolvimento: o capitalista e o solidário. São dois olhares diferentes sobre o mesmo conceito, como bem nos esclarece Paul Singer:

Desenvolvimento capitalista é desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas, ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiados pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados. (SINGER, 2004, p.09)

O sentido do desenvolvimento para a economia solidaria e seus empreendimentos, está muito mais consoante com o viés conceitual do desenvolvimento local, esse, segundo Amaro se “exprime fundamentalmente o processo da satisfação de necessidades e de melhoria nas condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo” (AMARO, 2003, p.57), sentido oposto do viés produtivista, do capitalismo, voltado para a acumulação e desenvolvimento do capital em detrimento das necessidades dos trabalhadores. O capital inclusive vai se reinventando, agregando novos atores (como o Estado), precarizando as formas de trabalho assalariado, prejudicando o trabalhador, conforme sustenta, Antunes e Druck:

O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, se transformou sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e precarização do trabalho. São mudanças impostas pelo processo de financeirização e mundialização da economia num grau nunca antes alcançado, pois o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho. O Estado passou a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia financeira”, cujos governos, em sua imensa maioria, pautam-se pela desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (ANTUNES e DRUCK, 2015, p. 20)

Desenvolvimento para a lógica capitalista está relacionado, ao não-desenvolvimento do trabalhador, o que foi chamado de “reestruturação produtiva”, demonstrado na visão de Antunes:

Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua

competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe que vive do trabalho. (ANTUNES, 2006, p.25)

Essa reestruturação produtiva, do trabalho assalariado, disfarçada de “desenvolvimento”, acompanhada da promessa de geração de empregos, traz consigo mais precariedade, pela flexibilização e desregulamentação do trabalho assalariado, como aponta Vasapollo:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados [...] A flexibilização é considerada uma das alternativas para combater o desemprego. Mas o que é flexibilização? [...] A flexibilização, definitivamente, não é a solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição a força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, do qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. (VASAPOLLO, 2006, p45-46)

Essa “nova organização do trabalho” não vem sozinha, mas sim acompanhada de dois fatores que determinam *uma nova ordem mundial*⁷ sobre essa reestruturação do mundo do trabalho: a globalização e o neoliberalismo.

A globalização não está somente ligada - de forma simplória - como podemos imaginar, como uma integração mundial, seja ela econômica, financeirização de mercados, melhoria das comunicações e dos transportes, mas traz uma nova concepção, uma reconfiguração ampla do capitalismo, como bem destaca Estenssoro:

Entendemos a globalização como uma nova configuração do capitalismo – nascida de desregulamentação e liberalização do comércio internacional, dos investimentos diretos e dos fluxos financeiros, juntamente com a internacionalização da produção, circulação e consumo – configuração esta que se coloca dentro de um processo de *mundialização* que remonta às cruzadas, passa pelos descobrimentos, conquista, colonização, imperialismo, transnacionalização de empresas, internacionalização dos mercados financeiros e, agora, culmina com a formação de um espaço econômico, político, estratégico, informacional cada vez mais global, único e múltiplo simultaneamente. Esse processo (*mundialização*) e sua atual configuração (*globalização*) revelam o extraordinário desenvolvimento do capitalismo, mas não escondem sua incapacidade de prover o sustento da

⁷ A *globalização*, ao promover uma economia de mercado privatizada, desregulamentada e liberalizada estaria desobrigando o capitalismo de procedimentos, regras e instituições que lhe permitia construir um *contrato social* na forma de Estado do Bem-Estar social. Mas ainda, a internacionalização do capital teria um papel fundamental no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação *fordista*. (ESTENSSORO, 2003, p.17)

população mundial. Nisto consiste a crise. E esta é uma crise que se dá em três níveis: crise do *modelo neoliberal de crescimento econômico*; crise do *padrão de acumulação dependente* e crise do *modo de produção capitalista*. (ESTENSSORO, 2003, p.18)

É uma reconfiguração que atinge uma dimensão múltipla (econômico, político, estratégico, informacional), mas que tem como objetivo norteador o desenvolvimento do capitalismo em detrimento do desenvolvimento humano, isso traz uma série de consequências, para citar uma delas: “...mas *não escondem sua incapacidade de prover o sustento da população mundial*”, conforme destaca o autor. Ora isso por si só é trágico. Se traduz em exclusão, para não falarmos em extermínio como parte desse perverso sistema.

De sobremaneira, esses efeitos da globalização também se demonstram no mundo do trabalho, bem como forte influência nos Estados nacionais:

O argumento continua ao afirmar que a *globalização* e sua influência sobre a acumulação de capital provocam sobre o consumo doméstico uma dupla pressão: 1)de um lado, ocasionam a queda dos rendimentos do trabalho assalariado; e 2)de outro, redistribui a renda em favor dos rentistas (classe social que detém a propriedade do capital financeiro). Além disso pesam sobre as finanças públicas três mecanismos regressivos em termos de renda e de solvência dos Estados nacionais: 1)queda na arrecadação de impostos diretos e indiretos em função do *desemprego estrutural* e da estagnação do consumo; 2)redução dos impostos sobre o capital e sobre os rendimentos resultantes de aplicações financeiras; e, finalmente, 3)aumento do peso orçamentário do serviço da dívida pública, tanto interna como externa, devido ao aumento das taxas de juros.(Op. cit., p.17)

Junto dessas consequências, andando lado a lado da globalização se encontra o neoliberalismo. O conceito passou a ser adotado para designar a onda de desregulamentação dos mercados, livre comércio, a livre mobilidade do capital, a privatização e de desmonte do Estado de Bem-Estar Social ao redor do mundo. Nele, o Estado tem um papel decisivo. Conforme nos demonstra Andrade, o neoliberalismo tem seus métodos, sua amplitude e consequências são amplas:

Seus métodos atuais são: 1. Privatização e mercadização. Trata-se da transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe, abrindo-os à acumulação capitalista, como nos casos da utilidade pública (água, telecomunicações e transporte), dos benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde e pensões), das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa e presídios), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água), dos direitos de propriedade intelectual (patente de materiais genéticos e biopirataria) e dos direitos de propriedade comum (direitos à aposentadoria estatal, ao bem-estar social e a um sistema nacional de saúde). 2. Financeirização. Característica marcada pelo estilo especulativo e predatório, ou por operações fraudulentas e pela dilapidação e transferência de recursos via inflação,

fusões e aquisições, endividamentos de famílias e do Estado, comissões sobre transações supérfluas, contabilidade criativa e ataques especulativos realizados por fundos de derivativos e grandes instituições financeiras. 3. Administração e manipulação de crises. Crises orquestradas, administradas e controladas pelo complexo formado pelo Tesouro dos Estados Unidos, por Wall Street e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que lançam a rede da dívida como forma de transferir a riqueza dos países pobres para os países ricos. 4. Redistribuições via Estado. Uma vez neoliberalizado, o Estado contribui para reverter o fluxo redistributivo em direção das classes altas, realizando privatizações, códigos tributários regressivos, subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas e direcionamento de verbas públicas para beneficiar grandes corporações. (ANDRADE, 2019, p.221)

Sua lógica, seu “*modus operandi*”, estão estruturados em processos de exploração, com a transferências de elementos essenciais ao desenvolvimento humano (como os benefícios sociais) que passam do interesse público para o privado. Polanyi, nos remete a lembrar essa motivação “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (Polanyi, 2000, p.60). Acompanhado de outros elementos como a financeirização que o autor chama de *financiarização* é o novo formato da exploração. E, por fim o Estado a serviço das crises criadas pelo sistema e como regulamentador delas, transformar os serviços públicos em privados, seguindo um paradoxo: o de “tirar do interesse público”, entregar para o privado, com a razão ou desculpa de manter o interesse público comum.

Essa tem sido a tônica, a prática e a visão do neoliberalismo, difundir sua razão como um pensamento único⁸, ou ele é vendido como único caminho para o progresso econômico e social, ele é desenvolvimento, o moderno. A lógica e seu ideal é a criação de um capitalismo *laissez-faire*⁹, como comentado nas palavras de Soares:

É o avanço do capitalismo, portanto, através do aumento da rivalidade entre suas corporações gigantes, "solidarizando" os espaços econômicos nacionais, homogeneizando os padrões de produção e consumo e introduzindo profundas diferenças sociais nas áreas de penetração recente, que determina a tão propalada decadência do "estatismo". Ou seja, o intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira que o acompanharam, levaram à uma perda considerável da autonomia dos Estados Nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas

⁸ O pensamento único é a tradução em termos ideológicos de uma pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular do capital internacional, segundo RAMONET (1995, p.1).

⁹ *Laissez-faire* é expressão escrita em francês que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.[1] Esta filosofia tem início nos Estados Unidos e nos países da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX. (WIKPEDIA, 2020)

econômicas e demonstrando a precarização de suas políticas sociais. (SOARES, 1995, p.6)

Essa lógica do “pensamento único”, do ideário neoliberal, vem ao encontro, pontuando princípios de como “as regras” deverão funcionar, os conceitos-chave, demonstrados nos argumentos de Ramonet:

Os outros conceitos-chave do pensamento único são conhecidos: o mercado, um ídolo cuja "mão invisível corrige as rugas e disfunções do capitalismo", e especialmente os mercados financeiros, cujos "sinais guiam e determinam o movimento geral do capitalismo", 'economia'; competição e competitividade, que "estimulam e energizam os negócios, levando-os à modernização permanente e benéfica", livre comércio sem margens, um fator de desenvolvimento ininterrupto do comércio e, portanto, das sociedades", a globalização da produção industrial e dos fluxos financeiros ; a divisão internacional do trabalho, que "demandas sindicais moderadas e custos salariais mais baixos " ; moeda forte, " fator estabilizador " ; desregulamentação ; privatização ; liberalização etc. Sempre "menos estado", uma arbitragem constante em favor da renda do capital em detrimento da do trabalho. (RAMONET, 1995, p.1)

Todos esses elementos entram em choque com os interesses sociais, pois “o ideário neoliberal não somente criminaliza os movimentos sociais, senão que condena o Estado Social e as políticas de caráter universalizante pela crise econômica e de governabilidade” (SILVEIRA, 2013, p.154). As crises são maneiras de cada vez mais aprofundar o viés de exploração – tratado inclusive como “desenvolvimento” -, a exemplo das formas de precarização do trabalho (como a terceirização), enquanto saída para o desemprego. Essas consequências ficam cada vez mais evidente ameaçando o mundo do trabalho assalariado, bem como a diminuição das proteções que traz o Estado de Bem-Estar Social. Para Castel, aqui se encontra um desafio, o atual sistema se encontra em uma bifurcação:

Estamos sem dúvida, diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construir uma figura do Estado social a altura dos novos desafios. A aceitação da primeira parte da alternativa não pode ser excluída. Mas poderia custar o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, desta montagem inédita de trabalho e de proteções que teve tanta dificuldade para se impor. (CASTEL, 2015, p.35)

Já no Brasil, um país de capitalismo recente, na visão de Antunes: “o capitalismo brasileiro, de desenvolvimento hipertardio, quanto ao seu modo de ser, vivenciou, ao longo do século XX, um verdadeiro processo de acumulação industrial, especialmente a partir do getulismo” (ANTUNES, 2006, p.16), em

especial, a partir da década de 1990, foram sentidos as consequências desse receituário neoliberal:

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, quando, com o advento do receituário e da pragmática definidos no Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. (ANTUNES, 2006, p.15)

As desregulamentações apontadas foram catastróficas para o país, bem como suas variadas consequências, que vão desde a desestruturação do mundo do trabalho, dos processos produtivos como terceirização (ou flexibilização), conforme citado por Antunes:

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade. (ANTUNES, 2006, p.19)

Nesse padrão de desenvolvimento não bastasse as nefastas consequências que tange à precarização do mundo do trabalho, ainda há os efeitos dela como a exclusão social e a pobreza, como aponta Singer:

Como não poderia deixar de ser, a contra-revolução do capital teve como consequência, em todos os países, o aumento da exclusão social. Trata-se na realidade, de um processo cumulativo: a precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada de 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias. Essas conquistas históricas do movimento operário foram decisivas para limitar a extensão do desemprego em face do crescimento acelerado da produtividade do trabalho durante os anos dourados (1945-73). Agora todos os ocupados por conta própria, reais ou formais, perderam estes direitos. Seus ganhos em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado, mas pelo montante de serviços prestados. Nesta situação os trabalhadores por conta própria tendem a trabalhar cada vez mais, na ânsia de ganhar o suficiente para sustentar o padrão usual de vida. (SINGER, 1998, p.30)

Esse “ocupados por conta própria formais”, se transformam em mão-de-obra mais barata, explorada ao máximo, tidos como sinônimo de modernização do trabalho, é o fenômeno da terceirização e informalidade como Singer bem ressalta:

Não é que estes (operadores por conta própria) tenham se tornado mais competitivos em relação às empresas capitalistas. Estas é que passaram a transformar uma parcela de seus empregados em fornecedores autônomos de serviços, mediante a assim chamada *terceirização*. Sendo o emprego informal contrário à lei, ele só se efetiva com a cumplicidade do

trabalhador. A pressão crescente do desemprego é fator poderoso para que grande número de pessoas aceitem o emprego informal. (Op. cit., p.43 e 45)

Essa “nova lógica” neoliberal traz efeitos devastadores para a sociedade, dentre eles a exclusão e conseqüente desigualdade e pobreza, no argumento de Singer: “o processo de exclusão social pode levar a mais desigualdade e certamente mais pobreza” (SINGER, 1998, p.62), ou como demonstra no detalhamento de Estenssoro, que esse sistema e o neoliberalismo, trazem em si *-intrinsecamente-* uma lógica de concentração de renda, pobreza, desigualdade:

No entanto, é improvável que ocorra uma diminuição significativa da pobreza relativa ou *desigualdade* dentro desse sistema. Explique-nos. Trata-se de dois problemas a enfrentar: de um lado **um modelo de crescimento** ao qual corresponde um *modo (liberal) de combate à pobreza*; e de outro lado, um **sistema econômico** – dizemos ‘sistema’ porque se trata de da *hegemonia* de um *modo de produção (capitalismo)* no planeta – que por sua lógica interna produz a concentração de renda e riqueza dentro dos países e em nível mundial. Temos, em primeiro lugar, uma coalizão sócio-econômica e política em torno da redução da intervenção dos Estados na economia e pela regulamentação dos mercados – o chamado **neoliberalismo** – que representa os interesses não somente das empresas transnacionais (ETNs), mas também do mercado financeiro internacional. É esta coalizão que vai comandar um tipo de intervenção governamental para combater a pobreza, com o apoio dos organismos internacionais. Em segundo lugar, temos o próprio **sistema capitalista** que, com suas estruturas e mecanismos, é o principal gerador da desigualdade nos países e na economia internacional. Na nossa opinião, o *modelo de crescimento neoliberal* aumenta a *pobreza* e o *sistema capitalista* perpetua a *desigualdade*, tanto interna, quanto entre as nações. (ESTENSSORO, 2003, p.110)

Consoante a isso, o neoliberalismo traz esse conjunto conseqüências, que vão desde a desestruturação do mundo do trabalho até a pobreza e exclusão social. A informalidade, uma dessas conseqüências, na análise de Campos, redimensiona as relações de trabalho:

[...] na dimensão do mercado, o processo de informalidade na América Latina revelou-se por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, regras e normas envolvendo as relações entre as empresas para organizar a produção e sua distribuição, os processos de produção do trabalho, as formas de inserção no trabalho, as relações de trabalho e os conteúdos dessas ocupações. Ainda, [...], estas características provocaram dois fenômenos: 1) a reorganização do trabalho assalariado e conseqüente aumento da vulnerabilidade nas situações de trabalho e 2) aumento do emprego por conta própria e estratégias de sobrevivência, associadas ao setor informal, geralmente em atividades de baixa produtividade, o que revela uma precarização do trabalho. (CAMPOS, 2017, p.3)

Todos esses elementos trazem uma convergência importante: o aumento da vulnerabilidade nas situações de trabalho. Não diríamos uma vulnerabilidade senão “um conjunto delas”, que atinge o mundo do trabalho, a sociedade e suas consequências relacionadas aos fenômenos da globalização e neoliberalismo.

Ressaltar a definição dessas vulnerabilidades se faz necessária, pois “a vulnerabilidade sempre será definida partir de um perigo ou um conjunto deles, em dado contexto geográfico e social” (MARANDOLA JUNIOR e HOGAN, 2006, p. 36). Ela (a vulnerabilidade) é um conjunto de elementos, como cita, ainda Monteiro:

Percebe-se que são considerados múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade social, constituindo um conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, devido à ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades). Isso implica a aquisição de recursos simbólicos e materiais capazes de contribuir para o acesso a bens e serviços e de alguma mobilidade social. [...] A vulnerabilidade social pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos e grupos que podem ser insuficientes ou inadequadas para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade (Op. cit., p.33 e 35)

Além de se constituir em um complexo e multifacetado, há um outro ingrediente importante que dimensiona e define esse viés de vulnerabilidade social, na complementar definição de Monteiro, colocando-a como parte de uma relação dialética:

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. Diante desses pressupostos, a compreensão de vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo e interno. O externo refere-se ao contexto de referência, já o interno pauta-se em características básicas de indivíduos, grupos lugares ou comunidades. (MONTEIRO, 2011, p.32)

Uma premissa fundamental em nosso estudo é nos questionarmos, sobre o real sentido da vulnerabilidade do trabalho associado e trazer a discussão sobre a sua viabilidade, no campo da economia solidária e dos empreendimentos. Questionamentos que nos auxiliam nessa resposta como: quem é esse associado que compõe o empreendimento de economia solidária? Há questões relativas a vulnerabilidade? Se houver, elas são internas, inerentes ao trabalho associado autogestionário que estão imersos em um ambiente hegemônico pelo capitalismo

ou são fruto de uma imposição externa, opressora, que impede o devido desenvolvimento de uma espécie de modo de produção solidário?

Tratar, com a devida ênfase a dimensão dessa vulnerabilidade – das pessoas – desses componentes que conduzem os empreendimentos é uma primeira e fundamental aproximação para a compreensão de suas vulnerabilidades e condição para superar as mesmas e transitar para um desenvolvimento solidário enquanto promoção de uma forma de trabalho viável e digna para todos os seres humanos.

Nesse sentido, vamos tentar compor um olhar multidimensional tendo como ponto de partida alguns indicadores críticos que compõem uma **dimensão dessa vulnerabilidade social** (analisando elementos como pobreza, desemprego, informalidade, desigualdade social e políticas de transferência de renda, em especial, o programa bolsa família). Esses elementos demonstram uma dimensão da vulnerabilidade e, possivelmente podem estar presentes no perfil dos trabalhadores que compõem os empreendimentos de economia solidária. Outro questionamento muito importante é quantos desses trabalhadores em seus empreendimentos econômicos solidários – formais e informais – no Brasil, fazem parte da faixa de população de pobreza e extrema pobreza? Ou ainda, se são beneficiários de políticas públicas de transferência de renda?

Outro ponto muito importante se dá na dimensão das vulnerabilidades dos empreendimentos de economia solidária. Problematizar as vulnerabilidades e as potencialidades dos EES. Em especial, questões relacionadas a sua viabilidade – recursos – como origem da matéria prima, equipamentos, transporte, destino e espaços da comercialização, entre outros elementos. Igualmente importante é desvendar a origem dos recursos e como se dá o acesso a eles, busca e necessidade ao crédito e apoios, necessidade de investimentos, origem desses recursos, isto é, elementos inerentes para a sustentação geral de um empreendimento.

Todo esse conjunto de vulnerabilidades, em parte são falhas da participação do Estado em garantias de sua função primária que é o estabelecimento e incentivo de alternativas de desenvolvimento. A regulação estatal é um importante mediador sobre o conceito de desenvolvimento. A viabilidade da

economia de mercado, capitalista ou uma alternativa (todas requerem a mediação do Estado) aonde o investimento público é necessário para economia de mercado, para alocar investimentos, corrigir falhas do próprio mercado, mas também para subsidiar as alternativas de desenvolvimento que possam surgir (como o caso da economia solidária), também são de responsabilidade estatal. Há outras alternativas, outras concepções de “se desenvolver”, como ressalta as conclusões da I Conferência Nacional de Economia Solidária:

[...] Na concepção predominante, o desenvolvimento é compreendido como o aumento da produtividade global, ou seja, tem sido resumido ao crescimento econômico como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos, em determinados países ou regiões. Mas esse não é o modelo que pretendemos, pois o predomínio do capital financeiro, que subordina os investimentos produtivos, reduz a capacidade do sistema em gerar novos postos de trabalho, agravando a questão social com a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego. Essa concepção capitalista de desenvolvimento considera somente seu aspecto econômico quantitativo, sem considerar seu aspecto distributivo, favorecendo a concentração do capital e gerando as desigualdades sociais e territoriais, a degradação ambiental e a desvalorização das culturas locais. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Existem outras concepções de desenvolvimento que consideram a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas as atividades econômicas. E nesse sentido que a economia solidária aponta para um novo modelo de desenvolvimento sustentável e incluyente. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.09)

Dessa forma, apesar da crescente desestruturação do emprego e avanço do neoliberalismo e suas mazelas sociais, surge no Brasil uma forma alternativa de organização econômica e social desses trabalhadores. Dessa forma, a economia solidária se mostra como uma concepção ampliada ou integral de desenvolvimento, aonde as variáveis tipicamente relacionadas a questões sociais e ambientais são parte inerente do processo, e não tratadas como “externalidades” como faz o sistema capitalista.

Como abordamos, o viés capitalista e da economia solidária são dois padrões distintos, e com lógicas, características e consequências distintas.

De um lado o capitalismo e de outro a economia solidária. Essa coloca o desenvolvimento num contexto social, político e econômico que implique transformações de valores e princípios (cooperação, autogestão e solidariedade) como fundamentais, conforme esclarecido por Singer:

A economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da

concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não a eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores. (SINGER, 1998, p.9)

A lógica dela, portanto não é a mesma lógica do capital, mas sim funciona em uma outra racionalidade, como ressalta Gaiger:

por se tratar de organizações fundadas na livre associação de trabalhadores, na cooperação produtiva e em princípios de autogestão, adotam uma racionalidade distinta e contraposta sob certos aspectos à lógica econômica intrínseca à acumulação contínua de capital. (GAIGER, 2007, p.57)

Por fim, como destacamos, o desenvolvimento possui vários “vieses”, dependendo de quem, de qual “autor” (capitalismo ou economia solidária) parte sua concepção. Assim, consideramos que as consequências do tipo de desenvolvimento adotado estão a elas diretamente associados. E quem pode delimitar e/ou mitigar os efeitos negativos é o Estado. Ele pode se mostrar um importante protagonista quando se fala em desenvolvimento, com a função de “equilibrar mais a balança dos efeitos negativos” que se demonstram na ampliação das vulnerabilidades sociais. O Estado pode protagonizar a mediação de um formato de desenvolvimento menos produtor de mazelas sociais para os trabalhadores e a sociedade. Um padrão de desenvolvimento menos predatório, mais humano e solidário.

2 A CONSTRUÇÃO OU PERCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DENTRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

2.1 A Economia Solidária e o mercado capitalista

Para entendermos a construção ou percurso da Economia Solidária é necessário entender suas raízes, como ela se constitui, quais seus elementos fundantes, seus princípios bem como quais suas abordagens e sua relação com o ditos “Empreendimentos de Economia Solidária (EES)”. Nem sempre ela se encontrou no mercado capitalista, isso é muito recente. Historicamente ela sempre existiu, vamos ilustrar algumas dessas situações.

As raízes históricas do nascimento da economia solidária se dão pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao crescente empobrecimento dos artesãos daquela época, culminando com a criação da primeira cooperativa moderna em 1844: os pioneiros de Rochedale, “considerada a mãe de todas as cooperativas [...], fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios [...], entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com esse propósito” (SINGER, 2002, p. 39).

Segundo Silva, o conceito surge ao longo do século XX, como um conjunto de práticas coletivas, na busca de estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial, como ele bem sustenta:

O conceito foi construído ao longo do século XX na Europa, no interior da chamada “economia social”. Tal expressão representa um debate sobre as possibilidades de cooperação econômica e as formas de manifestação da solidariedade na sociedade, englobando atividades econômicas, como aquelas desenvolvidas por cooperativas de trabalhadores nos mais diversos setores produtivos, e não econômicas, como o trabalho voluntário em associações de diferentes finalidades. (SILVA, 2018, p.12)

Essa economia social, se demonstra, quando as pessoas se encontram na cooperação e na reconstrução do espírito comunitário, nas quais o trabalho dividido se recompõe socialmente. Por que as pessoas na cooperação se desenvolvem e enriquecem – a partir da convivência, nos valores - uns aos outros, tendo como diretriz valores e princípios - não os que estimulam a competição (numa situação de “perde/ganha”), mas sim em relações de reciprocidade e solidariedade (“ganha/ganha”). A humanização, a partir do trabalho requer o desenvolvimento de

relações de cooperação. Aqui se encontra o fulcro da centralidade do trabalho e da construção da chamada “economia da solidariedade”.

Sob o olhar de Polanyi, nas sociedades mais simples, ele reconheceu dentre os tipos de atividades econômicas, a que deu o nome de “reciprocidade”¹⁰ (Polanyi, 2000, p. 67), aonde as pessoas ajudavam-se umas às outras, e havia trocas e permutas econômicas, livremente. Contudo, essas sociedades simples também possuíam uma autoridade central capaz de garantir assistência aos excluídos, aos esfomeados ou aos doentes, funcionando assim como um agente de redistribuição, tendo um caráter recíproco de produção, trocas e auxílio mútuos. Quando os pertences de alguém eram destruídos, o chefe certificava-se que os outros membros da tribo acudiam aquela pessoa em dificuldades. A reciprocidade e a redistribuição¹¹ eram atividades econômicas que promoviam a coesão social e estabilização as relações sociais.

Já para Durkheim, a divisão do trabalho teria a função de promover a solidariedade, ao considerar a divisão do trabalho para além dos efeitos econômicos, dessa forma, analisando a partir das implicações morais, ele enfatiza que:

[...] Os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação como efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho. (DURKHEIM, 1995, p.2)

Em sua análise, a ideia de solidariedade pressupõe a existência de uma coesão na sociedade, de estabelecimento de vínculos sociais que interligam os indivíduos uns aos outros e que concentrem seus esforços comuns. Da mesma forma, a reciprocidade e cooperação são elementos coesivos da sociedade:

De fato, o contrato é por excelência, a expressão jurídica da cooperação [...] as obrigações a que dão origem são correlatas ou de obrigações recíprocas, ou de prestações efetuadas. O compromisso de uma parte resulta ou do compromisso já assumido pela outra, ou de um serviço já prestado por esta última. Ora, essa reciprocidade só é possível onde há

¹⁰ É a execução de todos os atos de troca, como presentes gratuitos e recíprocos. Polanyi, explica que, em sua entre eles, os princípios de comportamento não estão associados basicamente à economia, um deles é a reciprocidade (Polanyi, 2000, p.67).

¹¹ “Os membros de uma tribo de caçadores geralmente entregam a caça ao chefe para a redistribuição” e, assim “uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena”, para utilização em comum com todos. (Polanyi, 2000, p.68)

cooperação, e esta, por sua vez, não existe sem a divisão do trabalho. (Op. cit., p.100)

Esses tipos de economia, citados anteriormente, podemos destacar que são marcados por um fundamento em comum: a solidariedade¹². Ela, no âmbito da economia solidária, se torna um valor fundamental, dentre os vários como afirma Gontijo e De Paula:

No âmbito da Economia Solidária, por sua vez, valores como autonomia, solidariedade, coletividade e cooperação ganham destaque, abrindo espaço para outro tipo de formação educacional e profissional [...] O consenso ocorre em torno das noções de autonomia e autogestão, compromisso com a sustentabilidade ambiental, solidariedade, democracia e participação, ser humano como finalidade da atividade econômica, valorização do saber popular/do trabalhador, e valorização e respeito à diversidade. (GONTIJO; DE PAULA, 2019, p.4 e 11)

Outro elemento fundante da economia solidária é a autogestão. Segundo Guillerm e Bourdet, a palavra *autogestão*, foi introduzida na França, nos anos 60, para denominar a experiência iugoslava que se rompera do sistema stalinista, fazendo um movimento de retorno ao marxismo autêntico, que fora pervertido pelo regime de Stalin. Significava, “autogerir-se”, “tomar um outro caminho”, uma outra maneira de viver em comum, inteiramente nova. Eles afirmavam:

o que chamamos de autogestão é outra organização nacional [...] que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas, igualitariamente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 30).

A solidariedade, a cooperação e a reciprocidade perpassam a economia solidária – enquanto pilares basilares –, assim como a autogestão, se fundamentam como princípios importantes de organização social, econômica e política. A autogestão possui um sentido amplo, mas que se submete ao princípio da igualdade, de acordo com as considerações de Guillerm e Bourdet:

A autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social [...] a autogestão não se restringe ao econômico, ela o inclui.[...] O axioma fundamental e, para falar mais adequadamente

¹² Solidariedade: (...) laço ou vínculo recíproco de pessoas ou de coisas independentes; adesão ou apoio a uma causa, a um movimento ou a um princípio; sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, dum nação ou da própria humanidade; relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns; (...) dependência recíproca (In: DICIONÁRIO AURÉLIO, 2014)

constitutivo da autogestão é, meridianamente, o da *igualdade das pessoas*. (Op. cit., p. 41 e 46)

Entretanto, ao tratarmos de economia solidária, cabe-nos perguntar “qual economia solidária”? Ela é um conceito em si?

Assim como há diferentes correntes de pensamento sobre o que seria a economia solidária, também há diferentes abordagens, sobre esse tipo de economia, ressaltamos, algumas a seguir:

A primeira, liderado pelo economista Paul Singer, cujos escritos e militância política desde os anos 1970 o tornaram figura de referência no movimento sindical brasileiro, mostra que a economia solidária se caracteriza não como um conceito, mas antes de tudo com um movimento histórico, social e político:

De acordo com o Singer [...], a Economia Solidária tem em suas raízes a dialética entre a solidariedade e a competição na economia e entre a autogestão e a heterogestão nas organizações. Singer defende que a história da Economia Solidária remonta ao cooperativismo revolucionário do século XIX, que deu origem aos princípios cooperativistas e inspiraram o cooperativismo de consumo, de crédito e de compras e vendas, fomentadores das experiências de Economia Solidária ao longo do século XX. (GONTIJO; DE PAULA, 2019, p.4)

E também como uma alternativa ao modo de produção capitalista, a partir da incorporação de princípios na vida cotidiana:

[...] Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (SINGER, 2002, p. 112)

Outra abordagem, fundamentada pelo argentino Coraggio, a caracteriza como uma economia social, em que os agentes econômicos não estão separados de suas identidades sociais, nem de sua história, nem de sua cultura. Se trata de uma alternativa encontrada pelos setores populares para sobreviverem:

Tal vez así se entienda su denominación expresa de “Economía Social”. Esta vertiente –bajo diversas variantes, como ya veremos– ve la posibilidad de desarrollar una socioeconomía, en que los agentes económicos no son escindidos de sus identidades sociales, mucho menos de su historia y de su incrustación en el mundo simbólico e institucional que denominamos cultura. Al ver la economía como inseparable de la cultura, la Economía Social la mira como espacio de acción constituido no por individuos utilitaristas que tajan materiales, sino por individuos, familias, comunidades y colectivos de diverso tipo que se mueven dentro de instituciones decantadas por la práctica o acordadas como arreglos voluntarios, que actúan haciendo transacciones entre la utilidad material y

los valores de solidaridad y cooperación, limitando (no necesariamente anulando) la competencia. (CORAGGIO, 2011, p.44 e 45)

Para ele, essa economia social seria mais ampla que a economia solidária, segundo abordaria seu conceito:

Eu tomei uma decisão pessoal: acho que o conceito teórico mais significativo para entender tudo isso que estamos falando aqui é “economia do trabalho”, e não Economia Solidária. É um conceito mais amplo, que engloba muitas formas de organizar autonomamente o trabalho, com a ressalva de que todas essas formas partilham algo: por trás delas está a lógica da reprodução ampliada da vida. (Op. cit., p.38)

Uma terceira abordagem, proposto por Marcos Arruda, aonde aponta a economia solidária pode ser considerada como ‘um outro modo de vida’, em que valores percebidos vão muito além da competição, característica da sociedade capitalista:

La Economía Solidaria, en suma, es una forma ética, recíproca y cooperativa de consumir, producir, intercambiar, financiar, comunicar, educar, desarrollarse que promueve un nuevo modo de pensar y de vivir. La sociedad civil, especialmente el mundo del trabajo, empoderase para ser el sujeto principal y soberano de su vida y de su propio desarrollo. El Estado, el capital, el desarrollo económico y el tecnológico son concebidos como medios para hacer viable el desarrollo humano y social. La colaboración solidaria es la forma predominante de relación social. El compartir y la coparticipación en la producción, distribución y consumo son la emoción y la matriz de la acción. (ARRUDA, 2004, p.3)

E, por fim uma abordagem que faz Gaiger, sobre o processo produtivo enquanto parte de um trabalho associado:

Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar ou favorecer um maior rendimento do trabalho associado. (GAIGER, 2003. p. 192-193)

Gaiger ainda nos traz que a partir dessas características de trabalho associado, da autogestão, da cooperação, poderá haver uma lógica que reverta os efeitos do capitalismo:

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais

separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital. (Op. cit., p. 193)

Algumas dessas abordagens (Singer, Coraggio, Gaiger) vão de encontro ao sistema capitalista, sobretudo e, em especial ao neoliberalismo.

Singer, complementa essa oposição e cita que o capitalismo ainda possibilita oportunidades. Ele afirma que a economia solidária se fundamenta na tese “que as contradições do capitalismo” criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas de cunho solidário e cooperativo, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante:

A economia solidária pode é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo (SINGER, 2002, p. 114)

Na sua visão, ele ressalta a importância disso que poderá ser o diferencial na construção de uma nova alternativa, não só econômica, mas também de reconstrução de valores e vínculos de um novo paradigma frente a hegemonia do capitalismo globalizado.

Em contraposição ao processo capitalista, como alternativa tem sido esta: um grupo se apropria de ferramentas de trabalho, outro das tecnologias de gestão, outros do conhecimento tecnológico, etc. Isso se demonstra, no caso brasileiro, aonde a economia solidária começa a servir enquanto outra possibilidade de sustento, já na década de 90:

Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas (frutos da desindustrialização e do desemprego em massa), das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil. (SINGER, 2009, p. 43)

Contudo, as relações sociais baseadas no capital, isto é, no antagonismo estrutural entre os seres humanos, na medida que vão produzindo esta divisão social do trabalho, vai restando uma capacidade de trabalho cada vez mais residual implicando um empobrecimento do homem. Ao mesmo tempo rompem-se os vínculos que articulam as comunidades humanas, porque os homens com suas diversas potencialidades se relacionam em termos competitivos e conflituosos rompendo relações de cooperação e solidariedade, dando lugar a relações de força e competição. Empobrecidos, os homens não se relacionam na riqueza de suas qualidades, mas na pobreza e homogeneidade das suas carências, e acabam criando formas de sobrevivência e manutenção das necessidades mais básicas.

Historicamente a sociedade conviveu com sistemas econômicos que vão dos mais simples (da economia de trocas) aos mais elaborados (sistema capitalista) e nesse percurso, há a presença e o resgate dos valores e vínculos da identidade da natureza humana como cooperação, solidariedade, reciprocidade, seja de forma mais básica, como nas relações de troca ou de uma maneira mais elaborada explícita na forma de organização que chamamos de autogestão.

2.2 As condições de viabilidade de um intercâmbio para a economia solidária

As condições de viabilizar uma outra estrutura ou dinâmica de economia, uma economia centrada na solidariedade substantiva e autogestão nas relações de trabalho – a economia solidária - são sobretudo desafiadoras, tendo um contexto tão hostil e por base de mercado capitalista, que visa em primeiro lugar não o desenvolvimento das pessoas, mas sim a valorização do capital. Nessas condições a sociedade tem experimentado profundas transformações no mundo do trabalho, a partir de um padrão de desenvolvimento baseado no lucro, o que impõe uma mudança na lógica exploração do trabalho assalariado, que estava relativamente protegido no contexto do Estado de Bem-Estar Social, mas que retorna para um caráter de “hiper exploração” (por exemplo, como os elementos de desemprego, precarização e terceirização já citados). Com isso, a busca por uma economia alternativa se torna, sem dúvida alguma, desafiador.

Mesmo com esse difícil panorama, podemos enumerar várias experiências de economia solidária, ao longo do tempo, e também vários entendimentos sobre ela, diferentes nomenclaturas, bem como “correntes de pensamento” divergentes.

Nessa perspectiva, podemos ponderar que o percurso da economia solidária, e sua viabilidade a partir do mercado capitalista, em pelo menos três alternativas a depender do contexto histórico e das escolhas dos trabalhadores em associação socioprodutiva. Assim temos, conforme nos traz Silva e Nagem:

A primeira argumenta que as experiências de economia solidária emergem como um *modo* de produção, com princípios e práticas avessos àqueles que caracterizam o sistema capitalista, [...] a segunda corrente reúne estudiosos que interpretam as iniciativas desse campo como um *modelo* de produção, que como tal, convive com o sistema capitalista e com ele se relaciona [...], por fim há um grupo de estudiosos que interpreta a economia solidária simplesmente como uma reação às crises do sistema capitalista, caracterizando formas marginais de inserção econômica que tenderiam a desaparecer quando tais crises cessarem [...] (SILVA; NAGEM, 2011, p.9)

Embora possa haver essas diferentes formas de pensamento sobre a economia solidária, há elementos importantes para a condicionar a uma real viabilidade desse mercado. Nesse sentido, o papel da política pública tem um papel muito importante, segundo Pochmann, quando aponta as condições dessa viabilidade:

Sobre isso, aliás, emergem, pelo menos, cinco grandes lacunas cujo papel das políticas públicas pode ser determinante no fortalecimento da economia solidária no país. Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. Em outras palavras, trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária. Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. Em certo sentido, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não capitalista. **Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária.** Além da articulação das fontes institucionais existentes de financiamentos (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista (Sebrae). Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão-somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação. Por fim, **como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias.** É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada. (POCHMANN, 2004, p. 31)

O autor enumerou importantes pontos no fortalecimento e manutenção da economia solidária e que são de protagonismo do Estado: 1º) um marco jurídico para economia solidária, 2º) Padrão de financiamento adequado, 3º) Rede de produção, difusão e tecnologia, 4º) Incorporação nas políticas públicas 5º) Compras setor público, redes de distribuição e comercialização. Vamos passar a analisar esses elementos:

No quesito “marco jurídico” a necessidade de uma legislação específica que ampare a economia solidária, trazendo efetivamente o **reconhecimento dos sujeitos e sua forma de organização e forma de trabalho (associativo e autogestionário)**, trazendo assim segurança jurídica e abrangendo pontos

importantes que vão desde o reconhecimento à formalização, do tratamento tributário adequado até o efetivo acesso as políticas públicas.

No Brasil há várias leis de Economia Solidária em níveis estaduais e municipais, porém que estão dispersas pelo país. Entre elas, leis que criam Conselhos Municipais ou Estaduais, outras que criam Fundos de apoio e financiamento aos empreendimentos solidários, mas todas sem um “concatenador comum” entre elas, como por exemplo uma legislação federal, que seja uma referência, como princípio de um marco legal. Felizmente, em fins 2019, foi aprovado no Senado Federal um Projeto de Lei n. 4685/2012, de iniciativa da Câmara Federal, aprovado agora em dezembro de 2019, sob o número de Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137/2017¹³, que institui uma **Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária**. Nele, teremos um marco que estabelece definições, princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Economia Solidária, como bem enumera, originalmente, o referido projeto de lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado. **Parágrafo único.** As diretrizes, princípios e objetivos fundamentais da Política Nacional de Economia Solidária se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias, ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços. (BRASIL, 2019b, p.1)

A referida lei traz a perspectiva de contemplar o **segundo ponto: padrões de financiamento adequado** em seu Art. 6º, VII – promover o acesso da economia solidária a instrumentos de fomento [...] (Op. Cit, p.3), também, **Rede de produção, difusão e tecnologia**, no Art. 8º, VI- apoio a pesquisa, ao desenvolvimento e apropriação adequada de tecnologias. (Op. Cit, p.4), e **forma de incorporação nas políticas públicas** disposta no Art 3º:

Art. 3º, caput, A Política Nacional de Economia Solidária constitui o instrumento pelo qual o poder público, com a participação da sociedade

¹³ Como foram realizadas alterações, o projeto retorna a Câmara dos Deputados, para dar continuidade da sua tramitação até sua possível aprovação.

civil organizada, formulará e implementará planos e ações com vistas ao fomento da economia solidária. Op. Cit. p.1)

Na lei, praticamente todas as lacunas apontadas por Pochmann, poderão ser preenchidas e amparadas, como **acesso à educação** (formação, assessoramento técnico e acesso as tecnologias), aquisição de meios de produção – com **crédito e financiamento**, e uma **política** que facilite a possibilidade de **comercialização no mercado institucional**, estão presentes nessa nova lei e poderá trazer um novo marco regulatório brasileiro muito benéfico e imprescindível para a consolidação da viabilidade para a economia solidária.

Além dessas lacunas que são parte integrante do protagonismo das políticas públicas e que poderiam ser sanadas pela nova lei, temos outros elementos importantes que fazem parte da composição e viabilidade de um setor da economia da solidariedade como: os atores sociais, a infraestrutura, as redes de cooperação e um mercado ou intercâmbio propício para a economia solidária.

É necessário saber que são esses **atores** que compõem economia solidária. Franca Filho, nos dá uma visão sobre esses componentes:

É um desenho identificando o que consideraria como atores fundamentais que compõem esse campo da economia solidária no Brasil. Vou considerar que existem quatro tipos, ou quatro categorias de atores ou instâncias organizativas. A primeira representa o que poderíamos definir como organizações de primeiro nível, que são os empreendimentos econômicos solidários (EES). Uma segunda categoria de atores inclui as chamadas organizações de segundo nível, ou as entidades de apoio e fomento (EAF). Em seguida, uma terceira categoria, com diferenças marcantes em relação às duas outras, que são as formas de auto-organização política, ilustradas nas redes e nos fóruns de economia solidária. Por fim, consideramos que existe um quarto ator, representado através de uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado e que está em construção. Isso porque vêm efetivamente participando hoje do campo da economia solidária, por exemplo: uma rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, uma secretaria nacional para a economia solidária, assim como uma série de outras instâncias políticas de Estado, na maioria das vezes em forma de secretarias e diretorias, que estão tentando construir políticas públicas de economia solidária. (FRANÇA FILHO, 2006, p.49)

Importante ressaltar que todos esses atores já possuem protagonismo no panorama brasileiro, historicamente, indo desde EES até fóruns de discussão.

Já na **infraestrutura**, podemos destacar, que o acesso aos meios de produção e comercialização são um ponto fundamental para esses processos produtivos. Muito relevante também a constituição de uma infraestrutura de

logística, uma vez que grande parte dos empreendimentos se encontram em áreas rurais.

As **redes de cooperação**, elemento fundamental para a economia solidária, uma vez que propicia mais efeitos de reforço mútuo, se mostra como uma das estratégias que se tem observado, pelo exemplo do próprio movimento da economia solidária, demonstrando a sua capacidade de atuação em rede. Assim, um ator importante nesse cenário é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja importância está declarada em sua missão:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. (SOLIDÁRIA, 2018)

Ou no mesmo sentido, mas como redes integradas entre os EES, como destaca Benini:

Como forma política de resistência a esses imperativos, há vários movimentos e iniciativas de integração dos empreendimentos solidários, isto por meio de redes, moedas sociais, clubes de troca, entre outras iniciativas. Como desdobramento dessa tensão/resistência, mais recentemente, estão sendo implantadas, progressivamente, várias políticas públicas de apoio e/ou fomento a tais iniciativas. Eis uma primeira antítese das contradições inerentes de se buscar formas de autogestão do trabalho dentro ou inseridas no mercado capitalista, centrado no valor de troca e na acumulação. (BENINI e BENINI, 2010, p. 617)

Por fim, o fomento de **um mercado de economia solidária**. Hoje isso se dá a partir das feiras de economia solidária, que concentram a produção, a comercialização em formato de venda direta ao público consumidor.

Enfim, após esses elementos, brevemente destacados, cabe a pergunta se há as condições de viabilidade de um intercâmbio socioproductivo voltado para a economia solidária?

Em suma, poderíamos ponderar que há um vetor determinante para compor tais condições de viabilidade, que é a opção por um **projeto e força política** de se construir uma economia alternativa à capitalista e centrada na solidariedade substantiva e autogestão social. Quanto menor essa força política e quanto mais frágil for a consistência desse projeto, mais subordinada ao mercado estarão todos

aqueles que compõem os EES. Os elementos, com já apontamos, se fazem presentes, basta optar por torná-los protagonistas desse novo projeto.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil a política pública voltada para a economia solidária foi fruto de uma mobilização de toda sociedade civil organizada, esporadicamente em alguns momentos, apoiados por governos locais, perfazendo um verdadeiro esforço coletivo, que surge desde os anos 1980 e de forma mais articulada a partir dos anos 1990. São diversos atores sociais que começam a se organizar em fóruns, para implementar experiências pontuais de economia solidária (porém, naquele momento, com outros nomes como: projeto de geração de trabalho e renda, economia popular e solidária, economia social, entre outras nomenclaturas...) nas políticas públicas, como foi o caso de Porto Alegre, São Paulo e Recife:

Destaca-se, que junto ao movimento social alguns estados da federação e municípios haviam criado políticas governamentais em ES, destacando os casos das prefeituras de Porto Alegre-RS, São Paulo-SP, Recife-PE, Belém-PA e o do governo do Estado do Rio Grande do Sul (1998-2002) o que também influenciou a criação de uma Secretaria de ES no Governo Federal. (Brasil, 2012, p.14)

A formação da política pública de economia solidária brasileira, advém de uma diversidade de experiências associativas, em vários setores econômicos, grupos populacionais, na sua origem, nos anos 1990:

...o grande número de experiências associativas que passam a ser organizadas pelos trabalhadores, no meio urbano e rural, em distintos contextos econômicos e sociais, junto a experiências de empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitárias de caráter formal e informal; associações e cooperativas constituídas por agricultores/as familiares e assentados da reforma agrária; cooperativas urbanas (de trabalho, de consumo e serviços), grupos de finanças solidárias, dentre outros. (BRASIL, 2012, p.12)

Isso trouxe uma riqueza de experiências associativas, advindo dessa diversidade de organizações em torno das práticas de economia solidária e isso foi levado em conta o diálogo com as políticas públicas que foram, a partir disso, pensadas de forma transversal (com várias ações de órgãos, programas e projetos governamentais diferentes, porém com o foco da economia solidária), demonstrando as consequências desses esforços e experiências, culminaram em várias ações de organização da economia solidária brasileira que foram dando lugar

a espaços institucionalizados até alcançarem as políticas públicas. O Relatório dos oito anos¹⁴ da SENAES, ressalta muito bem esse resultado:

Durante os últimos oito anos o Governo Federal iniciou a construção de uma política nacional de economia solidária, reconhecendo o acúmulo de esforços de milhares de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais. Trata-se de um grande mutirão nacional que tem por finalidade potencializar as estratégias e as alternativas emancipatórias de geração de trabalho e associado e de cooperação de atividades de produção, comercialização e consumo articuladas a processos sustentáveis e solidários de desenvolvimento. (BRASIL, 2012, p.9)

Vale ressaltar um breve histórico dos momentos mais importantes dessa organização pela caminhada da economia solidária, rumo a uma política pública institucional. Em 2001, a partir do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária – GT Brasileiro que era composto por diversos atores sociais:

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. [...] O movimento que vinha sendo articulado pelo GT Brasileiro era constituído principalmente por entidades de assessoria/ fomento e por um segmento de gestores públicos e apontava para a necessidade de combinar a ampliação regional com o investimento em empresas e empreendimentos de economia solidária. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país. (SOLIDÁRIA, 2018)

Esse Grupo de Trabalho, no final de 2002, durante a I Plenária Brasileira de economia solidária, elaborou uma carta ao governo Lula¹⁵:

A elaboração e aprovação da carta, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, ocorreram durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas. (Op. Cit)

¹⁴ Entre os anos de 2003 à 2010.

¹⁵ No final de 2002, decorrente do processo eleitoral a presidência da República do Brasil, culminou com a vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, o Lula.

Esse documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O GT Brasileiro também deu origem, posteriormente, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

O FBES é fruto do processo histórico impulsionado no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelaram-se na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” onde se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. (Op. Cit)

No ano seguinte, em 2003, na realização da II e III Plenárias Nacionais de Economia Solidária, organizada pelo GT Brasileiro, consolidou a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e também foi dado conhecimento público de instituição da SENAES:

Em 2003, o Fórum Social Mundial aconteceu em janeiro, em Porto Alegre/RS, e foi o ponto de referência para mobilizações, encontros e construção de estratégias do campo da Economia Solidária. A II Plenária Nacional aconteceu nesta ocasião e foi coordenada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária. Estiveram reunidas cerca de 800 pessoas, entre elas representantes internacionais da área. O intuito de criar uma instância nacional se fortaleceu e, pela primeira vez, foi construída uma agenda de mobilização nacional, envolvendo estratégias de discussão pelos estados a fim de debater a composição permanente de um espaço nacional. Em junho/2003 foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária. Contou com processo preparatório de mobilização em 17 estados e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi constituída pouco antes da ocasião. (Op. Cit)

O reconhecimento dessa nova economia como política pública, consequência de todo esse processo histórico de debate e movimentos da sociedade civil, deu origem a criação de uma política pública nacional, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho, aprovado pelo Decreto 4.764/2003, que criou a Secretaria, com a missão de difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, com bem aponta a Secretaria em seu relatório:

A criação da SENAES proporcionou a introdução de novos temas na agenda do TEM e do Governo Federal, tais como: finanças solidárias, comércio justo e solidário, empresas recuperadas em regime de

autogestão, cooperativismo social, entre outros. Esses eram temas que permeavam debates nas organizações da sociedade civil, mas com pouca ou nenhuma repercussão nas políticas públicas. (BRASIL, 2012, p.28)

A partir disso o poder público brasileiro para a reconhecer e pontuar o que reconheceria como o seu entendimento de economia solidária:

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil constituindo uma alternativa de trabalho e renda e inclusão social. (BRASIL, portaria nº30, 2006)

E também de reconhecimento de direito da cidadania:

A construção de uma política pública é um processo sistemático de reconhecimento de direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores/as às condições socialmente necessárias de produção, e como dever do Estado. (BRASIL, 2012, p.9)

A SENAES passa a ter uma função estratégica de coordenar as ações de economia solidária no Brasil, conforme descrito na mesma portaria nº30:

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), por intermédio do seu Departamento de Estudos e Divulgação, assume as seguintes atribuições de gestão estratégica do sistema: a) acompanhar e monitorar a implementação do SIES; b) celebrar convênios de cooperação técnica e financeira para implementação do SIES nos estados; c) zelar pela adequada utilização das informações cadastradas no SIES, de acordo com os seus objetivos; d) cadastrar e autorizar o acesso ao sistema através de senhas de usuários indicados pelas Equipes Gestoras Estaduais, para cadastro e atualização de informações; e) disponibilizar acesso público, as informações e análises do SIES que sejam pertinentes, de acordo com o presente Termo de Referência; f) disponibilizar às Comissões Gestoras Estaduais as cópias das bases de dados estaduais para a implementação de Sistemas Territoriais e Especiais de Informações de Economia Solidária, de acordo com a solicitação formalizada [...]; g) disponibilizar cópias de microdados do SIES com base em instrumento próprio de cessão de informações; h) apoiar, acompanhar e orientar as Comissões Gestoras Estaduais na implementação dos Sistemas Territoriais de Informações de Economia Solidária, garantindo a integração dos mesmos ao sistema nacional informatizado; i) acionar os órgãos competentes na averiguação e punição de casos de uso indevido das informações do SIES, ou seja, naqueles casos de uso fora dos objetivos previstos no presente TR; e j) dirimir dúvidas e esclarecer procedimentos não previstos no presente TR, no que se refere ao uso e divulgação das informações do SIES. (BRASIL, portaria nº30, 2006)

A SENAES teve um protagonismo fundamental na implementação da política nacional de economia solidária. Ela tenta articular-se nos estados brasileiros

a partir da criação de Comissões Gestoras Estaduais, criando uma capilaridade para poder legitimar a política pública, conforme demonstra a portaria que institui essas comissões:

5.2. COMISSÕES GESTORAS ESTADUAIS (CGE): Instâncias estaduais de natureza consultiva e propositiva, com as seguintes finalidades: a) acompanhar a implantação dos Sistemas de Informações da Economia Solidária nos Estados; b) apoiar a alimentação e manutenção da base de dados do SIES; c) propor entidades para celebrar convênios de cooperação técnica e financeira na implementação e manutenção de Sistemas de Informações da Economia Solidária nos estados; d) subsidiar a elaboração de diretrizes e de regimento para implantação de sistemas territoriais de informações em Economia Solidária nos respectivos estados, incluindo os procedimentos de acesso aos microdados estaduais, conforme estabelecido na alínea e do item "7.3" do Termo de Referência; e) sugerir à SENAES/MTE os usuários estaduais com acesso ao SIES para cadastro e atualização de informações referentes aos EES e EAF nos respectivos estados. O usuário assume inteira e total responsabilidade quanto ao uso do SIES; f) apoiar a realização de eventos para divulgação pública dos resultados do SIES; g) subsidiar a elaboração e divulgação de relatórios, catálogos e outros produtos do SIES; e h) apoiar a atualização periódica das bases de dados do SIES, conforme a alínea f do item 6.2. (...) As CGEs serão compostas por representações do Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e, mediante convite do MTE, por instituições de pesquisa e ensino superior, representações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária vinculadas aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e seus similares. O MTE poderá convidar outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais que atuam com economia solidária nos respectivos Estados para compor as CGEs. A participação desses órgãos ou entidades governamentais e dos entes da iniciativa privada dar-se-á mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, desde que não haja repasse de recursos públicos. A função de membro da CGE não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público. (BRASIL, portaria nº30, 2006)

Esse é um esforço na forma de organização de um sistema de políticas públicas, demonstrado na importância da capilaridade a fim de legitimar e criar um fluxo de diálogo, organizar a participação e o controle social, garantir os mecanismos de intersetorialidade e articulação entre as políticas e promover a descentralização entre a união, estados e municípios, a fim que não ocorra sobreposição de ações em um mesmo território. Em sintonia com isso é criado o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES:

O CNES é um órgão colegiado integrante da estrutura do MTE, de natureza consultiva e propositiva, e possui a incumbência de realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária no Brasil. No que diz respeito a sua composição, estão presentes representantes de instâncias de governo – federal, estaduais e municipais –, de empreendimentos econômicos

solidários e de organizações da sociedade civil. (SILVA; NAGEM, 2011. p.28)

A SENAES, dessa forma, ao pautar a sua interlocução com o CNES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, organiza sua política em dois níveis: estratégias de articulação e eixos de atuação. De forma muito sintética e resumida, elaboramos um quadro que demonstra sua organização de suas ações:

Quadro 2 – Resumo dos níveis e ações das políticas públicas – 2003-2010

Níveis	Ações
Estratégias de Articulação	1.Fortalecimento institucional; 2.Desenvolvimento local e territorial (incluído projeto para os Quilombos); 3.Apoio a Organização Econômica Solidária (fomentar redes e cadeias produtivas);
Eixos de atuação	a)Finanças e crédito solidárias (fundos solidários e bancos cooperativos); b)Conhecimento: pesquisas, socialização de materiais assessoramento técnico e incubação de empreendimentos solidários; c)Comercialização: venda final;

Fonte: Elaboração do autor com base no Relatório da SENAES(BRASIL, 2012, p.27-40)

Podemos perceber que há um esforço em estabelecer uma política com maior impacto a partir das estratégias e eixos de atuação. Resta saber a sua viabilidade.

Um elemento que demonstra a viabilidade da política pública de economia solidária é a análise da aplicação dos recursos públicos em ações dessa natureza. Um estudo realizado por Silva e Nagem (2011), demonstra como foi conduzido o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – PESD entre 2003 e 2010 focando suas diretrizes, sua estrutura interna, sua dotação orçamentária e capacidade de execução. Esse importante estudo utilizou como metodologia a análise dos Planos Plurianuais – PPAs¹⁶, relatórios da Lei Orçamentária Anual – LOA¹⁷, documentos oficiais da SENAES e entrevistas com os seus diretores, o que poderá nos dar um panorama sobre a incidência concreta dessa política pública.

¹⁶ O PPA é o de maior alcance temporal e corresponde à duração de um mandato de governo, ou seja, quatro anos. Pode-se dizer que seu principal objetivo é definir os programas, metas e prioridades da administração, bem como os resultados esperados pela administração federal. (SILVA, NAGEM, 2011, p.14)

¹⁷ Por fim, a LOA representa o orçamento negociado na fase de elaboração da LDO, compreendendo todas as despesas e receitas, inclusive aquelas resultantes de operações de crédito, e definindo isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira. (Op.cit., 2011, p.14)

Se olharmos o orçamento da SENAES em relação do Ministério do Trabalho e Emprego entre 2004 e 2010, podemos perceber qual o seu volume de recursos em relação ao Ministério do Trabalho e Emprego:

Tabela 1 – Evolução do orçamento do MTE e as SENAES – 2004 a 2010

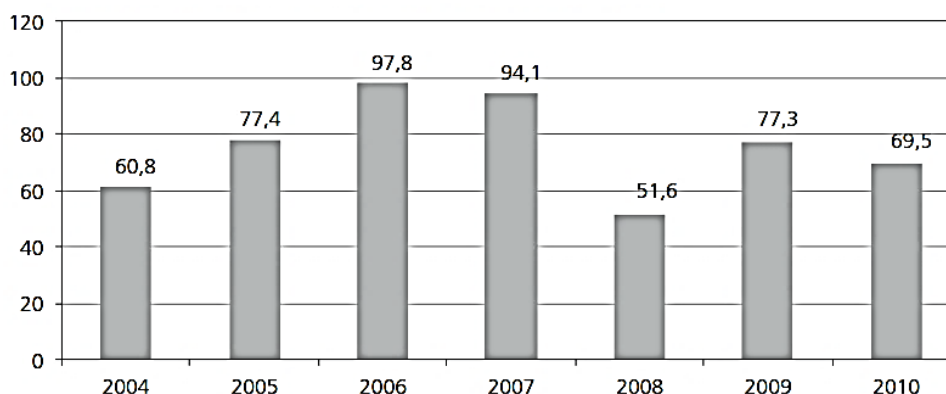
Anos	MTE (R\$)	SENAES (R\$)	Relação SENAES/MTE (%)
2004	27.334.176.531,	29.110.458,	0,11
2005	30.462.431.102,	13.220.400,	0,04
2006	32.898.761.310,	12.870.644,	0,04
2007	35.278.287.000,	33.956.000,	0,10
2008	38.115.069.591,	49.023.000,	0,13
2009	42.032.368.629,	34.684.560,	0,08
2010	47.636.711.625,	45.070.000,	0,09
Total	253.757.805.788,	217.935.062,	0,09

Fonte: SILVA, NAGEM, 2011, p.21

A porcentagem sobre o total de recursos destinados a SENAES, em nenhum dos anos chega a 1%, atingindo somente 0,09% sobre a totalidade em todo esse período, o que demonstra uma “marginalidade” ou o papel secundário daquela Secretaria enquanto protagonista das políticas públicas no mundo do trabalho.

Outro indicador relevante é o percentual de execução orçamentária¹⁸, que demonstra o previsto x executado das políticas públicas ou projetos de fato realizados pela SENAES. Segundo levantamento entre os Planos Plurianuais de 2004 a 2010, conforme figura abaixo, segundo Silva; Nagem, nos dá esse importante panorama:

Figura 3: Percentual de execução orçamentária – SENAES (2004 a 2010)



Fonte: SILVA, NAGEM, 2011, p.23

¹⁸ A execução orçamentária foi calculada como o percentual entre o total de recursos empenhados no exercício administrativo em relação ao total de recursos previstos inicialmente pela LOA (enfoque orçamentário) (Op.cit., 2011, p.23)

Podemos claramente visualizar a dificuldade da SENAES, conforme os dados na dispostos na figura 3, que demonstra a grande distância entre o que é prometido, o planejado e o realmente executado. Nos anos de 2004, 2008 e 2010, esses índices de concretização da política pública concretizada, se encontra muito próximo dos 50% (60,8%, 51,6% e 69,5%, respectivamente) ou, em média, próximo da metade do que fora planejado. Ora, isso por si é um dos principais “gargalos” da viabilização da promessa de uma política pública para economia solidária. Essas oscilações demonstram uma ausência de um fluxo regular na execução de recursos financeiros o que dificulta uma efetiva e concreta execução da política pública e sua viabilidade enquanto alternativa das políticas aos trabalhadores (relacionando as políticas públicas do Ministério do Trabalho).

Se adentrarmos um pouco mais na “execução” dos projetos, no PPA 2004-2007, os autores nos demonstram que há também falhas na concretização dos projetos:

Entre os projetos do PPSD inclusos nesse PPA, a ação que concentrou a maior parte dos recursos em termos de dotação orçamentária foi a 4737 – *Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária*, com 66,5% do orçamento total. Porém, essa ação não chegou a executar 50% de seus recursos. A segunda ação a receber mais investimentos foi a 8275 – *Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão*, com 12,1% do total, executando quase a totalidade desses recursos (97,4%). Nenhuma das demais ações do programa receberam uma porcentagem do orçamento que ultrapassasse 6% do valor total. (SILVA, NAGEM, 2011, p.25)

Ora, uma ação responder por 66,5% do orçamento total desse PPA e sua execução não chegar a nem a metade dos recursos é minimamente lamentável. Demonstra uma real dificuldade na realização da política pública.

Por fim, a afirmação que nos traz esse estudo é que, apesar de todo um esforço histórico do movimento da economia solidária, como já bem pontuamos anteriormente, o governo¹⁹ não consegue priorizar e consolidar uma intervenção transformadora, como bem ressalta os autores:

Passados os primeiros oito anos, não se observou uma real intervenção do governo ao ponto de consolidar as práticas socioeconômicas – difundidas pela economia solidária como estratégia real para a inserção no mundo do trabalho, ou mesmo criar um ambiente institucional que incentive a formalização dos grupos econômicos associativos existentes e os que

¹⁹ Também podemos atribuir a ineficiência dos ativistas da economia solidária, a partir de sua representatividade não conseguem obter a efetiva implementação das políticas públicas.

estariam por surgir. O que os resultados apontam é que a economia solidária foi encarada pelo governo federal como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada apenas para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado. (SILVA; NAGEM, 2011, p.31)

Aqui percebemos que o próprio olhar estratégico para uma política de economia solidária como sendo um “paliativo” ao desemprego, e não uma real alternativa de economia que faça frente ao capitalismo, pode ser um dos elementos que impossibilitaram sua concretização.

Embora a própria SENAES em seu relatório tente justificar a execução de seus projetos e recursos, trazendo seu argumento sobre a execução orçamentária:

As maiores dificuldades da execução orçamentária e financeira por parte da SENAES fogem à governabilidade da Secretaria: o contingenciamento estabelecido por decreto presidencial a cada ministério, seguido pela distribuição do corte orçamentário dentro do MTE; e a liberação dos recursos financeiros, por parte do Ministério da Fazenda, em tempo hábil para sua utilização no mesmo exercício, considerando-se que os recursos não ficam disponíveis durante todo o ano. (BRASIL, 2012, p.43)

Aqui temos mais um elemento que demonstra outro entrave na execução do orçamento público: a intensa burocracia imposta pelo sistema. Infelizmente a realidade é muito diferente da promessa de política pública anunciada (e, muitas vezes, tão necessária). Podemos perceber que há uma distância do vislumbrado, programado e o executado.

Outro possível fator desse distanciamento, reside na fragilidade de como o sistema presidencialista é proposto (com autonomia muito relativa entre o que é planejado e o que será executado e depende muito da figura presidencial). Embora haja a previsão de projetos, como é o caso da economia solidária, percebemos que sua ação prática é muito tímida, quase marginal. Nos parece que há projetos com alguns elementos propositivos de mudança, mas com o viés com viés de um frágil comprometimento do Estado nacional sobre as políticas públicas para a economia solidária, logo tais projetos políticos que são altamente sensíveis a crises, mudanças de rumo, coalizão de forças políticas, burocracias, dentre outros entraves. Esses são pontos muito negativos na política brasileira e se refletem na parca execução de alguns projetos, como é o caso da SENAES.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS

O estado do Tocantins é o mais novo dos 27 estados do Brasil. Foi criado em 1988 e faz parte da Amazônia Legal²⁰. Fica localizado na Região Norte. Faz limites com estados do Maranhão, Piauí e Bahia (nordeste), Goiás e Mato Grosso (centro-oeste) e Pará (região norte), conforme ilustrado no mapa abaixo:

Figura 4: Localização do estado do Tocantins



Fonte: Tocantins, 2018a, p.7

²⁰ Amazônia Legal, segundo o IBGE, “corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro.” (IBGE, 2020)

Os processos históricos de ocupação da região norte do Brasil, foram marcados por uma política de Estado exógena, como modelo de ocupação territorial, conforme ressalta Becker:

O segundo nível conceitual, político-ideológico, refere-se à experiência histórica e ao confronto de modelos de ocupação territorial. Tratam-se de duas concepções distintas. Uma, predominante, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ou seja, um modelo exógeno. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como foi o projeto missionário. (BECKER, 2001, p.136)

Segundo a autora, esse modelo de ocupação territorial baseado na exploração, portanto inerentemente exógeno, ligados a interesses externos, está presente desde a colonização do Brasil e, na região norte não é diferente, como ela bem ressalta: “...no caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional” (op. cit. p.135).

Consoante com esse formato exploratório e de ocupação territorial se estende daquela época até a contemporaneidade com os projetos integrados de “desbravamento” das áreas do norte do país. As políticas públicas formuladas e implementadas estavam voltadas, com o mesmo princípio, que Pereira nos mostra:

Nas questões que dizem respeito ao processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia (notadamente no período autoritário implantado no país após 1964), as decisões, no âmbito da esfera do Estado, propiciaram o surgimento de políticas públicas definidas com base em critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionadas para atender interesses imediatos e modificadas ao sabor das conveniências dos grupos influentes por elas beneficiados. É sobre essa forma de formular e implementar políticas públicas que se tratará a seguir, [...], notadamente a partir do começo da década de 70, para conduzir e disciplinar o assentamento de camponeses na região, e, posteriormente, ao programa de incentivos fiscais para a Amazônia, voltado para a implementação de grandes empreendimentos agropecuários ou agroindustriais na Amazônia Legal. (PEREIRA, 1997, p.79)

Fruto dessa política pública com base na exploração de grandes empreendimentos agropecuários e agroindustriais, fica claro a associação do interesse econômico na geopolítica da ocupação em detrimento da não preocupação com o desenvolvimento endógeno e muito menos com o Meio Ambiente, tendo o efeito dessas ocupações para ele, quase sempre devastador; Não há de forma alguma um equilíbrio entre atividade econômica e proteção

ambiental ou em desenvolver a autonomia local. Isso se demonstra claramente na forma de exploração – histórica desde a época colonial - que predominou em cada uma das regiões: primeiro no litoral com o ciclo do pau-brasil, após no Nordeste com o ciclo da cana-de-açúcar, após em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás com o ciclo do ouro e pedras preciosas, e no Amazonas e Pará no ciclo da borracha. Todos ciclos baseados no trabalho escravo e na monocultura ou extrativismo de um único produto. Esse era (e continua sendo) o entendimento da “vocação brasileira” – agrícola e agroexportadora – bem como do padrão de desenvolvimento brasileiro, refletido nas políticas públicas.

No caso do estado do Tocantins a lógica não foi diferente. Na década de 70 foram criados dois programas: Polocentro (1975) e Poloamaz nia (1974), ambos com objetivo de redirecionar o foco de coloniza o e explora o dos recursos naturais por grandes grupos econ micos e redirecionando o fluxo migratório do Sudeste para a Amazônia, conforme relata Santos:

As políticas de desenvolvimento baseadas na teoria das filosofias locacionais no Brasil foram estabelecidas a partir de programas como o Polocentro, o Polamaz nia etc. Estes projetos tiveram objetivo básico de conquistar o cerrado, atingindo fra es territoriais goianas e mato-grossenses cobertas pelo cerrado na área da Amazônia Legal e no Centro-Oeste. Contribuiu para a instala o e consolida o da fronteira capitalista, nessas regiões, a implementa o de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas etc., além da pesquisa de sementes para promover o plantio de soja em grande escala no cerrado. Impôs uma nova organiza o territorial do cerrado, recortando-o em uma nova região, dentro do processo mais amplo da expansão do capitalismo no campo e na cidade – a fronteira capitalista. (SANTOS, 2017, p.100)

O Polocentro serviu para ocupa o do Cerrado pela soja. No fim da década de 70, um novo programa, o Proceder, tinha como objetivo a produ o de commodities²¹ para o mercado estrangeiro, estabelecendo-se, em terceiro momento, na região do Cerrado, em especial no Tocantins e Maranhão.

Importante destacar que o padrão econ mico adotado para a região norte, em nenhum momento foi pautada pelo desenvolvimento endógeno ou local (essa   a linha da economia solidária), que venha de “dentro para fora”, que priorize

²¹ **Commodity:** [...] o termo   usado sobretudo com referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrializa o, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "*in natura*", cultivados ou de extra o mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade, dependendo de sua conserva o. Possuem cota o e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. (*In:Wikipedia, 2020*)

o pequeno agricultor. Isso possibilita um claro conflito entre frentes especulativas e de subsistência, conforme demonstra Santos:

Os grandes latifúndios, por meio da concentração de terras, aos poucos foram “expulsando” a população camponesa e as comunidades tradicionais, fazendo do agronegócio uma atividade bastante rentável.(...) os “espaços vazios” considerados “vazios” pelo governo brasileiro, na verdade estavam ocupados por indígenas, endossando um sério conflito entre eles e posseiros e latifundiários. (SANTOS, 2017, p. 101)

A priorização das políticas públicas brasileiras, historicamente foram voltadas para a exploração, favorecendo o latifúndio ao invés dos pequenos agricultores de subsistência. Tal realidade contrasta com os esforços na construção de uma política nacional de Economia Solidária, entre os anos de 2003 a 2010, adotados de forma tímida pelo governo brasileiro, e que teve como público alvo as pessoas em maior situação de vulnerabilidade social, como bem ressaltou em seu relatório, a SENAES:

A prioridade de acesso são para os cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política. (BRASIL, 2012, p.15)

Partindo desses pressupostos anteriormente elencados, nos cabe um importante questionamento: qual o perfil dos trabalhadores (e possível público da economia solidária), em especial no estado do Tocantins? Qual a situação de empregabilidade, de informalidade, pobreza e desigualdade?

Para auxiliar na resposta desse questionamento, vamos fazer uma breve análise introdutória do possível contexto, da situação e do perfil desses trabalhadores.

Para nos auxiliar nesse contexto é importante voltarmos nosso olhar para um primeiro elemento: o desemprego. Ele está intrinsecamente presente como ponto fundamental nesse panorama.

No Brasil a taxa de desemprego atingiu 12,7%, em 2017, o que representa cerca de 13 milhões de pessoas desempregadas, segundo IBGE (BRASIL, 2018). O desemprego é um importante indicador para os empreendimentos econômicos solidários (EES), pois muitos deles são formados a partir dessa problemática. Em nível de Brasil, o primeiro mapeamento, realizado

pela SENAES, divulgado em 2007, apontou como o principal motivo para criação dos EES, como sendo “uma alternativa ao desemprego, com 46,47% das respostas” (WELLEN, 2012, p.69), enquanto que no segundo mapeamento, divulgado em 2013, esse valor se mantém, com “46,2%, afirmando ser uma alternativa ao desemprego” (SILVA e CARNEIRO, 2016, p.48). Vemos aqui, nesse horizonte de tempo (no mínimo entre 2005 a 2013 entre as duas pesquisas) quase a metade dos trabalhadores que compõem os empreendimentos estavam em situação de desemprego, não há baixa desse índice ao longo desse período, o que demonstra a delicada situação social que eles se encontravam.

Já no estado do Tocantins, matéria publicada pelo Jornal do Tocantins, destaca os dados da PNADCT (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua – trimestral), afirmando que:

“no Tocantins, ano passado a taxa de desemprego foi de 11,6%, um pequeno aumento se comparado com 2016, que registrou 11,4%. Ambas representam cerca de 80 mil pessoas desocupadas” (MENTA, 2018, p. 5).

Há também um viés de precarização do trabalho, também apontado na matéria:

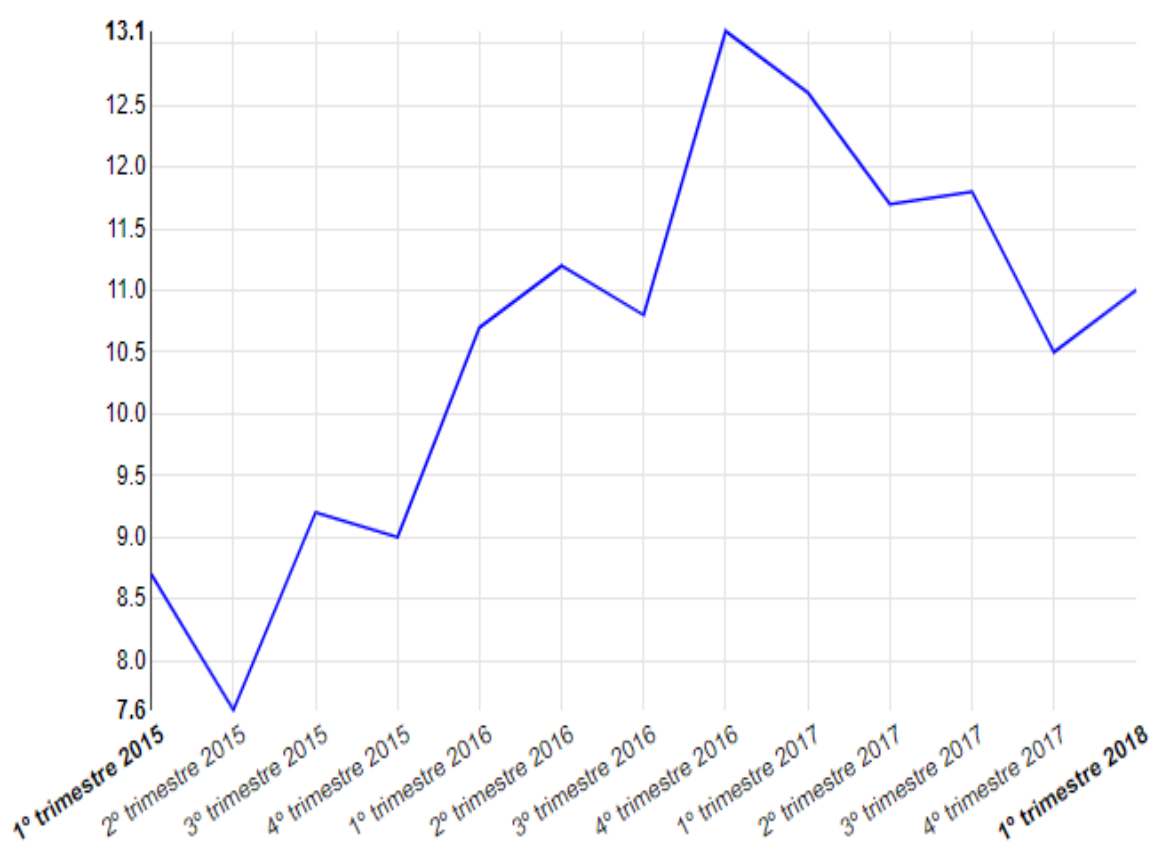
A pesquisa também revelou que no Tocantins a taxa de subutilização da força de trabalho – pessoas ocupadas com jornada inferior a 40 horas semanais somadas à força de trabalho potencial – em 2017, foi de 22,3% o que representa 167 mil pessoas. No comparativo com 2016, os dados mostram que houve um aumento de 7,5% e naquele ano, 155 mil pessoas estavam nessa situação. (MENTA, 2018, p. 5)

Mais uma vez se reforça a amplitude do desemprego e informalidade. Se contabilizarmos os 167 mil com os cerca de 80 mil desempregados, chegamos a um cálculo de 247 mil trabalhadores em situação de precariedade. Se olharmos a população economicamente ativa²² do estado, que é de 665 mil pessoas (TOCANTINS, 2017, p. 23), temos pouco mais de um terço (37%) da população economicamente ativa em situação de precariedade em se tratando de (des)emprego.

²² Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal- Tocantins – 2015. (TOCANTINS, 2017)

Outro indicador que complementa e demonstra a precariedade do emprego é a taxa de informalidade. Ela nos traz a situação sobre a taxa de desocupação da população maior de 14 anos de idade, sendo um indicador que nos dá uma dimensão da informalidade crescente, conforme demonstrado na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Figura 2, no Estado do Tocantins, divulgada pelo IBGE:

Figura 5 –Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - Série histórica PNADC



Fonte: IBGE, 2018

A situação de desemprego e informalidade nos faz ter um olhar mais atento, dessa forma, nos debruçarmos sobre a dimensão da pobreza (em níveis socioeconômicos) sobre esses trabalhadores. Cabe o questionamento se o público

da economia solidária se encontra em situação de pobreza? Caso positivo, quem está na faixa de extrema pobreza (extremamente²³ pobres²⁴) na pobreza?

Demonstramos esses indicadores na tabela3, demonstrado abaixo:

Tabela 2 – Pobreza – Tocantins – 1991 – 2000 - 2010

Indicador	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Extremamente pobres	31,86	22,28	10,21
Pobres	59,08	45,18	22,15

Fonte: PNUD, 2013

Vejamos que se considerarmos os extremamente pobres e pobres, temos 67,46% (2000) e 32,36% (2010) da população, embora diminuindo praticamente a metade, numericamente, ainda é um número considerável.

Outro indicador muito relevante, que complementa a leitura da pobreza e extrema pobreza é como a renda é auferida pelas parcelas dos trabalhadores, demonstrado abaixo:

Tabela 3 – Porcentagem de renda apropriada por estratos da população – 1991 – 2000 – 2010 - Tocantins

Estrato da população	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
20% mais pobres	2,6	1,2	2,24
40% mais pobres	8,0	6,2	8,41
60% mais pobres	17,1	15,1	18,67
80% mais pobres	33,0	30,7	35,99
20% mais ricos	67,0	69,3	64,01

Fonte: TOCANTINS, 2017, p. 35

No Estado do Tocantins, os 20% mais pobres auferem pouco mais de 2% da renda, enquanto os 20% mais ricos, ficam com 64% dela. Percebe-se que isso se mantém ao longo do período 1990 a 2010, com poucas variações. Sem dúvida, esse indicador não pode ser negligenciado, pois é a síntese de uma verdadeira mazela social, pois cristaliza, demarca, sentencia e condena os mais vulneráveis a uma situação, muitas vezes de imobilidade socioeconômica. Isso nos remete a afirmação de Chomsky sobre o fator da desigualdade nas políticas neoliberais: “por um lado, a desigualdade social gerada pelas políticas neoliberais

²³ O IPEA define Famílias com rendimento mensal familiar até ¼ do salário mínimo;

²⁴ Famílias com rendimento mensal familiar até 1 salário mínimo;

solapa todo e qualquer esforço de realização da igualdade de direitos necessária para que a democracia tenha credibilidade” (CHOMSKY, 2002, p. 5).

É necessário salientar outra questão fundamental: aonde se encontram os EES e conseqüentemente os seus trabalhadores?

A localização dos EES, aponta Silva; Carneiro, no segundo mapeamento nacional, em nível de Brasil:

no tocante à área de atuação nos municípios, mais da metade atua predominantemente em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas. (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 19),

Voltando novamente o olhar sobre o Tocantins, temos a grande maioria de pobres e extremamente pobres situados em áreas rurais:

Tabela 4 – Porcentagem Pobreza – Urbano e Rural - 2010 - Tocantins

Indicador	2010	2010
	Rural(%)	Urbano(%)
% de extremamente pobres	27,47	5,57
% de pobres	45,80	15,79

Fonte: PNUD, 2013

A maior concentração de pobreza e extrema pobreza se dá na área rural, chegando a 73,27% nos dois casos. Isso demonstra a disparidade socioeconômica, que possivelmente faz parte da realidade de muitos empreendimentos da economia solidária tocantinense.

No quesito políticas públicas, um indicador importante de vulnerabilidade a considerarmos é o cadastro único do governo federal. Nele estão contidos os beneficiários do bolsa família, que é um programa de transferência direta de renda do governo federal, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade econômica. Fazendo uma busca no site da base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), apurou-se que no Tocantins o número de pessoas nessa situação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 5 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único – Tocantins - 2018

Descrição	Nº pessoas	Mês
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	335.871	06/2018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e 170,00	144.920	06/2018

Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo	242.995	06/2018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	118.212	06/2018
Total de pessoas cadastradas	841.998	06/2018

Fonte: SOCIAL, 2018

Desse total de pessoas cadastradas (Cadastro Único), segundo o MDS, o programa bolsa família beneficiou, no mês de julho de 2018, **121.772 famílias** (dentre as 841.998 pessoas que representam 291,903 famílias), representando uma cobertura de 92,3 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 188,48.

Todos os elementos demonstrados, tentam evidenciar a situação a que se encontra, possivelmente, grande parcela, senão a maior parte dos trabalhadores nos EES no Tocantins, o que merece um comparativo com as vulnerabilidades que nos trarão os estudos tanto dos mapeamentos da SENAES, bem como nosso estudo de caso em questão, demonstrando as questões de natureza organizativa dos associados, seus meios de produção e desenvolvimento e suas possíveis relações com as políticas públicas.

Como demonstramos, a ocupação da região norte e nisso se inclui o estado do Tocantins, tem uma tradição voltada ao grande latifúndio: que vai desde a sua ocupação territorial aos incentivos públicos para tal finalidade. Portanto, é um estado que não tem uma tradição em incentivar uma política de economia solidária. Em nossa revisão bibliográfica, os poucos incentivos nesse sentido, faz alusão a constituição de algumas políticas públicas para o cooperativismo, nos apontamentos e análises de Silva, Cançado e Pacífico Filho:

o objetivo, que foi o de analisar as políticas públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins, estabelecidas pela Secretaria da Agricultura e Pecuária, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1989 até a aprovação da lei estadual do cooperativismo, em 11 de junho de 2012. Foram identificadas e selecionadas duas políticas públicas estaduais, o Programa Bacia Leiteira e o Projeto de Criação de Cooperativas de Crédito Rurais. O primeiro, lançado em 1998, e o segundo no ano posterior, ambos mostrando que a Seagro/TO, à época, apostava no cooperativismo como possibilidade para o desenvolvimento da agricultura no Estado. (SILVA; CANÇADO, PACIFICO FILHO, 2017, p.169)

Essas políticas públicas de economia solidária identificadas, se deram muito recentemente, após 2011, com a criação da Política Estadual de fomento a

Economia Solidária e do Conselho Estadual, através da Lei 2.493, de 25 de agosto de 2011.

Em 2012, se tem registros, do Conselho Estadual de Economia Solidária, formado por entidades de assessoria, os próprios integrantes dos EES e gestores públicos de políticas para a economia solidária. Também nesse ano, o Fórum Estadual de Economia Solidária do Tocantins – FEES/TO, instância representativa da economia solidária no âmbito da sociedade civil, encontramos registros mais antigos que datam daquele ano²⁵.

²⁵ Tocantins realiza a Plenária Estadual de Economia Solidária, em 24 e 25 de agosto de 2012. Disponível em <https://fbes.org.br/2012/08/24/tocantins-realiza-a-plenaria-estadual-de-economia-solidaria/>. Acesso em 15 jun. 2020.

5 OS MAPEAMENTOS DA SENAES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Não há ação sem informação. Assim, para poder haver uma política pública que efetivamente atinja seus objetivos, há a necessidade de se ter informação. Na economia solidária, foi essa ausência de informações que fez com que a elaboração de um sistema de base de dados sobre essa área, fosse uma demanda importante, conforme aponta a SENAES:

Desde a instituição da SENAES, em junho de 2003, a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária estava colocada como uma demanda do movimento da ES. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento). A partir do consenso estabelecido em torno das concepções básicas orientadoras sobre a Economia Solidária foi elaborado um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. (BRASIL, 2005, p.9)

Mesmo com um certo atraso, ou a reboco dos experimentos de economia solidária, a partir das experiências ora demonstradas (pois uma identidade política aonde haja protagonismo e reflexo das suas ações, só é possível com o acúmulo destas práticas), temos o reconhecimento da economia solidária no arcabouço estatal, e a constituição de políticas públicas específicas para este segmento.

Nesse processo de formação de políticas públicas para a economia solidária, uma ação primordial ou mesmo estruturante foi a busca para um “retrato” mais completo a respeito da realidade dos EES.

A tentativa de obter esse retrato, se concretiza na implementação do SIES: um cadastro nacional de empreendimentos econômicos solidários, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a sua legalização a partir de uma portaria (Portaria nº30, de 20 de março de 2006):

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária -SIES com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil. (BRASIL, 2006)

A partir disso, foi implementado um projeto específico de Mapeamento da economia solidária no Brasil, tendo o governo investido entre 2003 e 2010, pouco mais de nove milhões e meio (R\$9.646.508,00), segundo Relatório (BRASIL, 2012, p.26), constituindo o Sistema de Informações sobre Economia Solidária – SIES, que foi a base para os dois mapeamentos nacionais (2005 e 2010), de acordo com a portaria que possibilitou a criação desse sistema:

O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos constantes neste Termo de Referência. [...] São objetivos do SIES:

- a) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária;
- g) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária. (BRASIL, portaria nº30, 2006)

Não só isso possibilitou a criação de um sistema nacional de informações, mas auxiliou também ao governo a criação de seu entendimento e a implementação de um “termo de referência” sobre seu entendimento do que seria a economia solidária, o que são os empreendimentos, como funcionam, bem como as diretrizes para o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária -SIES, o que auxilia e muito na implementação de políticas públicas de economia solidária. Também teve a importante missão de criar a possibilidade de haver informações estatísticas sobre a economia solidária, conforme afirma Gaiger:

Tanto o primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007) quanto o segundo (2009-2013) são sintomáticos de grandes lacunas no estado atual de conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil. Ao mesmo tempo, fornecem um valioso material empírico e uma experiência metodológica ímpar para que tais deficiências venham a ser superadas. O primeiro hiato diz respeito à inexistência de informações estatísticas específicas sobre as organizações típicas da Economia Solidária no Brasil. (GAIGER, 2013, p.7)

O primeiro passo desse Sistema de Informações é justamente constituir uma base nacional de informações em economia solidária, trazendo importantes

estatísticas e informações antes inexistentes. O ponto fundamental e elementar dessas informações foi a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, conforme definido pelo manual do SIES, no detalhamento de Silva:

A unidade básica para constituição do banco de dados é o Empreendimento Econômico Solidário (EES), cuja definição foi adotada do próprio manual do Sies, como sendo aquelas organizações:

- *coletivas*, de caráter suprafamiliar, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc., cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- *permanentes*, que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- que *realizam atividades econômicas* de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário. (SILVA, 2017, p. 10)

O sistema de informações foi se consolidando em várias etapas. Foi realizado um primeiro mapeamento em 2005 que deu origem a primeira publicação denominada: Atlas da Economia Solidária, com 15 mil empreendimentos, ampliado na publicação de 2007, consolidado no I Mapeamento Nacional, conforme afirma Goulart e Marin:

No mapeamento publicado em 2005, foram catalogados 15 mil empreendimentos solidários. Já na publicação de 2007, o projeto se estendeu a 52% dos municípios do país, tendo catalogado 22 mil empreendimentos. (GOULART; MARIN, 2011, p.52)

Os dois mapeamentos do universo brasileiro nos trazem na primeira base 21.859 e na segunda 19.708 EES, totalizando **41.567 empreendimentos em todo Brasil**.

Identificamos uma lacuna metodológica entre os dois estudos, tanto na concepção dos instrumentos de coleta (a diferença na sua concepção, gerando impossibilidade de comparabilidade, como por exemplo a falta de algumas questões que estão na primeira base de dados e não constam na segunda, as respostas diferentes entre as mesmas questões, entre outros elementos), quanto pela não explicitação de mais de **14 mil empreendimentos “não localizados/não encontrados”**, que possivelmente não foram revisitados pelas limitações do próprio desenho dos estudos (que pode ser desde planejamento, recursos, prazos,...).

Mesmo assim, se torna importante, inicialmente compararmos os dois mapeamentos, 2005-2007 e 2010-2013, pois eles nos trazem um panorama do perfil dos EES no Tocantins, além de ser uma referência de dados e informações oficiais.

A fim de refinar nossos resultados e obter uma visão mais ampliada o possível, em algumas análises, unificamos os dois mapeamentos nacionais, o que nos possibilita ter uma visão de um histórico e perfil dos empreendimentos, ao longo desse período (de 2005 a 2010).

O total de empreendimentos no estado do Tocantins mapeado foi de 757; No primeiro mapeamento 502 e no segundo 404 empreendimentos econômicos solidários - EES. Dos 502 empreendimentos mapeados em 2007, há 149 empreendimentos, que foram revisitados em 2010 (e constavam assim em 2007 e 2010), e consideramos seus dados como atualizados, assim os integramos como parte do segundo estudo e os contabilizados no II mapeamento, em 2010, diminuindo do primeiro mapeamento, restando 353 empreendimentos, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 6 – EES que foram revisitados – 2010 - Tocantins

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	não	255	63,1%	63,1%	63,1%
	sim	149	36,9%	36,9%	100%
	Total	404	100%	100%	

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Importante ressaltar que não consideramos esses mesmos empreendimentos no estudo do primeiro mapeamento (foram retirados) a fim de não criar duplicidade nos dados e uma possível distorção nos resultados.

Compilamos os resultados dos empreendimentos, em seus municípios e os agrupamos de acordo com as oito microrregiões, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trazemos alguns resultados selecionados em nosso quadro 1 (na página 29), a seguir:

Na dimensão de análise **Perfil do Empreendimento**, selecionamos o município e conseqüente microrregião que o empreendimento faz parte, sua forma de organização (formal ou informal) e área de atuação (rural ou urbana). Abaixo,

disponemos a tabela com as microrregiões onde há EES, a quantidade total de municípios e a presença quantitativa ou não de EES:

Tabela 7 - Divisão dos municípios nas microrregiões conforme classificação do IBGE²⁶:

Microrregião	Municípios com EES	Nº Total municípios	Presença EES	
			Sim	Não
Araguaína	Aragominas, Araguaína, Arapoema, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Xambioá.	17	15 (88%)	2 (12%)
Bico do Papagaio	Ananás, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Cachoeirinha, Esperantina, Santa Terezinha do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins	25	10 (40%)	15 (60%)
Rio Formoso	Araguaçu, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Sandolândia	13	9 (69%)	4 (31%)
Porto Nacional	Aparecida do Rio Negro, Bom Jesus do Tocantins, Ipueiras, Monte do Carmo, Palmas, Pedro Afonso, Porto Nacional, Santa Maria do Tocantins, Tocantínia	11	9 (82%)	2 (18%)
Miracema	Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Bernardo Sayão, Caseara, Colméia, Couto Magalhães, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Guaraí, Marianópolis do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Pequizeiro, Rio dos Bois	24	16 (67%)	8 (33%)
Gurupi	Aliança do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Gurupi, Peixe, Santa Rita do Tocantins Talismã	14	8 (57%)	6 (43%)
Dianópolis	Almas, Arraias, Chapada da Natividade, Dianópolis, Natividade, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério, São Valério da Natividade, Taguatinga, Taipas do Tocantins	20	15 (75%)	5 (25%)
Jalapão	Barra do Ouro, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo acordo, Ponte Alta do Tocantins, Recursolândia, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins	15	14 (93%)	1 (7%)
Total		139	96 (69%)	43 (31%)

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

²⁶ Consideramos os municípios aonde há empreendimentos econômicos solidários.

Os empreendimentos estão presentes em 96 municípios do estado, representando **69% do total** de 139 municípios, portanto acima da média de presença nacional que é de 52% (BRASIL, 2012, p.128).

Chama a atenção a presença de EES em grande parte dos municípios das microrregiões do Jalapão (93%), Araguaína (88%), Porto Nacional (82%) e Dianópolis (75%).

Abaixo demonstramos, na tabela 3, o número total de empreendimentos, por microrregião, conforme classificação IBGE:

Tabela 8– Total de EES no Estado do Tocantins – por Microrregião IBGE

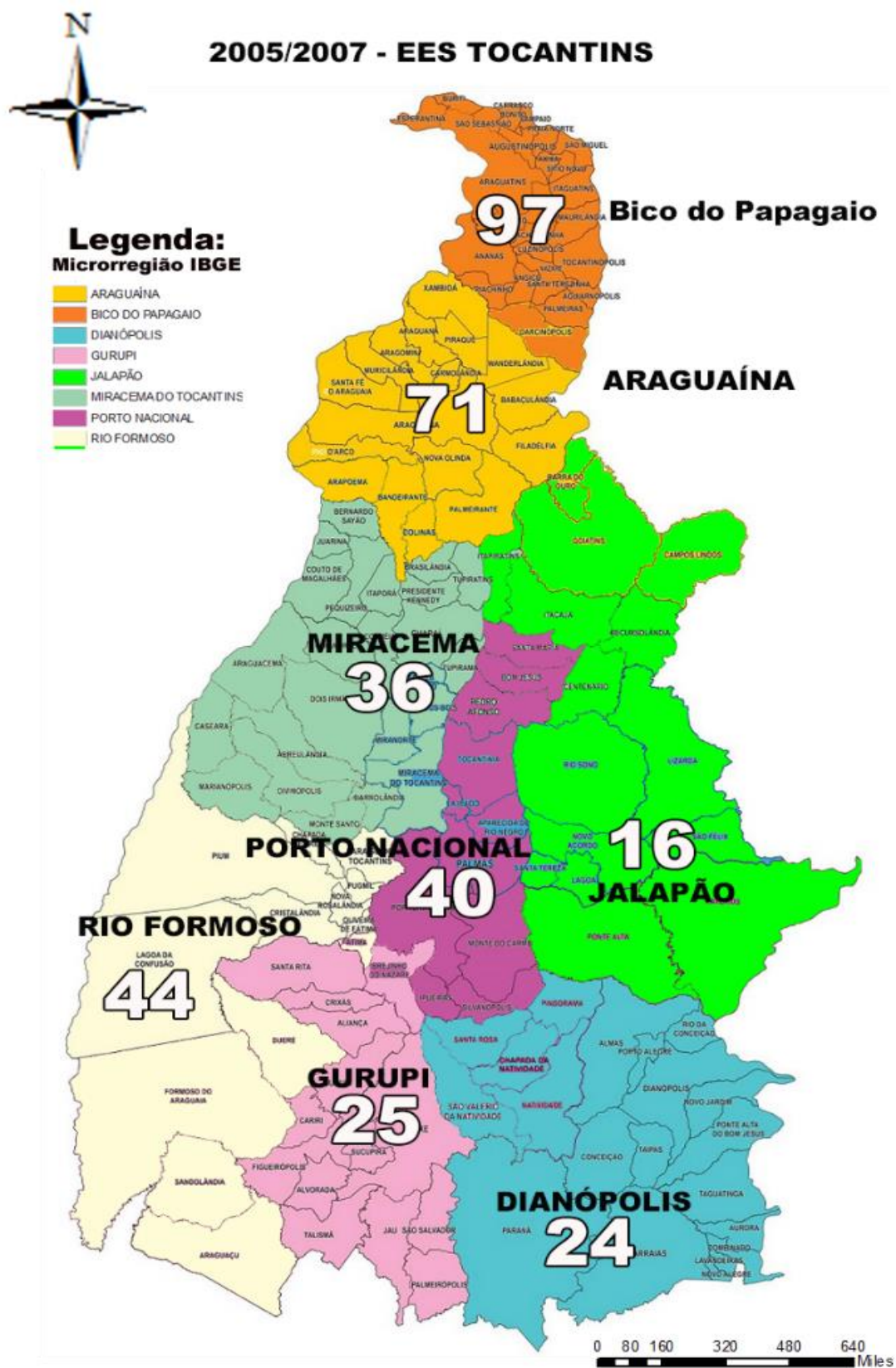
Microrregião	Frequência	Porcentagem
Bico do Papagaio	209	27,6%
Araguaína	112	14,8%
Rio Formoso	78	10,3%
Porto Nacional	104	13,7%
Miracema	96	12,7%
Gurupi	50	6,6%
Dianópolis	64	8,5%
Jalapão	44	5,8%
TOTAL	757	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Chama a atenção a microrregião do Bico do Papagaio, que apesar de ser a microrregião com menos empreendimentos nos seus municípios (40%, com presença em 10 municípios), contém numericamente o maior número de EES. São 209, ou 27,6%, de empreendimentos, o que representa praticamente o dobro ou mais, de empreendimentos de cada uma das outras microrregiões, como por exemplo, Araguaína (com 112 EES), Rio Formoso (com 78 EES), Porto Nacional (com 104 EES) e Miracema (com 96 EES).

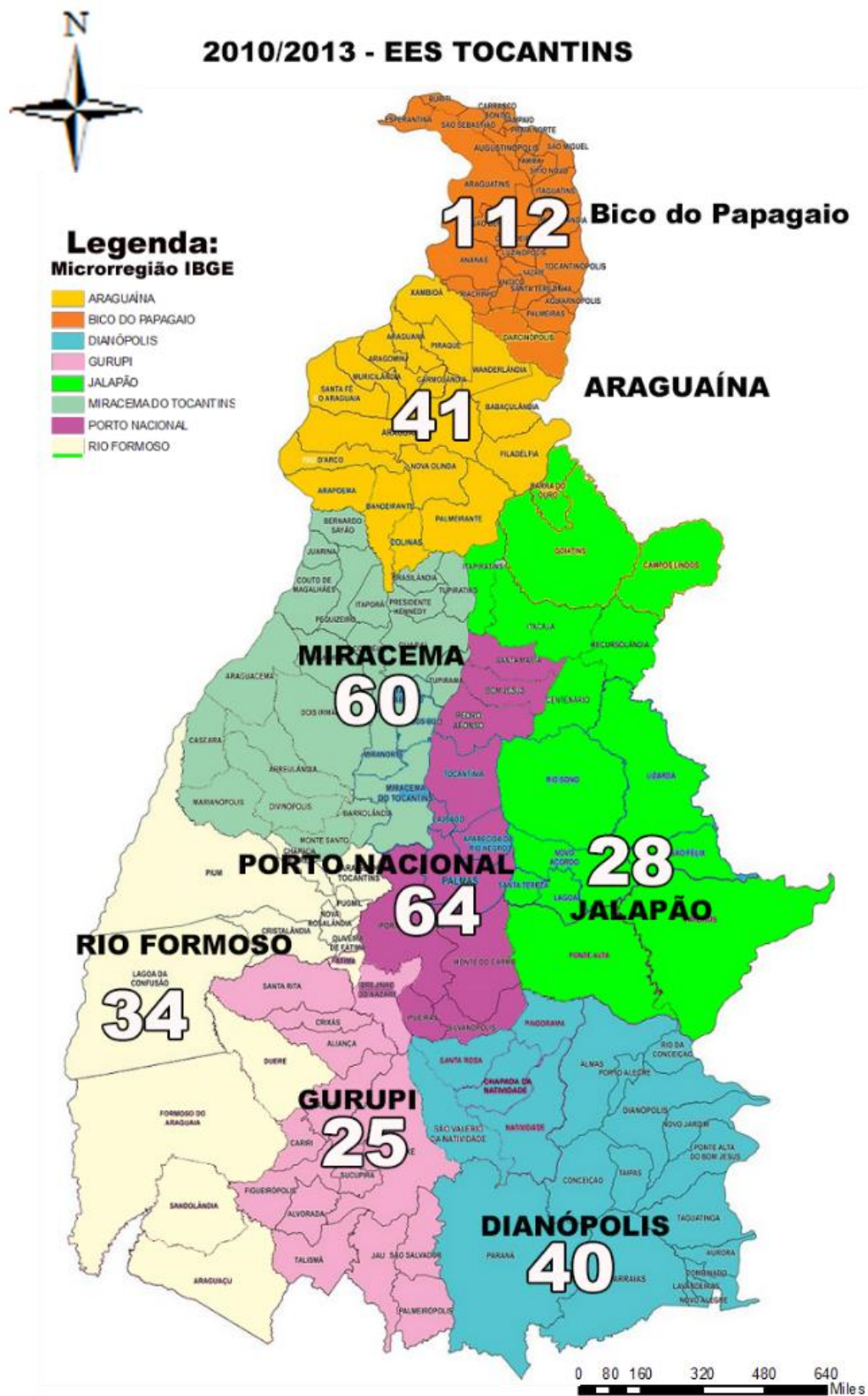
A seguir comparamos os dois estudos da SENAES, a fim de verificar o crescimento ou não no número de empreendimentos entre as microrregiões. Ilustramos em dois mapas, representando o primeiro e o segundo mapeamento, respectivamente (2005-2007 e 2010-2013), a seguir:

Figura 6 – Número de EES no estado do Tocantins – 2005 - 2007



Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2007)

Figura 7 – Número de EES no estado do Tocantins – 2010 - 2013



Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Conforme os dois estudos, há crescimento, diminuição e até estabilização do número de empreendimentos, de um período para outro, conforme demonstramos na tabela abaixo:

Tabela 9 – Crescimento dos EES, por região IBGE – 2005-2013

Microrregião	Frequência 2005	Frequência 2013	Variação
Bico do Papagaio	97	112	15%
Araguaína	71	41	-42%
Rio Formoso	44	34	-23%
Porto Nacional	40	64	60%
Miracema	36	60	67%
Gurupi	25	25	0%
Dianópolis	24	40	67%
Jalapão	16	28	75%
Total	353	404	

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Das oito microrregiões, em cinco delas (ou 63% do total de microrregiões) observou-se o crescimento no número de empreendimentos, se destacando as microrregiões do Jalapão com aumento de 75%, Miracema do Tocantins e de Dianópolis, cada uma com 67%, de Porto Nacional com 60% e do Bico do papagaio, com crescimento de 15%. Ao passo que Araguaína (-42%) e Rio Formoso houve decréscimo (-23%) e Gurupi se manteve inalterado (0%). Mesmo assim a média de crescimento de empreendimentos entre as microrregiões foi **27,3%** contabilizando todas as oito microrregiões ou de **56,8%** (contabilizando somente as 5 que obtiveram crescimento), o que é bastante expressivo.

Outra questão fez alusão a forma de organização dos empreendimentos, se formal (associação, cooperativa ou sociedade mercantil) ou informal, resultando na tabela abaixo:

Tabela 10 – Forma de organização do EES

Forma organização	Frequência	%
Associação	536	71%
Grupo Informal	183	24%
Cooperativa	34	4,5%
Sociedade Mercantil	4	0,5%
Total	757	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

A tabela demonstra que são múltiplas as iniciativas que a caracterizam os empreendimentos, no caso tocantinense, pois dentre os 757 empreendimentos, estão as formas de organização: 536 (71%) são associações, 34 (4,5%) são cooperativas, 183 (24%) grupos informais e 4 (0,5%) sociedades mercantis. Temos **76% dos empreendimentos organizados em caráter formal**, ao passo que 24% se declararam informais. Os grupos informais, se caracterizam por não ter uma formalização jurídica (categorizado como associação ou cooperativa, por exemplo), demonstrando uma potencial situação de maior precariedade econômica, pois a formalidade está diretamente relacionada a melhoria da **comercialização dos seus produtos**, bem como requisitos importantes que poderiam ampliar a venda para mais clientes (como atacadistas e não só varejo, escolas, prefeituras,...) acesso a crédito, seja privado ou oriundo das políticas públicas. A possibilidade de emissão de notas fiscais é uma vantagem dos EES formalizados, assim os informais estariam bastante restritos a vendas diretas ao consumidor. Aqui cabe um questionamento sobre especificidades e diferenciações entre esses empreendimentos formais e informais, sendo que estes últimos, via de regra, encontram-se em um patamar de maior vulnerabilidade institucional, possivelmente em sua grande maioria, seguem a linha da necessidade de geração de trabalho e renda, porém, com vários problemas de sustentação (acesso a crédito, comercialização, dentre outros).

Outro ponto importante, se trata da área de atuação ou sobre a **localização** desse empreendimento, se está em área urbana ou rural ou em ambos. Em uma das questões, temos a resposta:

Tabela 11 – Área de atuação EES

Localização EES	Frequência	%
Rural	467	61,7%
Urbana	176	23,2%
Rural e urbana	112	14,8%
Sem resposta	2	0,3%
Total	757	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

A grande maioria dos empreendimentos (61,7%) se encontra na área rural o que nos levou a questionar sobre a origem deles. Muitos se denominam como PA (Projeto de Assentamento), o que nos levou a questionar, quantos desses

EES estão localizados em assentamentos²⁷ da reforma agrária? Cruzamos os dois mapeamentos com a base de cadastros²⁸(INCRA, 2017) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão do governo brasileiro responsável pelos cadastros dos assentamentos da reforma agrária, que também é uma política pública, resultando na tabela abaixo:

Tabela 12 – Tipos de Comunidade: assentamento ou não

	Frequência	%
Assentamento	256	34%
Assentamento NÃO CONSTA INCRA	40	5%
Não é assentamento	461	61%
Total	757	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013) e INCRA, 2017 b.

Nos resultados encontramos 296 EES (39%) dos empreendimentos estão com suas sedes em assentamentos da reforma agrária no estado do Tocantins. Conferimos cada empreendimento nas duas bases com a listagem disponível no site institucional do INCRA (atualizada até 31/12/2017) e encontramos 40 assentamentos (5%) que constam em nossas bases e não constava no cadastro daquele órgão. Possivelmente fruto de desatualização. Abaixo, detalhamos um pouco mais, aprofundando a nossa análise:

Tabela 13 – Tipos de Comunidade: assentamento ou não, por área de atuação

Comunidade	2005-2007			2010-2013			Total
	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Rural	Urbana	Rural e Urbana	
Assentamento	148	0	2	101	1	4	256
Assentamento NÃO consta INCRA	22	1	0	16	1	0	40
Não é assentamento	92	49	35	83	114	52	425
Colônia de pescadores	0	0	2	0	10	17	29
Quilombolas	0	0	0	5	0	0	5
Sem resposta	0	0	2	0	0	0	2
Total	262	50	41	205	126	73	
		353			404		757

²⁷ **Assentamento:** “basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas.” (INCRA, 2020).

²⁸ Painel dos assentamentos no site institucional do INCRA. (INCRA, 2017)

Percebemos que grande quase todos assentamentos (271, 95%) está localizado na área rural. Dentre outros como colônia de pescadores e, especialmente nos chama a atenção os quilombolas. Como veremos mais adiante, há 45 comunidades no estado do Tocantins, mas somente 5 foram mapeadas como havendo EES.

No mapeamento de 2010-2013, foi perguntado a qual povo pertencia. Aonde tivemos as seguintes declarações:

Tabela 14 – Tipos de povos autodeclarados nos EES

	Frequência	%
Nenhum povo	319	79%
Comunidades quilombolas	8	2%
Extrativistas	8	2%
Outros povos e comunidades tradicionais	34	8,4%
Pescadores artesanais	7	1,7%
População negra	11	2,7%
Povos indígenas	4	1%
Ribeirinhos	13	3,2%
Total	404	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2010-2013)

A composição dos trabalhadores dos empreendimentos no Tocantins está compreendida em **20% de povos e comunidades tradicionais**.

A seguir passamos para a dimensão **Autogestão**, aonde tivemos um perfil dos associados desses empreendimentos, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 – Perfil dos associados dos EES

Gênero	2005-2007		2010-2013		Total
	Frequência	%	Frequência	%	
Homens	14.125	66%	12.473	51%	26.598
Mulheres	7.210	34%	11.867	49%	19.077
Total	21.335	100%	24.340	100%	45.675

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Cabe ressaltar o número de associados – portando empreendimentos gerando trabalho e renda -, chegou a **45.675** pessoas nos dois estudos. No primeiro, 21.335 e no segundo, 24.340 trabalhadores, divididos entre 26.598 homens (58%)

e 19.077 mulheres (42%). Chama a atenção o crescimento do número de mulheres que compõem o total de associados, passando de **34%** para **49%**, entre o primeiro e o segundo estudo, respectivamente. Embora estejam em menor número absoluto é muito relevante seu crescimento (de 15%), uma vez que é sabido que a mulher possui taxa de desocupação maior que o homem, historicamente e até hoje: “Segundo o IBGE, a taxa de desocupação do Brasil foi de 11,6% no período, sendo 10,1% entre homens e 13,5% entre mulheres. Os dados fazem parte da [...] PNAD Contínua do quatro trimestre de 2018.” (FERRARI, 2018). Está aí uma possível consequência da precarização do mercado de trabalho assalariado formal, que fez com que as mulheres aumentassem sua participação a partir dos EES.

Já na dimensão sobre a **Resistência ao capital e meios de produção** analisamos a forma de produção, algumas dificuldades e o trabalho em rede:

Tabela 16 – Produção coletiva nos EES

A produção é coletiva	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	198	56%	300	74%
Não	155	44%	104	26%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

No quesito produção coletiva, um dos motivos do trabalho associado, percebemos um significativo aumento, passando de 56% para 74% e uma consequente diminuição de 44% para 26% da forma de não produzir sem a coletividade. Essa é uma das principais características do trabalho associado autogestionário e demonstra **um aumento na produção coletiva em 18%**. Outro fator relacionado a produção é a situação dos equipamentos, que detalhamos na tabela a seguir:

Tabela 17 – Situação dos equipamentos – EES Tocantins

Situação dos equipamentos	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Próprios	207	59%	251	62%
Arrendados/alugados	39	11%	10	2%
Cedidos/emprestados	64	18%	54	13%
Sem resposta	43	12%	89	22%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

A apropriação dos meios de produção é um fator-chave dentre as características dos processos de autogestão. Destacamos dois elementos importantes na evolução dessa apropriação. Primeiro o aumento da situação de **equipamentos próprios**, passando de 207 para 251, o que representa um **aumento de 21%**, em contrapartida as diminuições de **arrendamentos/alugueis caem 74%** (de 39 para 10 EES) e cessões e empréstimos outros 16%. Ora, podemos afirmar que há uma diminuição de 90% de dependência ao que se refere aos meios de produção não próprios ou de terceiros. Isso denota uma independência sob os meios de produção pelos trabalhadores.

Uma questão importante no primeiro estudo que, não consta no segundo é sobre a situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento, demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 18 – Situação da sede ou local de funcionamento do EES – 2005-2007

Situação dos equipamentos	2005-2007			
	Frequência	%	Válido%	Cumulativo %
Própria	190	53,8%	54,1%	54,1%
Alugada	13	3,7%	3,7%	57,8%
Ocupada	5	1,4%	1,4%	59,3%
Cedida/arrendada	117	33,1%	33,3%	92,6%
Não possui sede	8	2,3%	2,3%	94,9%
Outra	18	5,1%	5,1%	100%
Total	351	99,4%	100%	
Sem resposta	2	0,6%		
Total	353	100%		

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2007)

Um indicador tão importante, a sede do empreendimento, por algum motivo não consta no segundo estudo e se trata de uma falha que prejudica análise da evolução do protagonismo e autonomia dos empreendimentos. Apesar disso, **mais da metade deles (54,1%) possuem sedes próprias**, o que pode ser um fator relevante quando se trata de autonomia e meios de produção.

Outro fator importante é a articulação dos empreendimentos e a possibilidade do trabalho em rede. Em uma das questões se perguntou se o há articulação com outros empreendimentos. No primeiro levantamento não havia

nenhum, já no segundo responderam de forma positiva 45 empreendimentos. O que é um avanço. Nesse sentido, há uma outra questão que trata do trabalho coletivo em uma das perguntas: o que foi realizado de forma coletiva pelos sócios/as dos empreendimentos e, se tem como resposta:

Tabela 19 – Comercialização e organização da venda – EES Tocantins

Comercialização, organização ou venda	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	148	42%	291	72%
Não	205	58%	113	28%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

O labor coletivo é um dos fundamentos do trabalho autogestionário. Há uma grande variação entre um e outro estudo (quase dobrou) alcançando 97% de incremento, passou de 148 para 291 EES que responderam comercializar, organizar e realizar a venda de forma coletiva.

Se há ganhos consideráveis em se tratando de trabalho autogestionário, por outro lado, há também algumas vulnerabilidades que nos chama a atenção. Entre esses pontos, no quesito insumos e matérias-primas, os empreendimentos não conseguiram alcançar melhoria, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 20 – Aquisição de insumos de forma coletiva – EES Tocantins

Aquisição de insumos de forma coletiva	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	85	24%	42	10%
Não	268	76%	362	90%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Esse elemento está em sintonia com a origem das matérias-primas:

Tabela 21 – Origem da matéria-prima – EES Tocantins

Origem das matérias- primas	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Aquisição de empresa privada	120	34%	184	46%
Associados	92	26%	111	27%
Não se aplica	79	22%	0	0%
Doação	17	5%	0	0%

Aquisição de outro EES	9	3%	18	4%
Aquisição de não associados	8	2%	73	18%
Coleta de materiais recicláveis	5	1%	0	0%
Outros	5	1%	0	0%
Total	335	95%	386	96%
Sem resposta	18	5%	18	4%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Possivelmente, a leitura que fazemos desses dois elementos, mostra uma falta de articulação para adquirir insumos e matérias primas, pois na sua grande maioria (inclusive com crescimento de 12%, passando de 34% para 46%) provém do mercado privado. O que demonstra uma vulnerabilidade na articulação para esse elemento específico entre os empreendimentos. E que, embora houvesse crescimento do trabalho coletivo externo – em rede – isso não se refletiu na aquisição dos insumos ou matérias-primas. O que seria esperado era um aumento na colaboração e fornecimento de insumos e matérias primas entre os EES. Dessa forma, se demonstra claramente uma vulnerabilidade na articulação entre os empreendimentos e a falta de fornecedores na rede.

Essa vulnerabilidade se complementa quando se fala em destino dos produtos:

Tabela 22 – Qual o destino dos produtos e/ou serviços – EES Tocantins

Destino dos produtos	2005-2007		2010-2013	
	Frequência	%	Frequência	%
Vendidos	137	39%	262	65%
Trocados	18	5%	19	5%
Parte trocada ou vendida e destinada ao autoconsumo dos associados	175	50%	123	30%
Exclusivo autoconsumo	23	7%	0	0%
Total	353	100%	404	100%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

O aumento significativo de 91% de produtos destinados a venda (passou de 137 para 262 EES), combinado com a diminuição de 30% dos produtos quanto ao destino (parte trocada ou vendida e destinada ao autoconsumo) entre os EES, complementa o que nos permite afirmar, que se tratando de “origem dos insumos e matéria-prima e destino dos produtos” o mercado privado ocupa um papel central.

Ora estando dentro do padrão capitalista essa contradição (produção coletiva x aquisição individual de insumos e matéria-prima), há a possibilidade de ser um obstáculo o processo de autogestão, que nos remete o destaque de Benini; Benini:

Estando a cooperativa – no caso, autêntica e “autogestionária” – ligada ao mercado capitalista, tendo que, necessariamente, concorrer e produzir de acordo com as exigências do mercado, o próprio princípio da “autogestão” acaba sendo limitado e constrangido. Isso se dá, pois, a organização da produção, assim como a amplitude da tomada de decisão ou, em essência, o poder dos trabalhadores, que se vêem na contradição de governarem a si mesmos como capitalistas – tomando as mesmas atitudes, grosso modo, “usando o chicote em si mesmos” – para conseguirem competir no mercado (cuja base de valorização e acumulação é a exploração do trabalho), acabam introduzindo tecnologias e padrões de organização e gestão. (BENINI; BENINI, 2010, p. 609)

Aí está, o risco dos EES, seguirem sua ideologia fundadora, o que os fez se associarem ou crescerem como “empresas” (aqui como sinônimo de sua burocratização e hierarquização), crescendo e produzindo, assim perdendo suas características iniciais. O destino dos produtos, o significativo aumento nas vendas e a estagnação da cooperação entre os empreendimentos é um exemplo do atendimento as “exigências do mercado”. Esse é um risco importante a ser considerado, quando tratamos das vulnerabilidades dos EES.

Na sequência, passamos a analisar a dimensão **Geração de Trabalho e Renda**, no qual focamos em algumas questões fundamentais: a motivação da criação do empreendimento e qual a média de seu rendimento.

Uma das questões do mapeamento focava no que motivou a criação do empreendimento. Dentre as várias alternativas, nos preocupamos em analisar a resposta **uma alternativa ao desemprego**, que está demonstrada na tabela abaixo, os resultados em nível nacional e no estado do Tocantins:

Tabela 23 – Qual o motivo da criação dos EES Tocantins

Uma alternativa ao desemprego	Nacional		Tocantins	
	Frequência	%	Frequência	%
2005-2007	6.746	31,5%	71	20,3%
2010-2013	9.106	46,2%	209	51,7%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

No primeiro estudo, em nível nacional, a opção alternativa ao desemprego apareceu em 31,5% das respostas (2005-2007), enquanto que no

segundo foi de 46,2%. Já no Tocantins o montante surpreendentemente aumenta, passando de 20,3% para 51,7% dos casos, isso representa um crescimento de **194%** (passou de 71 para 209 respostas nos EES), o que nos sinaliza que os empreendimentos de economia solidária, no estado do Tocantins, possivelmente foram uma alternativa como uma real possibilidade ao desalento do desemprego.

Já em relação ao rendimento desses associados, não sabemos por qual motivo, somente há dados coletados na base de 2005-2007. Como não temos exatamente o ano em que foram coletadas as questões e gostaríamos de fazer alguns comparativos quanto a questão do rendimento, elaboramos alguns demonstrativos tendo como referência o salário mínimo nacional dos anos de 2005, 2006 e 2007. Na tabela abaixo demonstrados os salários mínimos da época:

Tabela 24 – Salário mínimo nacional em 2005, 2006 e 2007

Início de vigência	Valor	Referência
01/04/2007	R\$ 380,00	Lei 11.498/2007
01/04/2006	R\$ 350,00	Medida Provisória 288/2006
01/05/2005	R\$ 300,00	Lei 11.164/2005
Média	R\$ 343,33	

Fonte: Elaboração do autor com base na legislação de referência que institui o salário mínimo de cada ano.

Fizemos uma média dos três salários anuais (2005, 2006 e 2007) – que foi de R\$343,33 – para fins de comparação com os rendimentos médios declarados nos EES, por microrregião, na tabela a seguir demonstrado:

Tabela 25 – Rendimento dos associados nos EES, por região IBGE – 2005-2007

Microrregião	Renda média R\$	Média em salários mínimos	Rendimento em relação ao salário mínimo
Bico do Papagaio	268,93	343,33	78%
Araguaína	255,50	343,33	74%
Rio Formoso	344,40	343,33	100%
Porto Nacional	516,35	343,33	150%
Miracema	468,71	343,33	137%
Gurupi	-	343,33	-
Dianópolis	350,00	343,33	102%
Jalapão	233,40	343,33	68%
Média	340,71	343,33	101%

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2005-2013)

Comparando a renda média dos empreendimentos de cada região do Tocantins, com a média do salário mínimo daqueles três anos, percebemos que o

rendimento médio uma variação que vai de 78% a 150% em relação ao salário mínimo nacional. A média geral de recebimento dos associados nos EES chega a R\$340,71, praticamente a média dos salários mínimos encontrado nos três anos, que foi de R\$343,33, o que perfaz uma média geral de 101% ou **1 salário mínimo nacional**.

Na região do Bico do Papagaio, chega a 78% (ou 0,7 salário mínimo), Araguaína, 74% (0,7) e Jalapão, 68% (0,6). Ao passo que nas regiões de Rio formoso (igual ao salário mínimo), Porto Nacional (50% acima do salário mínimo), Miracema (37% acima) e Dianópolis (2% acima) se iguala e ultrapassa essa média. Na região de Gurupi não temos respostas.

Para termos um parâmetro regional, esses dados se tornarão mais relevantes se fizermos uma leitura tendo uma referência aos rendimentos em cada região do Tocantins, tentamos localizar dados oficiais, como RAIS/CAGED, uma vez que há escassez de microdados sobre rendimento, trabalho informal e estratificação salarial. Em várias buscas por dados primários e séries históricas da CAGED, só foram encontrados sites com as fontes de dados desativados, levando a páginas inexistentes (sites da RAIS, PGI, IBGE, que são os oficiais). Na pesquisa por dados secundários e regionalizados, encontramos um estudo com dados de 1990 e 2009 sobre um referencial do rendimento médio em vínculos formais, baseados na RAIS e CAGED, no Tocantins, por microrregião do IBGE. Acreditamos que tomando esses dados como um referencial, uma vez que estão baseados em dados oficiais (RAIS/CAGED), nos possibilitou obter um parâmetro sobre o rendimento dos trabalhadores. Há uma proximidade temporal nesse estudo (2005-2007 rendimento dos EES e os rendimentos no estudo que são microdados de 2009) que nos possibilita fazer uma aproximação e minimamente algumas comparações.

Utilizaremos abaixo uma tabela, desse estudo realizado por Barroso (2011). A autora nos demonstra o número de vínculos empregatícios conforme a remuneração média em salários mínimos por microrregiões do Tocantins, no ano de 2009, na tabela a seguir:

Figura 8 – Número de vínculos empregatícios, conforme a remuneração média em salários mínimos por microrregiões do Tocantins – 2009 – dados RAIS-CAGED

Faixa de remuneração média (SM)	2009								
	Bico do Papagaio	Araguaína	Miracema do Tocantins	Rio Formoso	Gurupi	Porto Nacional	Jalapao	Dianopolis	Total
Até 0,5	8	64	24	22	37	274	2	13	444
De 0,51 a 1,00	2.056	4.224	1.854	1.826	1.615	6.118	561	1.453	19.707
De 1,01 a 2,00	8.208	21.861	9.665	9.099	12.213	49.866	2.762	5.106	118.780
De 2,01 a 3,00	1.435	4.361	1.620	1.945	2.565	17.596	641	887	31.050
De 3,01 a 4,00	438	1.769	635	550	854	13.205	135	300	17.886
De 4,01 a 5,00	250	728	260	209	490	10.006	41	110	12.094
De 5,01 a 7,00	174	886	236	213	519	11.430	35	138	13.631
De 7,01 a 10,00	81	433	157	123	252	5.586	8	105	6.745
De 10,01 a 15,00	36	224	103	31	184	2.702	8	37	3.325
De 15,01 a 20,00	23	106	48	31	52	1.846	1	10	2.117
Mais de 20,00	8	44	51	10	25	1.457	1	25	1.621
Ignorado	35	215	60	60	114	321	8	46	859
Total	12.752	34.915	14.713	14.119	18.920	120.407	4.203	8.230	228.259

Fonte: Extraído de BARROSO, 2011, p.35

A partir dessa fonte de dados fizemos uma releitura, demonstrada nas tabelas a seguir, o que nos dá uma visão comparativa das faixas de rendimento dos vínculos formais com o rendimento médio dos EES, em salários mínimos nacionais:

Tabela 26 – Comparativo rendimento EES com vínculos formais por região do Tocantins

Região	Salários mínimos	Nº vínculos	%	Cumulativo %	Rendimento médio EES	
					Nº	%
Bico do Papagaio	Nenhum ou zero	-	-	-	69	71,1%
	até 0,5	8	0,1%	0,1%	12	12,4%
	0,51 a 1	2.056	16,1%	16,2%	10	10,3%
	1,01 a 2	8.208	64,4%	80,6%	6	6,2%
	acima de 2	2.480	19,4%	100%	0	0%
	Total	12.752	100%		97	100%
Araguaína	Nenhum ou zero	-	-	-	55	77,5%
	até 0,5	64	0,2%	0,2%	5	7%
	0,51 a 1	4.224	12,3%	12,5%	4	5,6%
	1,01 a 2	21.861	62,6%	74,9%	0	0%
	acima de 2	8.766	25,1%	100%	71	100%
	Total	34.915	100%			
Miracema	Nenhum ou zero	-	-	-	29	80,6%
	até 0,5	24	0,2%	0,2%	1	2,8%
	0,51 a 1	1.854	12,6%	12,8%	3	8,3%
	1,01 a 2	9.665	65,7%	78,5%	2	5,6%
	acima de 2	3.170	21,5%	100%	1	2,8%

	Total	14.713	100%		36	100%
Rio Formoso	Nenhum ou zero	-	-	-	39	88,6%
	até 0,5	22	0,2%	0,2%	1	2,3%
	0,51 a 1	1.826	12,9%	13,1%	3	6,8%
	1,01 a 2	9.099	64,4%	77,5%	1	2,3%
	acima de 2	3.172	22,5%	100%	0	0%
	Total	14.119	100%		44	100%
Gurupi	Nenhum ou zero	-	-	-	25	100%
	até 0,5	37	0,2%	0,2%	0	0
	0,51 a 1	1.615	8,5%	8,7%	0	0
	1,01 a 2	12.213	64,6%	73,3%	0	0
	acima de 2	5.055	26,7%	100%	25	100%
	Total	18.920	100%			
Porto Nacional	Nenhum ou zero	-	-	-	23	57,5%
	até 0,5	274	0,2%	0,2%	4	10%
	0,51 a 1	6.118	5,1%	5,3%	7	17,5%
	1,01 a 2	49.866	41,4%	46,7%	3	7,5%
	acima de 2	64.149	53,3%	100%	3	7,5%
	Total	120.407	100%		40	100%
Jalapão	Nenhum ou zero	-	-	-	11	68,8%
	até 0,5	2	0,1%	0,1%	3	18,8%
	0,51 a 1	561	13,3%	13,4%	1	6,3%
	1,01 a 2	2.762	65,7%	79,1%	1	6,3%
	acima de 2	1.658	20,9%	100%	0	0%
	Total	4.203	100%		16	100%
Dianópolis	Nenhum ou zero	-	-	-	23	95,8%
	até 0,5	13	0,2%	0,2%	0	0%
	0,51 a 1	1.453	17,7%	17,9%	1	4,2%
	1,01 a 2	5.106	62%	79,9%	0	0%
	acima de 2	1.658	20,1%	100%	0	0%
	Total	8.230	100%		24	100%

Fonte: Elaboração do autor com base na adaptação de Barroso, 2011 e nos mapeamentos da SENAES (2005-2013).

Em níveis comparativos, podemos verificar que o rendimento médio dos empreendimentos, levando em consideração a faixa salarial de renda em salários mínimos nacionais dos trabalhadores com vínculo, se assemelham a 16,1% de parcela desses trabalhadores na região do Bico do Papagaio, a 12,3% em Araguaína, 65,7% em Miracema, 12,9% em Rio Formoso, 41,4% em Porto Nacional, 13,3% no Jalapão e 62% em Dianópolis. Abaixo, um demonstrativo geral, estratificado no estado do Tocantins:

Tabela 27 – Comparativo rendimento EES com vínculos formais – todas as regiões do Tocantins

Região	Salários mínimos	Nº vínculos	%	Cumulativo %	Rendimento médio EES
Todas as regiões	até 0,5	444	0,2%	0,2%	101% salário mínimo
	0,51 a 1	19.707	8,6%	8,8%	
	1,01 a 2	118.780	52,0%	60,7%	
	acima de 2	89.328	39,3%	100%	
Total			100%		

Fonte: Elaboração do autor com base na adaptação de Barroso, 2011 e nos mapeamentos da SENAES (2005-2007).

De maneira geral, os trabalhadores dos empreendimentos se assemelham a faixa de renda entre 1,01 a 2 salários mínimos de **52%** de trabalhadores com vínculo formal. Não temos o horizonte do quanto desses 52% de trabalhadores ganham próximo a um ou aos dois salários mínimos.

Vale a comparação em postos de trabalho, se levarmos em consideração o contingente de trabalhadores tocantinenses nos empreendimentos de economia solidária somam **mais de 45,6 mil pessoas ocupadas**, gerando trabalho e renda nos EES (**45.675** trabalhadores, no primeiro, 21.335 e no segundo estudo, 24.340 trabalhadores). Se compararmos aos trabalhadores formais do estudo de Barroso (2011), esse contingente de trabalhadores da economia solidária chega a **20,01%** em relação aos vínculos (228 mil), demonstrados por Barroso.

Esses elementos são indicadores que nos reforçam a importância do trabalho associado nos empreendimentos de economia solidária, no estado do Tocantins, possivelmente foram uma alternativa como uma real possibilidade ao desalento do desemprego.

E por fim, na dimensão **Políticas públicas** aonde foi analisado a inserção do poder público e os reflexos de suas ações para economia solidária. Em uma das questões, no mapeamento de 2010-2013, foi questionado a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento e, os recursos públicos aparecem de forma quase inexistente, conforme tabela abaixo:

Tabela 28 – Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento

Origem dos recursos	Sim		Não	
	Frequência	%	Frequência	%
Dos próprios sócios	318	13,1%	86	3,5%
Empréstimo ou financiamento	21	0,9%	383	15,8%
Doações organismos internacionais – ONGs	53	2,2%	351	14,5%
Recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido)	89	3,7%	315	13%
Doações de pessoas físicas ou empresas	42	1,7%	362	14,9%
Não se aplica (não houve necessidade de recursos)	6	0,2	398	16,4%
Total	529*	21,8%	1.895*	78,2%

***Questões de múltiplas respostas**

Fonte: Elaboração do autor com base nos mapeamentos da SENAES (2013)

A resposta que caracteriza a origem dos recursos como públicos é a “recursos públicos não reembolsáveis”. No primeiro mapeamento (2005-2007) apesar da questão aparecer, essa variável não aparece, vindo a constar somente no segundo estudo. Dos 21,8% dos empreendimentos que apontaram que foi utilizado alguma forma de recursos para alavancar suas atividades, **apenas 3,7% dos recursos foram públicos**, um quantitativo quase irrelevante de incentivo público para a economia solidária.

Diante de todos esses resultados, podemos inferir a importância dos empreendimentos de economia solidária, quando falamos de alternativa ao trabalho assalariado. Isso se demonstra em vários momentos: a presença desses empreendimentos em 69% dos municípios tocantinenses, seu expressivo aumento de 63% nas microrregiões, entre os dois estudos, bem como sua presença formal, enquanto empreendimento formalizado (76% deles). Muito importante a presença feminina, com crescimento de 15%, totalizando 49% no segundo mapeamento.

Quando falamos da sua importância na vida dos trabalhadores: a geração de renda que ocupa **mais de 45,6 mil pessoas**, gerando trabalho e renda nos EES (45.675 trabalhadores um número de **20,01%** do contingente vinculado formalmente no estado do Tocantins). E, se compararmos a trabalhadores com vínculo, esses se assemelham aos ganhos em faixa de renda entre 1, 01 e 2 salários mínimos, de **52%** de trabalhadores com vínculo formal.

Quanto ao quesito de autogestão, vários elementos apontam para uma relativa autogestão: quando se trata de posse dos meios de produção (54,1% dos EES com sede própria) e, principalmente quando se fala de produção, organização e venda de forma coletiva, os números mostraram favoráveis com um crescimento de 97% no segundo estudo.

Infelizmente, há ainda muitas questões que tangem a vulnerabilidade desses empreendimentos. Embora tenha tido um aumento do trabalho em rede isso não se refletiu na articulação para aquisição de insumos e matérias primas da rede de empreendimentos solidários. Inclusive houve um crescimento na aquisição destes em 53% (entre o primeiro e o último mapeamento) pela via do mercado capitalista. Vindo a ser complementada essa questão, no aumento de 91% do destino dos produtos: venda a esse mercado. Isso complementa a importância do mercado privado e a falta de caminhos alternativos, que fomentem a economia solidária. Outro fator que poderia ser decisivo em trazer alternativa a essas e tantas outras vulnerabilidades (como logística da produção, criação de redes e mercados voltados para economia solidária, educação e treinamento, dentre outros) é a ausência do Estado. Um indicador disso é a quase inexistente presença enquanto financiador dos empreendimentos.

Alternativas de resposta ao desemprego, na afirmação de 20,3% e 51,7% foram as respostas dos associados dos empreendimentos, enquanto motivador de criação dos seus empreendimentos, demonstra um panorama de criação de alternativa ao processo capitalista excludente. Os resultados analisados demonstram que há a existência de alternativas, de forma dissonante e desafiadora. Mostra que na economia solidária pode surgir como uma possível e experimental resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente. Nesse ponto, a sua sobrevivência e êxito poderão indicar ou mesmo poderão se constituir em real alternativa de resistência a hegemonia do neoliberalismo e até mesmo constituir novos padrões de desenvolvimento.

6 BARRA DA AROEIRA: PESQUISA AÇÃO E OS QUILOMBOS NO ESTADO DO TOCANTINS

As comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos, podem ser definidas como comunidades que resistiram ao longo da história a diferentes formas de dominação. A primeira delas, pela origem de sua própria formação, pois foram constituídas, naquela época, por escravos fugidos e hoje, mantidas pelos seus descendentes. Se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil, vindo a se instalar e se adaptar a regiões hostis, pelo interior do Brasil. Elas possuem características de identidade cultural própria e, geralmente mantém uma forte ligação com seu território, sua história e trajetória, através da preservação de costumes e sua rica cultura, manifestada por seus antepassados e mantida até hoje. Recentemente, foram reconhecidas pelo seu direito a terra que historicamente ocupam, conforme fundamentado no Art. 68. Do ato das Disposições constitucionais transitórias: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988) e também definidos como grupo étnico-racial específico, conforme o artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Embora tenham os seus direitos configurados em leis e decretos, na prática nem sempre isso se concretiza. Exemplo disso é a comunidade escolhida para o nosso estudo de caso: a comunidade quilombola Barra da Aroeira. Essa comunidade, embora teoricamente tenha o direito a titulação referida possui apenas um Contrato de Concessão de Uso (CCU) que garante o direito a usufruir do território por vinte anos (de 2006 a 2026).

Importante ressaltar que no estado do Tocantins, há várias comunidades quilombolas, em situação análoga a Barra da Aroeira, requerendo a sua titulação de território, conforme os processos que apuramos junto ao INCRA, demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 29: Comunidades Quilombolas no Tocantins – requerimento de titulação cadastrado junto ao INCRA

Ordem	Nº processo	Comunidade	Município	Ano abertura
1	54400.000797/2004-01	Barra do Aroeira	Santa Tereza	2004
2	54400.000877/2005-30	São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins	2005
3	54400.001104/2005-71	Kalunga do Mimoso	Arraias e Paranã	2005
4	54400.001267/2005-53	Fazenda Lageado	Dianópolis	2005
5	54400.001268/2005-06	Povoado do Prata	São Félix do Tocantins	2005
6	54400.001297/2006-41	Morro do São João	Santa Rosa do Tocantins	2006
7	54400.001298/2006-95	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia	2006
8	54400.001299/2006-30	Projeto da Bavieira	Aragominas	2006
9	54400.001300/2006-26	Redenção	Natividade	2006
10	54400.001301/2006-71	Mumbuca	Mateiros	2006
11	54400.001302/2006-15	Laginha	Porto Alegre do Tocantins	2006
12	54400.001304/2006-12	Lagoa da Pedra	Arraias	2006
13	54400.001306/2006-01	São José	Chapada da Natividade	2006
14	54400.001307/2006-48	Malhadinha	Brejinho de Nazaré	2006
15	54400.001308/2006-92	Chapada de Natividade	Chapada da Natividade	2006
16	54400.001309/2006-37	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	2006
17	54400.003291/2007-99	Grotão	Filadélfia	2007
18	54400.000320/2008-41	Água Branca	Conceição do Tocantins	2008
19	54400.000326/2008-19	Matão	Conceição do Tocantins	2008
20	54400.002287/2009-74	Mata Grande	Monte do Carmo	2009
21	54400.002836/200910	Santa Maria Mangueiras	dasDois Irmãos	2009
22	54400.002837/2009-56	Carrapato, Ambrózio	Formiga eMateiros	2009
23	54400.000823/2010-31	Dona Juscelina	Muricilândia	2010
24	54400.000824/2010-86	Rio Das Almas	Jaú do Tocantins	2010
25	54400.000825/2010-21	Currálinho do Pontal	Brejinho de Nazaré	2010
26	54400.000369/2011-08	Manoel João	Nazaré	2011
27	54400.001357/2011-92	Pé do Morro	Aragominas	2011
28	54400.001430/2011-26	Ilha de São Vicente	Araguatins	2011
29	54400.001431/2011-71	Baião	Almas	2011
30	54400.000429/2014-27	Claro, Prata e Ouro Fino	Paraná	2014
31	54400.000771/2014-27	Fazendas Lagoa dos Patos	Kaagados eArraias	2014
32	54400.000833/2014-09	Margens do Rio Novo, Preto e Riacho	RioMateiros	2014
33	54400.000225-2015-77	Boa Esperança	Mateiros	2015

Fonte: Elaboração do autor com base INCRA, 2017 a.

Embora conste 33 processos, há mais de uma comunidade que faz parte do mesmo processo (no processo 22, há mais 2 comunidades; no 30 mais 2 comunidades; no 31 mais 1 comunidade e no 32, mais 2 comunidades), perfazendo **o total de 45 comunidades quilombolas**. Notemos que a primeira e mais antiga comunidade a pleitear o processo é a Barra da Aroeira.

Conforme demonstrado na tabela a Barra da Aroeira foi a primeira das comunidades a requerer sua titulação. Pioneira também é a sua fundação, pois provém de um processo histórico, aonde o ancestral da comunidade Félix José

Rodrigues (foi um combatente que lutou e saiu vitorioso na Guerra do Paraguai²⁹) recebeu de Dom Pedro II como recompensa terras, como bem descreve Dias:

A ocupação das terras originais pelo grupo da Barra data de 1871 sendo, portanto, bem anterior à formação da Vila de Santa Tereza. Um processo de aglutinação na área da Barra que acabou com a condição de espalhados ainda na década de 1930 é justificado por perdas territoriais e conflitos, mas principalmente pela “*febre braba que matou muita gente do nosso povo lá pros ano de 1915*”, como salienta Nilo Rodrigues. O povo de Barra de Aroeira, aqui objeto de estudo, poderia ser abordado por outras categorias, a exemplo de camponeses com a particularidade da negritude, caso fosse acessado antes da Constituição de 1988, em função de sua forte identificação com outros grupos rurais brasileiros. Mas após o reconhecimento, e em sintonia com a própria auto-definição atual do grupo em busca da conquista de direitos inimagináveis antes deste mesmo reconhecimento, a abordagem proposta é sobre o grupo remanescente de quilombo Barra de Aroeira. “*Quem tá aqui é quilombo né? E nós tá aqui!*” (DIAS, 2011, p.14)

E corroborado nas explicações de PEREIRA;SIMÃO;SILVA, a seguir:

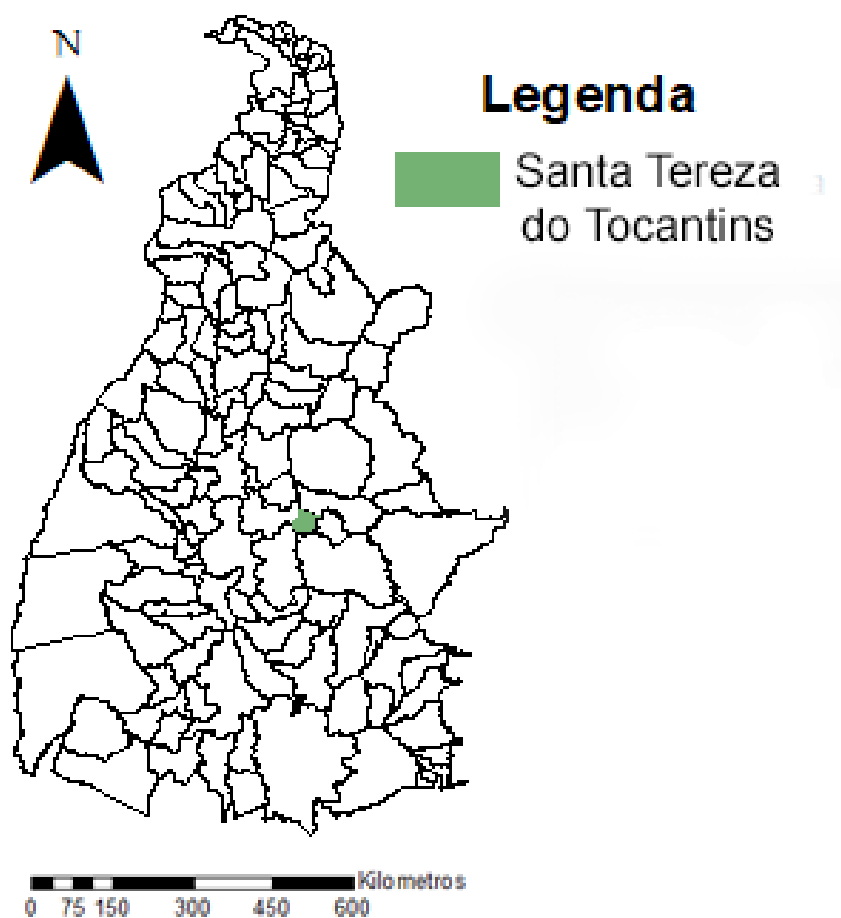
Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins - Incra/TO (2011), o povoado foi formado em 1850 por descendentes de ex-escravos que moravam em um quilombo no sul do Piauí, através do casamento de Félix José Rodrigues com Venância Rodrigues. Em 1867 Félix José Rodrigues participou da Guerra do Paraguai (maior conflito armado do continente americano) com o objetivo de conquistar sua emancipação. Como retribuição de ter participado da batalha, o imperador Dom Pedro II doou para Félix 79.200,0000 ha (setenta e nove mil e duzentos hectares) de terra na região do Jalapão, antigo norte de Goiás e atual Estado do Tocantins. Por volta de 1871 o casal estabeleceu-se nas terras e deixaram grande descendência de filhos, netos e bisnetos. Contudo, os moradores da Comunidade até hoje não possuem a titulação da posse da terra, o que refletiu em “invasões” de boa parte de seu território e na histórica luta da Comunidade pelo direito à posse coletiva da terra. De acordo com Dias (2011), hoje, apenas 1,09% do território original está passando pelo processo de reconhecimento pelo Incra, o que corresponde a aproximadamente 1000 hectares. O reconhecimento do grupo como quilombola fez com que os herdeiros se enquadrassem em um grupo nacional peculiar detentor de direitos. A ocupação das terras em conjunto com a autodenominação do grupo faz com que se enquadrem no que garante o Artigo 68 da Constituição Federal. A descrição reconhece como propriedade definitiva o território cujo os descendentes quilombolas ocupam, e é dever do Estado fazer a emissão do título das terras. (PEREIRA; SIMÃO; SILVA, 2018, p.2317)

Na emancipação do Estado do Tocantins, em 1989, ela passou a fazer parte do município de Novo Acordo, posteriormente, ao distrito de Santa Tereza do Tocantins. A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, ou Barra como é mais

²⁹ A Guerra do Paraguai é considerada o maior conflito armado corrido no continente americano e se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza) na Argentina e Uruguai e de Grande Guerra, no Paraguai.

conhecida e identificada pelos moradores, se localiza no município de Santa Tereza do Tocantins, cidade que possui uma área total de 543,9 km e situa-se a 86 quilômetros da capital, Palmas. A área do município de Santa Tereza limita-se ao norte com Novo Acordo, leste com Lagoa do Tocantins, sul com Monte do Carmo e oeste com Palmas, sendo sua zona rural ocupada por várias fazendas e chácaras. Em sua localização, também está o início da região conhecida como Jalapão, uma unidade de conservação ambiental com 34 mil quilômetros de área desertificada (com abrangência nos municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins), conforme ilustra o mapa abaixo:

Figura 9 – Estado do Tocantins e município de Santa Tereza do Tocantins



Fonte: Elaboração do autor com base no IBGE.

A escolha da comunidade quilombola Barra da Aroeira se deu por diversos motivos, dentre eles, o principal foi a execução do Projeto Raios de Sol³⁰. O Projeto Raios de Sol é um projeto de extensão universitária, de iniciativa do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins, cujo foco é criar um primeiro ou iniciar a constituição de um Sistema Orgânico de Trabalho (SOT)³¹, ou seja, uma forma de desenvolvimento alternativa aos métodos capitalistas conhecidos atualmente, apontando para uma queda substancial da desigualdade econômica e da vulnerabilidade social.

A proposta do Projeto Raios de Sol e o método SOT foi debatida em vários encontros e atividades do movimento de economia solidária do Tocantins e, em 2016 foi institucionalizado pelo NESOL/UFT como um programa de extensão, como demonstrado no Projeto Estruturante de Desenvolvimento Orgânico-Solidário Autogestionário:

O Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins, de forma participativa e em parceria com entidades do campo da economia solidária, criou, ainda em 2016, o programa de extensão Raios de Sol, que na sua primeira etapa buscou elaborar uma metodologia com consistência suficiente para organizar ações estruturantes a favor de um novo tipo de desenvolvimento: solidário entre as pessoas, orgânico no uso dos recursos e autogestionário nos seus processos administrativos. Tal metodologia foi publicada no início de 2017 na cartilha **“Conhecendo o Projeto Estruturante Raios de Sol - Desenvolvimento orgânico-solidário autogestionário”**. (TOCANTINS, 2017, p.4)

Com a divulgação informal dos encontros, uma proposta de implementação de um SOT, chegou ao conhecimento da comunidade Barra da Aroeira, aonde o presidente da associação convidou os idealizadores desse projeto para apresentarem a ideia na comunidade, o que ocorreu em fevereiro de 2017. Houve mais três oficinas nos meses seguintes. Ao final desse processo, a

³⁰ O Projeto Raios de Sol surgiu, inicialmente, como uma demanda do Movimento Sem Terra (MST) do Tocantins para a implantação de um Sistema Orgânico de Trabalho - SOT em um novo assentamento rural da reforma agrária. Houve, pelo menos, cinco reuniões com o movimento e os seus participantes, quando se desenharam detalhes do projeto, durante os anos de 2015 e 2016, culminando com a elaboração de uma cartilha sobre a metodologia do projeto Raios de Sol. No entanto, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, não houve mais cenário político favorável para a implantação de tal proposta no contexto da reforma agrária e dos respectivos órgãos governamentais.

³¹ O sistema Orgânico de Trabalho ou SOT é uma nova metodologia de desenvolvimento da Economia Solidária (baseada na obra de BENINI, 2012) de forma a reorientar a práxis frente ao capital, a partir de três novas mediações: propriedade orgânica, renda sistêmica e autogestão societal. Estes com a finalidade de alavancar novos pilares de autogestão e instituir as bases para erradicação da desigualdade, da pobreza e do trabalho alienado, gerando uma nova condição de protagonismo nos trabalhadores.

comunidade aderiu ao projeto, por meio de assembleia da sua associação, em junho de 2017.

Após a inserção da comunidade, foi dado início ao programa que saiu da etapa preliminar de elaborar uma metodologia de organicidade socioprodutiva para a perspectiva de buscar meios para a implantação efetiva e experimental de um SOT em uma comunidade territorializada.

A partir de então, o projeto Raios de Sol agregou outros parceiros, como a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins (SEAGRO), a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE) e a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, contando com o apoio institucional do Fórum Estadual de Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Solidária, ambos do Tocantins.

A mobilização de todos os parceiros do projeto Raios de Sol, fez com que fosse captado um recurso da ordem de 3,5 milhões, junto ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza -FECOEP³² que foi aprovado a partir do seu projeto denominado Programa Estruturante de Desenvolvimento Orgânico-Solidário Autogestionário. Todas essas iniciativas partiram do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins, que apesar de não ser um órgão do poder executivo, não deixa de ser uma representante do poder público que também faz uso e aplicação de seus recursos, especialmente em seus projetos de extensão universitária, o que caracteriza a aplicação na referida comunidade.

É importante sabermos, a partir de então, quem é a comunidade quilombola Barra da Aroeira. Ela foi identificada somente no II Mapeamento (2010-2013). Quem respondeu a pesquisa nacional foi a representante da associação (Associação Comunitária dos Quilombos da Barra da Aroeira, fundada em 2004). A associação foi fundada e formalizada com o objetivo fortalecer a representatividade coletiva e facilitar o acesso a recursos públicos e benefícios sociais. No quilombo há cerca de 400 pessoas, perfazendo um total de 94 famílias e se encontra em grave estado de vulnerabilidade social e estruturalmente em condição de pobreza,

³² Esse fundo é instituído por força de lei nos estados brasileiros nos termos do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias – ADCT da Constituição Federal, aonde uma parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços é direcionado para esse fundo, a fim de que sejam implementados projetos de combate e erradicação da pobreza. No Tocantins ele foi instituído recentemente, em 2015, sob a lei nº3.015 de 30 de setembro de 2015.

segundo uma pesquisa³³ realizada pelo Projeto Estruturante de Desenvolvimento Orgânico-Solidário Autogestionário, em 2017:

Em relação à renda, 50 pessoas responderam à questão. A renda individual se apresenta extremamente baixa, considerando que 88% declararam possuir renda igual ou menor ao salário mínimo vigente, ou seja, R\$ 937,00, e 68% dos entrevistados afirmaram receber valor abaixo do salário mínimo. Assim, isso representa uma parcela significativa de membros da comunidade em situação de informalidade empregatícia. Um dos reflexos alarmantes desse dado é a inexistência de amparo previdenciário, uma vez que não estão inseridos em contratos formais de trabalho. Já a renda média mensal auferida foi de **R\$ 551,92**, menos da metade do valor da renda média recebida pelos trabalhadores com vínculos formais de trabalho na cidade de Santa Tereza do Tocantins em 2015, de R\$ 1.105,44. Apenas um respondente declarou receber salário maior que essa média, no valor de R\$ 1.200,00. [...] A renda *per capita*, por conseguinte, também se apresentou baixa. Considerando os 28 domicílios para os quais os entrevistados responderam à questão, totalizando 147 pessoas, **a renda média per capita é de R\$ 187,83 mensais.** (TOCANTINS, 2017, p. 5-6)

Outra informação importante, demonstrada nessa pesquisa foi um perfil da situação de pobreza dos moradores da comunidade:

Já em relação à proporção de pessoas pobres, 25% dos respondentes se encontram em situação de extrema pobreza, 25% em situação de pobreza e 46,4% se encontram em situação de vulnerabilidade à pobreza, totalizando 96,4%. Outro dado que apresenta a situação de vulnerabilidade social da comunidade é a taxa de 60,3% de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, considerando o universo total de 184 entrevistados. Ou seja, são famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Os entrevistados também foram questionados se possuem dificuldades em obter sua subsistência, ao que 28 dos 39 respondentes afirmaram que sim, enquanto 11 afirmaram não possuir dificuldades na obtenção da subsistência (TOCANTINS, 2017, p. 6-7)

Esses dados demonstram o tamanho da gravidade da situação da grande maioria dos moradores da comunidade: pouco mais de 60% atendidos pelo bolsa família e aonde 72% (28 de 39 respondentes) possui dificuldade na obtenção de sua subsistência. No II Mapeamento, em 2010-2013 e, a partir da localização da resposta realizada pela representante da comunidade, havia uma pergunta sobre haver predominância ou não de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda. A resposta a essa afirmação foi positiva, e identificado que

³³ Dados da “Pesquisa aplicada entre os dias 24 de maio e 23 de junho de 2017 foram aplicados 39 questionários, correspondentes ao número de famílias entrevistadas, compondo uma amostra de 41,5% dentre o universo total de 94 famílias que compõe a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira. Através dos referidos questionários, foram levantados os dados de 184 membros da comunidade, ou 41,8% do total.” (TOCANTINS, 2017, p.4)

que eram beneficiários do bolsa família. Isso vem a corroborar e explicitar as condições de precariedade - que se mantiveram ao longo do tempo - entre as duas pesquisas (II Mapeamento da SENAES e início do projeto de extensão Raios de Sol), pois temos um horizonte entre 2010 à 2017 aonde a situação de beneficiários desse programa de transferência de renda se mantém.

Essas informações sobre a situação de vulnerabilidade que a comunidade vive, se reflete também na saída de várias pessoas e famílias que residem fora da comunidade, em cidades circunvizinhas, por questões de sobrevivência ou acesso a renda. Estima-se que o número seja de 80 pessoas, o que representaria 17% do total de quilombolas da comunidade.

Com esse panorama, uma das grandes preocupações do projeto Raios de Sol, é o de garantir minimamente a qualidade de vida e geração de renda, além de despertar nos trabalhadores sua autonomia através do trabalho associado e autogestionário. Aliás, trabalho associado é um dos elementos foram importantes e grandes facilitadores no processo de discussão para adesão e implantação do projeto: por se tratar de uma comunidade quilombola, a auto-organização já se faz presente nas suas formas tradicionais do trabalho agrícola, como as hortas e roças que são sobretudo, coletivas. O trabalho já é dividido e coletivizado, bem como todo processo produtivo, até chegar ao produto final.

Com isso, a implantação do projeto vai além do combate ao desemprego e sua situação social de vulnerabilidade, trata-se da construção de uma nova forma de sociabilidade baseada na cooperação e na solidariedade substantiva, de forma que a autogestão se torna um modelo alternativo, viável e superior de desenvolvimento, deixando de ser apenas uma medida contingencial dentro do atual sistema econômico de produção.

Com o início do projeto de extensão na comunidade, foram promovidas diversas oficinas, reuniões e encontros da equipe técnica do projeto. Com a média de duas atividades por mês junto à comunidade, foram definidos grupos de trabalho e seus respectivos objetivos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3 – Grupos de Trabalho e seus objetivos no Projeto Raios de Sol

GRUPOS DE TRABALHO	OBJETIVOS
Jurídico	Elaborar a minuta de uma cooperativa integral, conforme as opções permitidas pela legislação em vigor, porém, que também fosse capaz de incorporar as mediações de um SOT.
Administração e logística	Elaborar projeto completo (construção e instalação) da sede da cooperativa integral, bem como as suas rotinas gerenciais básicas.
Agroecologia	Diagnosticar o potencial produtivo e a elaboração de projetos para a produção agroecológica no quilombo Barra da Aroeira.
Bioconstrução	Valorizar, enriquecer e consolidar as técnicas de construção em terra crua da comunidade, como uma tecnologia sustentável.
Captação de recursos	Viabilizar recursos financeiros para os investimentos necessários (obtenção dos meios de produção) para a instalação e consolidação da cooperativa integral.
Formação cultural	Potencializar e enriquecer os valores de cooperação e solidariedade na comunidade, além de seus recursos simbólicos, bem como ampliar a concepção e a prática de um modo de trabalho colaborativo e integrado, isto é, orgânico.
Organização territorial	A partir de estudos técnicos detalhados do solo, bioma, recursos hídricos, relevo e interferências antropófitas, elaborar plano diretor sustentável do território.

Fonte: Elaboração do autor com base em TOCANTINS, 2017.

A partir dessa organização, os grupos de trabalho confluíram necessidades e ideias em uma proposta de captação de recursos voltada para o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza do Tocantins (FECOEP). Tendo a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Tocantins (SEAGRO) como proponente, e o Núcleo de Economia Solidária/UFT como apoio técnico, tal projeto foi apresentado e aprovado pelo conselho do FECOEP, no dia 8 de março de 2018. Já era abertamente ponderado, pela equipe técnica do projeto, que o seu ponto mais frágil era justamente a obtenção dos meios de produção para os trabalhadores associados, fato imprescindível para o exercício, em todo o seu potencial, de uma estrutura de organicidade socioprodutiva, conforme apontada por Benini:

Por **organicidade socioprodutiva** entende-se um sistema de organização da produção no qual não ocorre fragmentação ou individualização, ou seja, um sistema orgânico caracterizado pela integração patrimonial, econômica e material, que possibilita um patamar superior ou ampliado de alocações e combinações de recursos, força e capacidade produtiva, frequentemente observado em comunidades, assentamentos e territórios identitários, aglutinado por aspectos da produção econômica com a reprodução social (BENINI, 2012, p.11).

A proposta do projeto apresentada foi dividida em quatro eixos – administração, logística, agroecologia e bioconstrução – e com a previsão

orçamentária de cerca de R\$3,5 milhões, o Projeto Raios de Sol, na versão aprovada pelo FECOEP, intentou potencializar um território quilombola de 1000 hectares para uma autêntica governança autogestionária territorial. Os objetivos do projeto demonstram claramente a proposta de uma mudança substantiva da situação que foi diagnosticada e já, anteriormente demonstrada:

Objetivo Geral: Promover condições estruturantes para erradicar os ciclos socioeconômicos que causam a pobreza e a exclusão social, instituindo, no seu lugar, processos autossustentáveis e contínuos de inclusão socioproductiva e emancipação socioeconômica. Tais processos visam estruturar condições gerais de trabalho, produção e distribuição, de modo colaborativo e solidário (ou seja, baseados na equidade e autogestão societária) e eficiente do ponto de vista sistêmico, agregando valor social e econômico com uma base reduzida no uso de recursos, promovendo, assim, a sustentabilidade ambiental e financeira. **Objetivos Específicos:** Organizar uma estrutura socioproductiva eficiente e colaborativa, com custo reduzido de investimentos para a inserção produtiva dos desempregados (fator de inclusão entre 15 e 20 mil reais), articulando 4 (quatro) eixos de intervenção de forma sinérgica entre si, a saber: Eixo 1 - setor auto administrativo; Eixo 2 – produção rural e em transição agroecológica de alimentos; Eixo 3 - bioconstrução autossustentável; Eixo 4 – logística de distribuição solidária integradora. Promover uma renda adequada, acima do salário mínimo oficial e próximo do salário mínimo necessário (de R\$ 1500,00 a R\$ 3000,00) para as 174 famílias beneficiários diretos do programa, incluindo em funções produtivas de 200 a 250 pessoas; Viabilizar uma rede integradora de intercâmbios, isto é, de trocas diretas, compras coletivas e vendas conjugadas, na qual se possa propiciar o acesso a alimentos saudáveis, e a preço justo, para as populações carentes de um bairro ou região de Palmas, ao mesmo tempo em que se fortalecem alternativas solidárias e autogestionárias de geração de trabalho e renda, por meio da formação de uma rede de comercialização para o projeto Raios de Sol e os 20 EES participantes, bem como compras conjuntas e trocas diretas entre eles, gerando sinergias colaborativas. (TOCANTINS, 2017, p. 2)

Para viabilizar tal governança, o projeto previu, entre os meios de se trabalhar (meios de produção), um conjunto de investimentos estruturantes, distribuídos de forma articulada entre construções, veículos, máquinas, equipamentos e a constituição de uma casa de farinha certificada, ou seja, que atendesse todas as normas e exigências sanitárias, além da constituição da primeira moeda social do estado do Tocantins.

Após a aprovação do projeto junto ao FECOEP, foi divulgada através da resolução nº01/2018, de 13 de março de 2018, no Diário Oficial do Tocantins, ainda naquele ano:

Art. 1º- Fica aprovado à destinação de recursos financeiros no valor total de R\$ 3.508.400,00 (três milhões, quinhentos e oito mil e quatrocentos reais), originados do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da

Pobreza - FECOEP-TO, com fulcro na Lei nº 3.015, de 30 de setembro de 2015, nos termos do Anexo Único desta Resolução. [...] ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO Nº 01/2018, DE 13 DE MARÇO DE 2018 [...] Processo Nº 2017/2591/500012 - Valor R\$ 3.508.400,00 (três milhões quinhentos e oito mil e quatrocentos reais). Programa financiado - PROGRAMA ESTRUTURANTE DE DESENVOLVIMENTO ORGÂNICO - SOLIDÁRIO AUTOGESTIONÁRIO - “RAIOS DE SOL” - atuação em geração de trabalho e renda, agricultura sustentável (agroecologia), educação emancipatória e habitação ecológica na comunidade quilombola Barra da Aroeira no município de Santa Tereza do Tocantins - (região do Jalapão). (TOCANTINS, 2018b, p. 33)

Com a aprovação desse projeto e o andamento do trabalho na comunidade, foram apontadas novas demandas para o biênio 2018-2019: um plano diretor de uso e ocupação sustentável do território; a constituição – em termos jurídicos, como também como incorporação da sua lógica pela comunidade – da cooperativa integral; Essas ações complementares gerariam resultados muito importantes para o bom aproveitamento dos recursos ora aprovados.

Um novo elemento demandado foi a constituição de uma cooperativa integral, isto é, a criação de um tipo diferenciado de cooperativa, de caráter integral na junção das esferas da produção e de distribuição, conceito este que traduz, em um arranjo jurídico-institucional os princípios necessário de organização de uma efetiva cooperativa de produção baseada nos preceitos da autogestão, de forma que a sua produção pudesse ser suficiente para prover renda e bem estar para todos os seus cooperados.

Para a constituição dessa cooperativa foi mobilizada uma ampla rede de advogados e especialistas em cooperativismo, de modo voluntário, inclusive com a formação de um grupo de estudos com acadêmicos e o apoio e a orientação de dois professores do curso de Direito da UFT. Após a busca de diferentes soluções jurídicas e institucionais que viabilizassem um SOT por meio de uma cooperativa integral, em julho de 2018, chegou-se a uma minuta de Estatuto Social da cooperativa, após ser discutida com a comunidade em pelo menos quatro oficinas. Em novembro de 2018, quando foi fundada, no quilombo, a Cooperativa Multissetorial de Produção Agroecológica, Distribuição Solidária e Serviços Comunitários (QUILOMBARRAS), registrada na Junta Comercial do Tocantins em fevereiro de 2019, após um processo de ajustes burocráticos.

Os recursos do FECOEP foram inicialmente orçados de modo agregado (sem o detalhamento técnico), por eixos de intervenção do projeto. Como a lei de

licitações brasileira exige um profundo detalhamento, também foi necessário contar com o trabalho voluntário dos parceiros do projeto, a fim de detalhar todos os elementos, priorizando os seguintes eixos: da agroecologia – compra de material permanente e de insumos; da bioconstrução – equipamentos e insumos; e da administração – construir e equipar a sede da cooperativa e um centro distributivo. Entretanto, como no ano de 2019 houve o início de um novo governo estadual, somente no mês de julho a equipe da SEAGRO passou a receber os planos detalhados de aplicação para, posteriormente, providenciar o processo licitatório. Em agosto de 2019, o detalhamento dos eixos da agroecologia e da bioconstrução já tinha sido enviado para a licitação³⁴. O detalhamento da casa da farinha – projeto arquitetônico, hidráulico e elétrico – ficou na dependência da sua alocação geográfica no território para conclusão, o que ocorreu em março de 2020. Já as construções previstas no projeto – 400 m² de área construída da central administrativa e 20 casas em bioconstrução para os associados . Todos esses itens encontram-se hoje (junho de 2020), na dependência da contratação/licitação de serviços de elaboração e acompanhamento de projetos de edificação.

Para o planejamento do território quilombola, o projeto contou com o trabalho voluntário de cerca de dez pesquisadores e cinco acadêmicos, que procederam à análise minuciosa dos recursos hídricos, solo, bioma, áreas de preservação ambiental, espaços de trabalho, moradia e convivência, estes agregados em um núcleo urbano. Foi um trabalho profundamente técnico, de praticamente dois anos e meio.

Enfim, para que a cooperativa QUILOMBARRAS comece a exercer as diferentes atividades cuidadosamente planejadas e preparadas pela equipe técnica e parceiros do programa de extensão, a expectativa de todos, equipe e comunidade, é pela chegada dos investimentos do FECOEP. Inclusive avalia-se tal distensão temporal para a execução do processo licitatório. Até o presente momento, não foi cumprida, apesar de já completar mais de dois anos desde a sua aprovação pelo conselho do FECOEP – março de 2018. Tal fato configura-se desagregação e

³⁴. O que, até o presente momento (27/5/2020), não ocorreu. Devido à pandemia do novo coronavírus, não há mais nenhuma previsão a esse respeito.

desacumulo das ações de capacitação e formação cultural já realizadas junto com a comunidade.

Aqui é demonstrada uma grande fragilidade do poder público em “tirar do papel” suas políticas para a economia solidária e, em especial fazer com que os recursos públicos destinados à sua finalidade (no caso da comunidade: um fundo de combate à pobreza), como é o caso do FECOEP. Mesmo após a aprovação de execução orçamentária, encontra uma brutal dificuldade em concretizar sua política pública. Fizemos várias pesquisas junto ao diário oficial do Estado do Tocantins, nas deliberações do FECOEP e encontramos outros projetos sendo executados, inclusive com data de liberação posterior a aprovação do projeto Raios de Sol.

A caminhada que se deu até o momento (junho de 2020), arregimentou e continua dando expectativas reais de mudança de vida aos moradores da Barra da Aroeira, como bem ressaltou um morador no início do projeto:

(...) eu creio que esse projeto é uma iniciativa das mais maravilhosas que já teve aqui na Comunidade desde o início dela, e assim, acredito que irá mudar a vida de muitas pessoas que tem a situação realmente da pobreza, mas que com a aprovação deste projeto iremos sair dessa pobreza pra ter uma vida cada vez melhor³⁵. (*Apud* PEREIRA;SIMÃO;SILVA, 2018, p.2314)

Embora a comunidade já tenha nas suas atividades produtivas o manejo de roças comunitárias e familiares (como de hortas e de quintais produtivos, onde encontra espécies nativas e exóticas), utilizadas na subsistência das famílias e também como fonte de renda através de comercialização do excedente nas feiras locais, no programa de aquisição de alimentos do governo federal e dentro da própria comunidade. O projeto que aguarda a liberação dos recursos vem dinamizar esses sistemas de produção, fortalecendo os sistemas agroecológicos e o trabalho associado, possibilitando através do desenvolvimento segundo a perspectiva local, promovendo a geração e a circulação de renda, a sustentabilidade econômica e ambiental e criando reais condições para a superação da pobreza, com renda digna, qualidade de vida e autonomia socioprodutiva, com disponibilidade crescente de

³⁵ Fala de Elaís Rodrigues da Silva, moradora da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira (local de implantação do Projeto Raios de Sol), em entrevista concedida a Douglas Patrick, colaborador do projeto, 2018.

oferta de alimentos saudáveis com preços justos. Essa é a esperança da comunidade, de todos os parceiros e voluntários do projeto Raios de Sol.

A economia solidária enquanto uma real alternativa, tendo o poder público como parceiro, poderia ser a realidade, como muito bem explanado nas palavras de Silva; Nagem:

Sob nosso entendimento, a economia solidária deve ser tomada como uma alternativa real de organização para o trabalho dos mais diversos grupos sociais, independentemente de sua condição socioeconômica, de forma a consolidar-se como uma estratégia de desenvolvimento endógeno. Uma proposta dessa natureza somente seria possível com uma adesão clara do núcleo de decisão do governo no enfrentamento de alguns desafios importantes, tais como: a definição de um ambiente institucional propício para a formalização dos empreendimentos em cooperativas, que implicaria em uma revisão na Lei Geral do Cooperativismo; o estabelecimento de canais de financiamento adequados para sua realidade— a exemplo do PRONAF na agricultura familiar; a criação de programas de assistência técnica para a gestão de negócios e organização associativa dos empreendimentos, com capilaridade em todo o território nacional; maior possibilidade de acesso a mercados institucionais, por meio de compras públicas, que possam garantir a viabilidade inicial desses empreendimentos; entre outras ações que podem ser derivadas do próprio mapeamento elaborado pela Senaes. As necessidades listadas poderiam ser divididas em ações de curto e longo prazo, abordando desde o apoio aos empreendimentos já consolidados até a construção de uma cultura cooperativista para o trabalho no Brasil. (SILVA; NAGEM, 2011, p.32)

Com isso nos cabe questionar: será que o poder público realmente possui a tão falada “vontade política” de executar projetos dessa natureza?

Já se passam mais de 2 anos da aprovação do recurso e até agora, somente morosidade e burocracia. Isso reflete a falta de ação e interesse por parte do poder público, mas que poderia fazer a diferença em ações e projetos de economia solidária como esse da comunidade Barra da Aroeira que poderia mudar a vida desses trabalhadores e de muitas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho produzido pelo homem ao longo dos tempos, sempre foi harmônico com sua humanização, porém com o advento do trabalho assalariado, o capitalismo desvirtuou essa histórica harmonia.

Uma das consequências dessa desarmonia se manifesta através do aprofundamento do sistema capitalista e seus efeitos negativos do trabalho assalariado: desemprego, precarização, informalidade e as mazelas da exclusão social.

Nessa caminhada, surgem reações a esses efeitos negativos, novas formas de organização dos trabalhadores, constituindo alternativas de sobrevivência como a concretização da economia solidária, em sua unidade básica: os EES, que de modo potencial coloca em perspectiva inclusive a recuperação da harmonia entre trabalho e evolução dos seres humanos enquanto ser social.

Questões elementares como empreendimento de economia solidária é o mesmo que a empresa capitalista? Ou como garantir a viabilidade e a ampla sustentabilidade desta nova forma de organização socioeconômica? Demonstramos que as duas possuem viés muito diferentes: nos objetivos, na forma de trabalhar e de remunerar. Em se tratando de objetivos (empresa prioriza o capital ao passo que os EES priorizam outros elementos como valores, trabalho coletivo, mas em síntese o ser humano). Na forma de trabalhar, a gestão da empresa está baseada na hierarquia (heterogestão) ao passo que a base autogestionária (horizontalidade), na economia solidária.

Dentre os vários questionamentos que propomos relacionados aos empreendimentos da economia solidária, como por exemplo, quais são as condições para esses empreendimentos se constituam e permaneçam ativos? Ou, qual as condições ou as causas que explicam os seus problemas de sua expansão e até nos inúmeros casos de inviabilidade econômica e conseqüente encerramento de suas atividades. E também, se o projeto de economia solidária goza de conteúdo e apoio político suficientes para os seus empreendimentos transitarem da inerente vulnerabilidade do seu estágio inicial para uma perspectiva de consolidar um estágio

de autêntico desenvolvimento estruturante de novas relações sociais de trabalho: o trabalho associado autogestionário?

Com base nesses e noutros questionamentos nosso objetivo foi analisar o processo de constituição da economia solidária, a partir do percurso e do desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários no Tocantins, apurando as suas vulnerabilidades e potencialidades. Para isso analisamos:

- Como se constituiu o processo de construção da economia solidária, a partir da inserção do trabalho associado em um contexto de mercado capitalista, bem como suas potencialidades e vulnerabilidades;
- Como se deu o desenvolvimento e o comportamento das políticas públicas, frente a constituição dessa economia solidária;
- Analisamos um estudo de caso de uma comunidade tradicional quilombola do Estado do Tocantins, onde se buscou implantar um conjunto amplo de variáveis estruturantes para a viabilidade efetiva do trabalho associado e autogestionário (economia solidária).

Os resultados de nosso estudo demonstraram um crescimento exponencial do número de empreendimentos em quase todas as microrregiões do Estado. Acompanham também a geração de postos de trabalho (como foi o caso das mulheres, seu crescimento na participação nos EES), uma remuneração minimamente adequada ao perfil do trabalhador (que está altamente vulnerável as consequências do desemprego e outras mazelas sociais que apontamos). Apesar disso, ainda há fragilidades em especial em questões relacionadas ao mercado capitalista, como acesso a insumos e venda dos seus produtos, por exemplo.

Dessa forma, há a possibilidade da economia solidária se manifestar como uma alternativa organizacional e econômica, combinando dimensões de emancipação social e a possibilidade de recuperar a harmonia do trabalho enquanto mediação positiva entre seres humanos entre si e, para com a sua natureza externa, a partir desses empreendimentos que cumprem em parte a uma resposta de inclusão, em resposta ao desemprego, no quesito geração de trabalho e renda, através da organização dos trabalhadores, têm ocupado espaço crescente no Tocantins, como alternativa à crise do desemprego e suas mazelas sociais. A perspectiva emancipatória de combinar as dimensões de emancipação social, inclusão, com ideais de justiça social trazem também o potencial de superar o

desemprego e, por desdobramento disso, a erradicação da miséria. Nesse ponto, a sua sobrevivência e êxito poderão indicar ou mesmo poderão se constituir em real alternativa de modelo de desenvolvimento e real protagonismo em uma nova e alternativa economia da solidariedade que coloca o homem em primeiro plano ao invés do capital.

A economia solidária brasileira, a partir de seu percurso histórico, através do protagonismo dos movimentos sociais, teve o reconhecimento pelo poder público, a partir de 2003. Nesse contexto a importância da participação do Estado e suas contribuições a partir de políticas públicas para consolidar uma economia alternativa e solidária, foi um ponto fundamental na viabilidade ou não dessa forma econômica. Infelizmente a realidade é muito diferente da promessa da política pública tão necessária e, podemos demonstrar que a economia solidária ainda não obtém apoio político suficiente para transitarem da situação de vulnerabilidade para um padrão de desenvolvimento ou uma estratégia de desenvolvimento endógeno, aonde os protagonistas sejam realmente aquelas pessoas que mais necessitam. Isso se demonstra no estudo de caso, a Barra da Aroeira, que embora tenha tido apoio da Universidade e seus parceiros que iniciaram a implementação de uma metodologia inovadora e um projeto que prevê a superação do trabalho enquanto mercadoria, com viés da melhoria substancial da qualidade de vida e autonomia dos trabalhadores.

Por fim, diante de todos esses elementos apontados, enfaticamente demonstram que a economia solidária pode se constituir como uma real alternativa ao desemprego e o Estado poderia protagonizar a mediação de um padrão de desenvolvimento menos produtor de mazelas sociais para os trabalhadores e a sociedade.

Em contraposição a toda hegemonia capitalista e neoliberal, nosso estudo aponta que há potencialidade na economia solidária, em se constituir como uma alternativa organizacional e econômica para a classe que vive do trabalho, em especial os que já vivenciam a vulnerabilidade social do desemprego e da precariedade, que permita aos empreendimentos de trabalho coletivo e horizontalmente associado sua sustentabilidade, a perspectiva emancipatória de

combinar as dimensões de emancipação social, inclusão, com ideais de justiça social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. **A outra economia**. Porto Alegre: Vozes, 2003.

AMARO, R. R. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? **Caderno de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 4, p. 36-70, julho 2003.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**. v.34, n. 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v34n1/0102-6992-se-34-01-211.pdf>. Acesso em 09 abr. 2020.

ANTUNES, R. DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**. Ano XVIII, nº 34, 2015.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. *In*: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6. 528 p.

ANTUNES, R. POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. *In*: CIMADAMORE, A.D.; CATTANI, A.D. (Orgs). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial; CLACSO, 2007, 240 p. ISBN 978-85-86225-50-5. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARRUDA, M. Economía solidaria y el renacimiento de una sociedad humana matrística. **Revista Vinculando**. México, 2004. Disponível em: http://vinculando.org/economia_solidaria/esysoc_mat.html#vcite. Acesso em: 14 abr. 2020.

ASSENTAMENTO. *In*: INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>. Acesso em 15 jun. 2020.

BARROSO, A. C. **Evolução das ocupações no mercado de trabalho tocantinense e o processo de concentração das atividades produtivas entre 2001 e 2009**. Dissertação. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2011.

BECKER, B.K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 6, n. 12, 2001. ISSN 2176-9729.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **O & S**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, outubro/dezembro 2010.

_____. E.A. **Sistema Orgânico do Trabalho. Arquitetura crítica e possibilidades**. São Paulo, SP: Ícone Editora. 2012.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE. Brasília, 2005.

BRASIL. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010**. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE. Brasília, p. 204. 2012.

BRASIL. EBC Agência Brasil, 31 jan. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 05 de outubro. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº4.887, 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 20 de novembro. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Portaria nº30, 22 de março de 2006. Aprova o Termo de Referência do SIES, o Termo de Compromisso de Instituição Usuária de Informações do SIES e o Cadastro de Instituição Usuária do SIES. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 22 de março. 2006. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=195122>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Lei 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 18 de junho. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei 6606/2019 (Nº Anterior: PL 4685/2012). Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Poder Legislativo, Brasília, DF. 2019b. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>. Acesso em 20 mai. 2020.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015. ISBN 978-85-326-1954-9.

CAMPOS, R.S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis Revista Latinoamericana**. n. 47, 2017.

COMMODITY. *In*: WIKIPEDIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Commodity>. Acesso em 09 abr. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Documento base (sistematizado). Brasília, 2006. 30 p. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/caderno_propostas_1_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em 10 abr. 2020.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas**. [S.l.]: Bertrand Brasil, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Economía Social y Solidaria: el trabajo antes que el capital**. 1ª ed. Equador: Ediciones Abya-Yala, 2011. ISBN 978-9978-22-999-6.

_____. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. *In: Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n.01, p. 35-47, 2002.

CUNHA, G.C. A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: notas de pesquisa. *In: BENINI, et al (Orgs). Gestão pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. Vol. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012 a.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias: contexto e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidária (2003-2010)**. Tese (Departamento de Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, p. 472. 2012 b.

DIAS, L. O. **Não vê que neste mundo não tem cabaça: espacialidades e identidades na Barra da Aroeira**. Tese (Departamento de Antropologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. M. Isaura P. de Queiroz. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1995.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. Tese (Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

FERRARI, H. Mulheres têm nível de ocupação menor que homens no Brasil, diz IBGE. **Correio Braziliense**, 2018.

FRANÇA FILHO, G.C. Economia Solidária e movimentos sociais. *In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A.; SCHIOCHET, V. (Orgs). Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*, Ed. Universitária UFPE, Recife, 2006. ISBN 85-7315-330-X.

FRIGOTTO, G. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 1999.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007. Disponível em: <http://rccs.revues.org/725>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CDRH**, n. 39, Salvador, p. 181-211, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da Associação Brasileira de Estudos em Trabalho**, v.12, n.1, p.7-24, jan./jun. 2013.

GREMAUD, A; VASCONCELLOS, M.A.S; TONEDO JR, R. Desemprego e mercado de trabalho. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ª ed., Atlas, 2010. ISBN 978-85-224-4835-7.

GUILLERM, A; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral**, 17 maio 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/tocantins>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. Amazônia Legal. **Site institucional**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. 2020. Acesso em: 15 jul. 2020.

INCRA. **Processos Quilombolas**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. 2017 a. Acesso em 09 abr. 2020.

_____. **Painel dos assentamentos**. 2017. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php.2017b>. Acesso em 09 abr. 2020.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAISSSEZ-FAIRE. *In*: WIKIPEDIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Laissez-faire>. Acesso em 09 abr. 2020.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. *In*: **Dois Tratados sobre o Governo**. Tradução E. Jacy Monteiro, São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção "Os Pensadores".

MARANDOLA JUNIOR, E. M.; HOGAN, J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1.

MENTA, F. Jornal do Tocantins, Palmas, 24 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/>. Acesso em 10 ago. 2018.

MÉSZAROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. *In*: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6. 528 p.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695/619>. Acesso em: 09 abr. 2020.

PEREIRA, J.M. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.34, n. 34, abr./jun. 1997. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496866>, Acesso em 15 jun. 2020.

PEREIRA, O.C.M; SIMÃO, L.R.; SILVA, M.P. Projeto Raios de Sol: uma tentativa de resistir e existir dentro da lógica capitalista na comunidade quilombola Barra da Aroeira – TO. *In: Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos*. Rio de Janeiro, dezembro. 2018. Disponível em: http://congressovinteanos.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/06/03-1_ECO-SOLIDARIA_00.pdf. Acesso em:16 mai. 2020.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/tocantins. Acesso em: 26 jul. 2018.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. *In: ANTUNES, R. (Org). Riqueza e miséria no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6. 528 p.

_____. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Nota Técnica, Mercado de Trabalho**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2004. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5249/1/bmt_n.24_economiasoli.pdf. Acesso em 28 abr. 2020.

RAMONET, I. “La Pensée Unique”. **Le Monde Diplomatique**. Jan.1995. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/6069>. Acesso em 08 abr. 2020.

SABADINI, M.S; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**. vol. VIII, n. 2 (jul-dic), Venezuela, 2002. ISSN: 1315-3617. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/364/36480212.pdf>, Acesso em: 16 abr. 2020

SANTOS, R. S. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, set. 2017. p. 97-114.

SENAES, S.N.E.S. **Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. BRASIL - Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. 2013.

SILVA, P.; CARNEIRO, M. **Relatório de Pesquisa: os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socio estruturais dos empreendimentos**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 48. 2016.

SILVA, S.P.; NAGEM, F.A. A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: uma análise do programa de economia solidária em desenvolvimento. **Texto para discussão, nº 1682**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011.

SILVA, S.P. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Texto para discussão, nº 2271**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2017.

SILVEIRA, S. D. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, 12, n. 24, Jan/Abr 2013. 145-176.

SILVA, J.A; CANÇADO, A.C; PACÍFICO FILHO, M. Políticas Públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins: uma análise das ações da SEAGRO de 1998 a 2012. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 15, n. 40, p. 140-174, 11 ago. 2017. DOI <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.140-174>. Disponível em <https://200.17.87.11/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4272>. Acesso em 02 jun. 2020.

SILVEIRA, S. P. O campo de pesquisa da economia solidária no brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. **Texto para discussão**. IPEA. Rio de Janeiro, n. 2361, jan. 2018. ISSN 1415-4765.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo: vol.18 n. 51, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. IPEA. **Mercado de Trabalho**, São Paulo, n. 39, p. 43-48, maio 2009. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES1Paul.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. ISBN 85-7244-093-3.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOCIAL, M. D. D. **Relatórios de Informações Sociais**, 01 jul. 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SOLIDÁRIA, F. B. D. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 2018. Disponível em: <http://fbes.org.br/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SOLIDARIEDADE. *In*: DICIONÁRIO AURÉLIO: dicionário da língua portuguesa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

TOCANTINS. Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – SEAGRO. **Programa Estruturante de Desenvolvimento Orgânico-Solidário Autogestionário**. Palmas. 2017.

_____. Secretaria do Planejamento - Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins**. Palmas, p. 49. 2017. Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/414142/>. Acesso em: 01 ago. 2018a.

_____. Resolução nº 01/2018, de 13 de março de 2018. Aprova a liberação de recursos financeiros do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado do Tocantins - FECOEP - TO, para financiamentos de projetos, programas e ações sociais, com fulcro na Lei nº3.015, de 30 de setembro de 2015 e seus regulamentos. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Anexo XXX, Poder Executivo, Palmas, TO, de 15 de março, pág.33. 2018b.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. *In*: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. ISBN 978-85-7559-083-6. 528 p.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 438 p.

ANEXO

Acho que vale deixar aqui o projeto da Barra ou partes, o que acha?